GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXI - Nº 53 | QUARTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 1997 | PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I — PÁGINA

ATOS DO PODER EXECUTIVO 1881
ATOS DO PODER LEGISLATIVO 1888
SECRETARIA DE GOVERNO 1889
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 1891
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 1892
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL 1896
SECRETARIA DE TRANSPORTES 1896
SECRETARIA DE AGRICULTURA 1896
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 1896
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE 1898
SECRETARIA DE TRABALHO 1899
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 1900
SECRETARIA DE TURISMO 1900
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 1900
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL 1901

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO 1902
VICE-GOVERNADORIA 1905
SECRETARIA DE GOVERNO 1905
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 1906
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 1907
SECRETARIA DE SAÚDE 1908
SECRETARIA DE OBRAS 1909
SECRETARIA DE TRANSPORTES 1909
SECRETARIA DE AGRICULTURA 1909
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL 1909
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL 1910
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE 1910
SECRETARIA DE TRABALHO 1911
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL 1911

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO 1912
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 1913
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 1913
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 1913
SECRETARIA DE SAÚDE 1913
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL 1914
SECRETARIA DE OBRAS 1914
SECRETARIA DE TRANSPORTES 1915
SECRETARIA DE AGRICULTURA 1915
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 1915
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL 1915
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE 1915
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 1916
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL 1916
INEDITORIAIS 1917
INDICE 1919

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 1.410, DE 18 DE MARÇO DE 1997

Dá a denominação de Parque **Dona Sarah Kubitschek** ao Parque Recreativo Rogério Pithon Farias.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Parque Recreativo Rogério Pithon Farias passa a denominar-se Parque Dona Sarah Kubitschek.
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 1997
109º da República e 37º de Brasília
CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO Nº 18.072, DE 7 DE MARÇO DE 1997 (*)

Aprova Projeto de Urbanismo na Região Administrativa de Brasília, RA I e dá outra providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o que consta no Processo 030.002.780/96, decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Urbanístico de parcelamento dos Lotes nº 01 ao 10 do Trecho 03, Setor de Múltiplas Atividades Sul - SMAS, Região Administrativa de Brasília-RA I, consubstanciado no Projeto de Urbanismo Parcelamento - URB 08/97 e respectivo Memorial Descritivo - MDE 08/97, bem como nas Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 08/97.

Parágrafo único. O Memorial Descritivo - MDE 08/97 e as Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 08/97 são partes integrantes do presente Decreto, na forma do Anexo I.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 07 de Março de 1997
109º da República e 37º de Brasília
CRISTOVAM BUARQUE

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 46, de 10.03.97, pág. 1.599.

PROCESSOS:	030.002.780/96
DECISÕES:	
DATAS:	
DECRETOS:	
DATAS:	
PUBLICAÇÃO:	
REGISTRO NO CARTÓRIO ..... OFICIAL	DATA

Este projeto foi elaborado com o objetivo de parcelar a área de influência da estação metropolitana n.º 11 e da linha do metrô que atravessa os setores Habitacional Estrada Parque - SHEP , Hípico -SHIP e Policial - SPO da Região Administrativa de Brasília - RA I .

O presente projeto é composto deste Memorial Descritivo - MDE 08/97 , das Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 08/97 , do Projeto de Urbanismo / Parcelamento URB 08/97 ,folhas 01\06 a 06\06(SICAD's 136-IV-5-D , 136-IV-6-C , 152-II-3-A , 152-II-2-B e 152-II-3-C, devendo ser complementado pelos seguintes projetos:

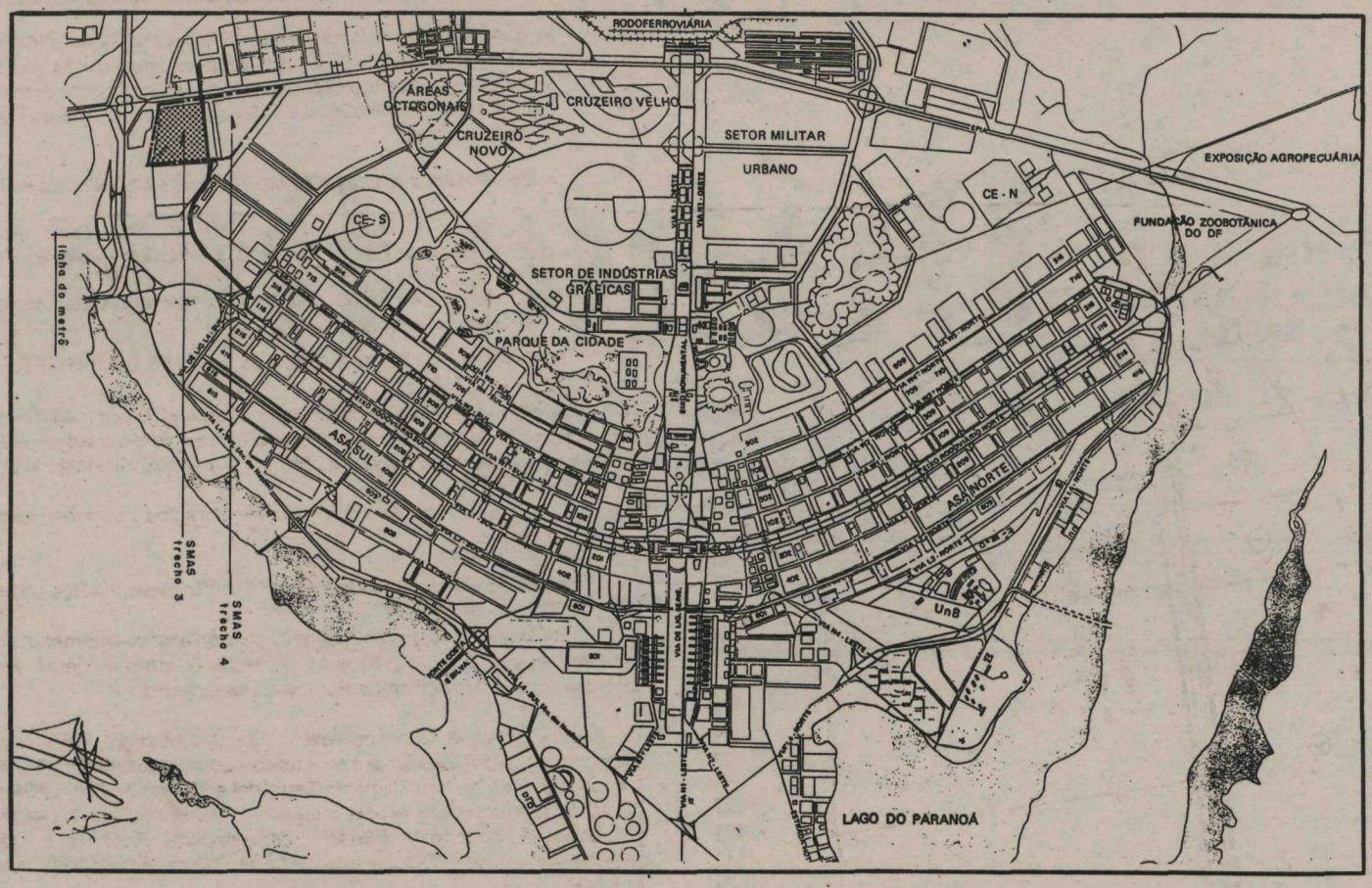
- Projeto de Urbanismo Geométrico-Altimétrico(ALT)
- Projeto de Drenagem Pluvial (DRN).

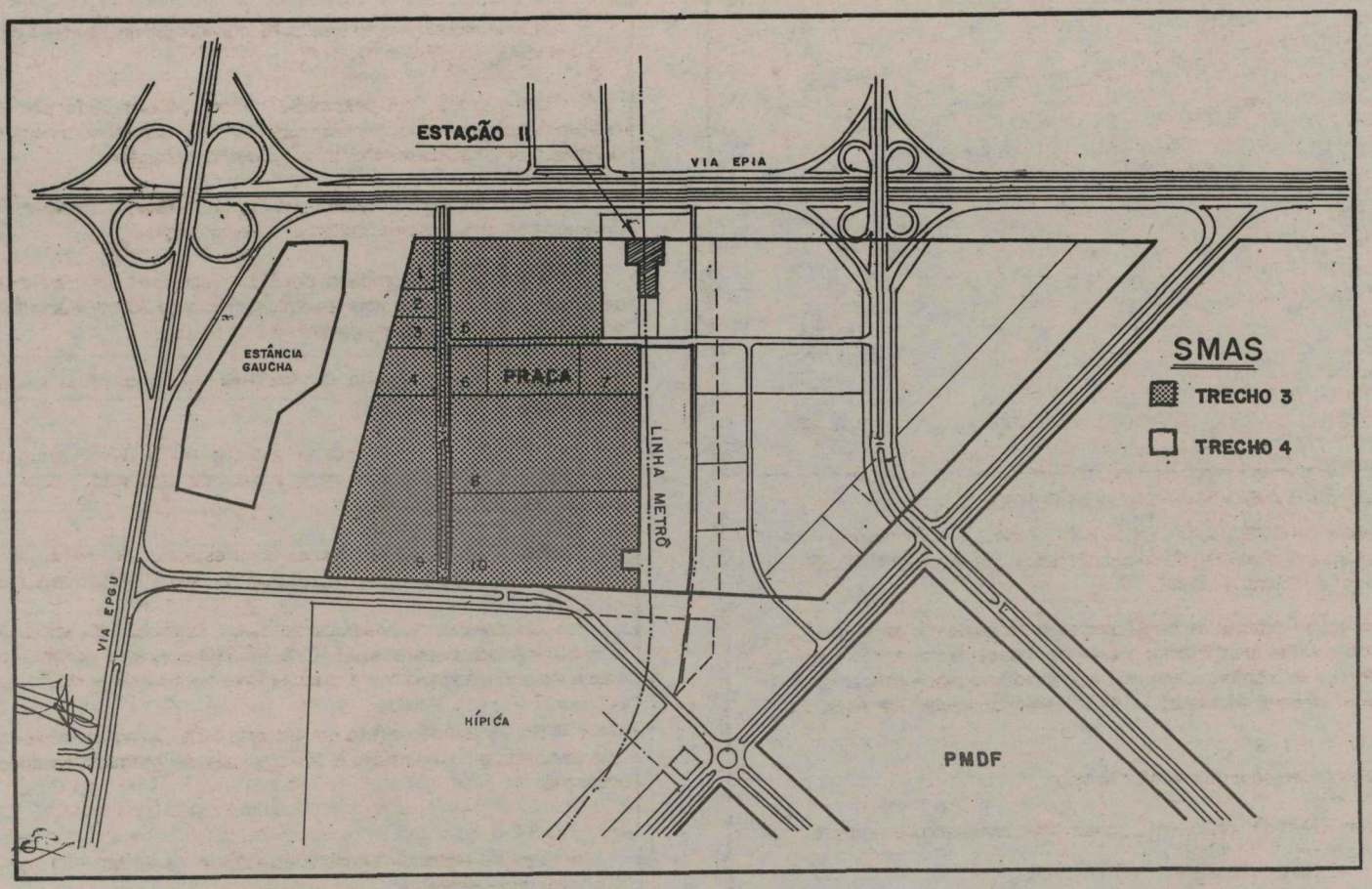
O projeto modifica a planta de Setorização, URB 89/89, da Região Administrativa I - RAI no que se refere aos Setores anteriormente citados, alterando inclusive a nomenclatura do mesmo, que passará a ser denominado Setor de Múltiplas Atividades Sul, trecho 3 .

Este projeto também altera a PR 207\1 no que se refere ao reparcelamento do lote , Área nº 07 - Setor de Áreas Isoladas - SAI - Sudoeste, destinado à Marinha e repassado à TERRACAP , assim como o sistema viário de acesso ao novo setor.

MEMORIAL DESCRITIVO				
MDE — 08/97	RA I - BRASÍLIA SMAS - SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES SUL TRECHO 3 - LOTES 1 a 10			
FOLHA: 01 / 14				
DATA: 18 - 02 - 97	PROJETO:	CONF. MDE: GERO I - MARLIA	VISTO: DIPNO / JENNY	APROVO: DIPNO - TORRELLY

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL/IPDF/GDF



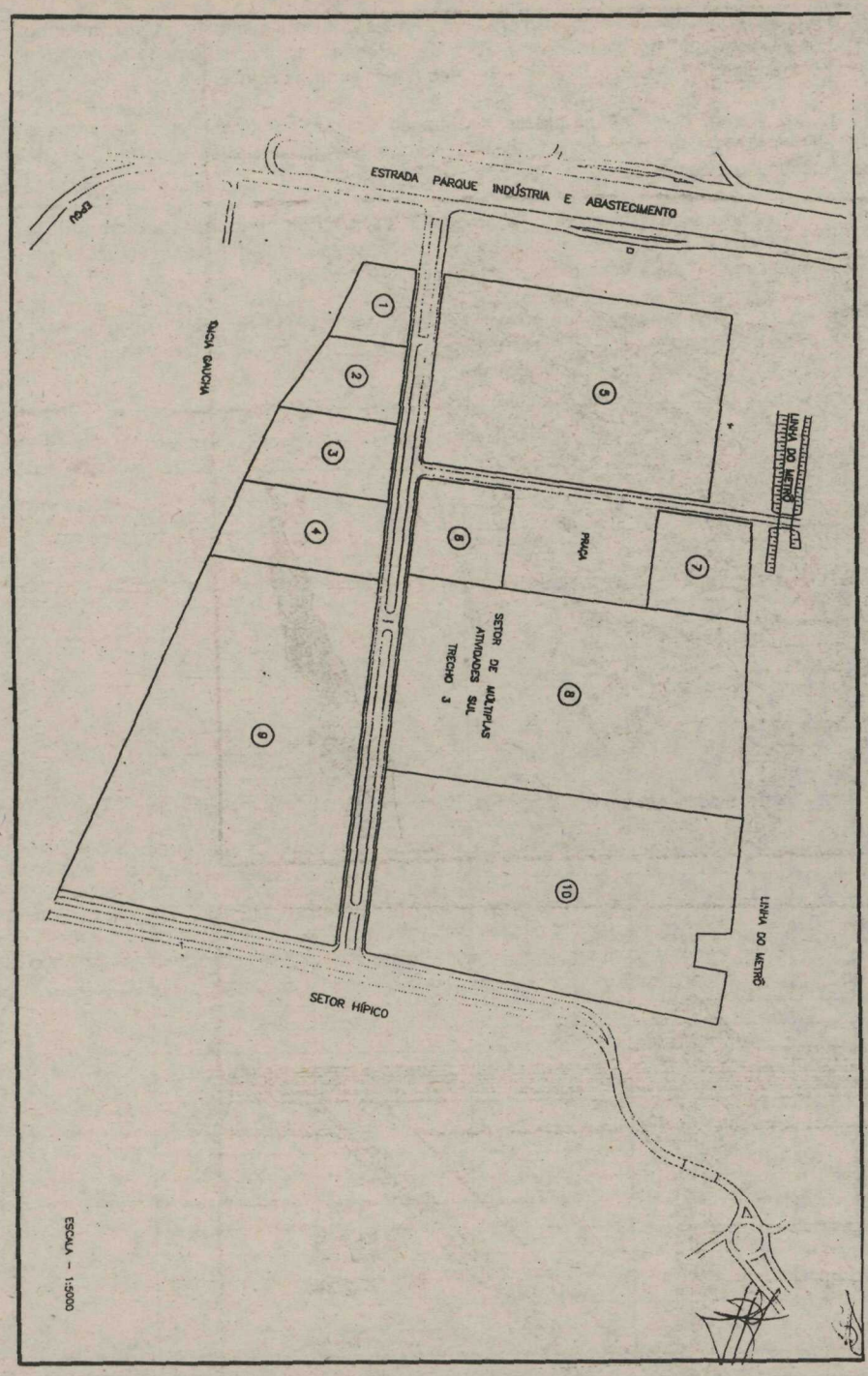


GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312
Impressão: IMPRENSA NACIONAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador
ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora
LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social
CLEMENTE LUZ
Editor-responsável



I. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O projeto do Setor de Múltiplas Atividades Sul - Trechos 3 e 4 - Brasília - RA I, foi elaborado em atendimento à solicitação constante do processo n.º 030.002.780/96 , de interesse do Governo do Distrito Federal.

A referida solicitação decorreu da constatação da necessidade de reestudo do Uso e da Ocupação do solo da área lindeira à estação metropolitana n.º 11, além da consolidação dessa área , em conformidade com o indicado no macrozoneamento do Plano Diretor de Órdenamento Territorial - PDOT, em tramitação na Assembléia Legislativa .

O citado reestudo deveu-se a dois fatores básicos:

- Passagem do METRÔ na área , com seu conseqüente impacto na estruturação urbana.
- Necessidade de uma nova rodoviária interestadual para o DF.

A área destinada ao empreendimento situa-se na Zona Urbana 1 - ZUR1 , localizada a sudoeste do Plano Piloto, às margens da Estrada Parque de Indústria e Abastecimento - EPIA, próxima ao final da Asa Sul, e insere-se parcialmente nos Setores Policial Sul e Habitacional Estrada Parque.

A poligonal da área em que se verificará o empreendimento abrange uma superfície de 91,60 ha (noventa e um hectares e sessenta ares), sendo que a área de implantação do projeto, objeto do presente Memorial, compreende 39,05 ha (trinta e nove hectares e cinco ares) , relativa à PRIMEIRA ETAPA DE IMPLANTAÇÃO , denominado SMAS - trecho3.

Quanto à infra-estrutura do Setor (trecho 3), referente às interferências das concessionárias de serviços públicos, têm-se a informar que:

- Em relação ao sistema de água, a CAESB informou não haver interferência de rede de infra-estrutura;
- Quanto à rede de esgoto, a CAESB informou a existência de rede margeando a Estância Gaúcha, com uma pequena interferência no limite sul do trecho 3 , sendo que para este trecho manteve-se um afastamento de 5m (cinco metros) da rede em relação aos lotes criados , não havendo portanto interferência com o projeto;
- Em relação à energia elétrica, não existe interferência de rede;
- Quanto à Telebrasília, a rede interfere com o Setor na faixa de domínio da EPIA, não incidindo diretamente na área do parcelamento;
- A Novacap informou não haver interferência com as redes existentes ou projetadas na área em questão.

II. ANÁLISE DO SÍTIO E CONDICIONANTES DO PROJETO

A área onde será implantado o empreendimento localiza-se em zona urbana cuja proposta compreende dois lotes anteriormente destinados ao Comando Naval de Brasília, repassados à Terracap, áreas n.º 6 e 7 - SAI\Sudoeste - RA I.

O projeto é resultante do reparcelamento dos dois lotes supracitados e da área intersticial a eles.

A linha do metrô e a estação n.º 11 são lindeiras a poligonal do projeto .

O Plano de Ocupação realizado para o Setor complementa o estudo da área do entorno às estações nºs 10 e 11 do METRÔ correspondente aos setores Hípico Policial , Habitacional Estrada Parque e Territorial Sul .

Foi instituída uma comissão , em novembro de 1995 , entre os orgãos de governo para definição do uso e ocupação do solo de toda a gleba , cujos participantes foram : Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF - IPDF , Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do DF - DePHA , Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos - DMTU , Administração Regional I - RAI , Companhia Metropolitana - METRÔ , e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN .

O DMTU solicitou uma área para implantação do Terminal de Integração Asa Sul , conectado à estação n.º 10 .

Tal solicitação foi decorrente de estudo elaborado por esse Departamento relativo ao transporte coletivo em todo o DF , considerando a necessidade de viabilizar o Sistema de Transportes Coletivos Integrado da região .

A área nos termos do tombamento de Brasília , é considerada Escala Bucólica , devendo portanto , ter densidade baixa de ocupação .

De acordo com o proposto por Lúcio Costa em " Brasília Revisitada " é previsto a ocupação residencial em uma faixa com largura de 300m (trezentos metros) ao longo da via EPIA com 4 (quatro) pavimentos de pilotis .

A definição do trajeto do METRÔ no Plano Piloto é posterior a "Brasília Revisitada".

O IPHAN considera que a estação do METRÔ acoplada ao terminal de Integração poderia funcionar como indutor de ocupação, o que descaracterizaria a escala prevista no tombamento.

Diante desses condicionantes ficou estabelecido, como resultado dos estudos da comissão e com os critérios estabelecidos pelo IPHAN, o seguinte:

- Na área correspondente ao Setor Terminal Sul, serão criados os lotes do terminal Asa Sul, da estação nº 10 do METRÔ e na área restante, o Parque das Aves, com a intenção de preservar a característica bucólica da área.
- Para o SMAS, objeto do presente MDE, foram definidos grandes lotes para empreendimentos comerciais e institucionais de grande porte, com baixa taxa de ocupação.
- Que as áreas contíguas à estação nº 11 do METRÔ são mais compatíveis com o uso não-residencial.

Face ao exposto , acima , foi encaminhado ao IPHAN o Plano de Ocupação para o setor (SMAS - trechos 3 e 4) , o qual após análise emitiu parecer favorável .

A área correspondente ao projeto situa-se na Região da Bacia do Paranoá, com altitude média de 1075 metros.

O relevo da área é de conformidade plana , com declividade suave em torno de 1,3% no sentido norte/sul, desfavorecendo o ganho de radiação térmica e luminosa.

O clima é definido como tropical de altitude, com duas estações bem definidas, uma seca e outra com alto índice pluviométrico, com ventos dominantes vindos de leste.

A vegetação nativa é praticamente inexistente, uma vez que a área vem sofrendo ações antrópicas, como desmatamentos e outras formas de degradação decorrentes da implantação do METRÔ e da urbanização do entorno.

Quanto à questão ambiental foi consultado o Instituto de Ecologia e Meio Ambiente - IEMA a respeito das condicionantes ambientais da área e possíveis impactos relativos à implantação do empreendimento.

O IEMA informou que o reparcelamento em questão deverá ser objeto de licenciamento ambiental, ocasião em que, a julgar pelo grau de intervenção sobre o meio ambiente, decidir-se-á pela exigibilidade de EIA/RIMA ou outro instrumento intermediário de controle ambiental.

III. SÍNTESE DOS CRITÉRIOS DE OCUPAÇÃO URBANA

Inicialmente foi elaborado Plano de Ocupação de toda a poligonal do Setor. Porém, com o decorrer dos trabalhos verificou-se a necessidade de desafetação da área pública intersticial aos dois lotes (Áreas nº 6 e 7 - SAI/SO) da Terracap, além da negociação com pequenas alterações nos lotes já repassados ao BRB e à Procuradoria Geral do DF, quanto a alteração de dimensões dos mesmos.

Diante desses condicionantes optou-se pela implantação do projeto em duas etapas, tendo como limite o talude resultante da implantação do METRÔ, que corta transversalmente o Setor , dividindo-o em dois trechos , corespondendo a 1ª etapa,o trecho 3 e a 2ª etapa o trecho 4 .

A existência dessa barreira física resultante da linha do METRÔ, em desnível de aproximadamente 10 metros acima do nível do solo, tornou-se condicionante fundamental da definição do projeto.

A organização da malha urbana do projeto foi concebida em decorrência da definição do sistema viário, levando-se em consideração o viaduto existente sob a linha do METRÔ , a compatibilização com o sistema viário do entorno ,e a presença da estação metropolitana nº 11.

Procurou-se reforçar a interligação entre os dois trechos, criando-se uma via que corta longitudinalmente o Setor , utilizando-se a passagem existente (sob a linha do METRÔ), além da criação de uma praça que envolve a estação metropolitana, que será em níveis diferentes para vencer o talude. A criação da praça possibilita o acesso de pedestres aos dois trechos, interligando a estação 11 à futura rodoviária interestadual.

As áreas públicas contidas entre a primeira etapa e o limite com os lotes da hípica e da estância gaúcha, foram destinadas a área de preservação para recomposição da vegetação , propondo uma interface com o Parque das Aves, situado no Setor Terminal Sul, e também na faixa de domínio da via EPIA.

Os acessos ao Setor se darão , nesta primeira etapa, pela via EPIA, pela via EPGU resultante do prolongamento da via existente entre o EFB\DFSP e a PMDF.

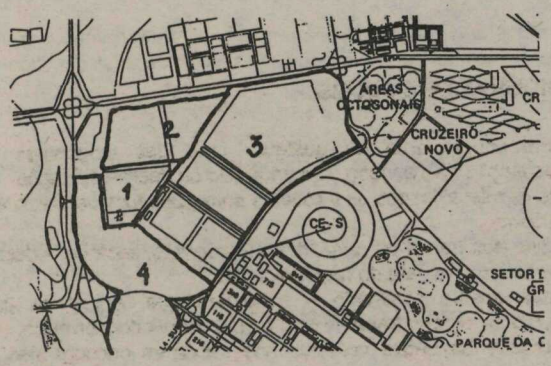
A boa acessibilidade do Setor é garantida pela via EPIA, que margeia transversalmente o Setor de norte a sul, e pela EPGU, que liga o Plano Piloto ao Guará.

Desta forma, o sistema viário concebido para o Setor teve como parâmetros a necessidade de atendimento aos usos propostos , que demandam grande fluxo de veículos e grandes áreas de estacionamentos.

III.1. ENDEREÇAMENTO

Quanto ao endereçamento, optou-se pela adoção da nomenclatura do Setor de Múltiplas Atividades Sul, localizado na margem oposta da EPIA , na Região Administrativa do Guará - RA X por apresentar atividades semelhantes à do Setor proposto.

Fica então alterada a planta de Setorização do Plano Piloto, passando à seguinte denominação:



1. Setor Hípico
2. Setor de Múltiplas Atividades Sul - Trechos 3 e 4
3. Setor Policial
4. Setor Terminal Sul

Adotou-se o sistema numérico, ficando definida a seguinte nomenclatura: SMAS -Trecho 3 , lote n.º 00.

III.2.USO DO SOLO

As atividades definidas para o Setor foram classificadas na respectiva NGB de acordo com o Código de Obras e Edificações do DF, que passou a ser adotada neste projeto. Fundamenta-se basicamente em atividades complementares às atividades do entorno (Shopping, Hipermercado, Setor de Garagens, etc.), configurando-se em área de transição entre o Plano Piloto e Regiões Administrativas adjacentes.

Foram definidas atividades de atração urbana, sendo os lotes de grandes dimensões, com obrigatoriedade de estacionamentos internos e baixa taxa de ocupação e construção.

Margeando as vias de ligação com a EPIA foram previstas áreas para usos institucionais , shoppings (de compras, de cinemas, automóveis , etc), centros empresariais, hotéis, comércios, prestação de serviços, etc.

Como a área onde se insere o Setor é considerada de escala bucólica pelo tombamento de Brasília - Portaria 314\IBPC, a taxa de ocupação definida para o Setor é de 40% (quarenta por cento), com altura máxima de 12,00m (doze metros)

QUADRO DE CAMINHAMENTO DA POLIGONAL

Fkr = 1,0006572

PONTOS	COORDENADAS (UTM) N	COORDENADAS (UTM) E	DISTÂNCIAS TOPOGRÁFICAS (m)	AZIMUTES UTM	OBSERVAÇÕES
A	8.246.958,1108	183.746,7368			
			387,08	89 1' 4,4"	
B	8.247.341,6591	183.800,7632			
			207,95	979 38' 48,5"	
C	8.247.313,9693	184.007,0024			
			46,63	79 38' 48,5"	
D	8.247.360,2203	184.013,2121			
			100,21	929 44' 55"	
E	8.247.355,4117	184.113,3740			
			200,77	929 13' 8,4"	
F	8.247.347,6331	184.314,1242			
			117,27	969 25' 27,8"	
G	8.247.334,5034	184.430,7301			
			34,77	1789 59' 3,5"	
H	8.247.299,7120	184.431,3469			
			33,47	969 4' 21"	
I	8.247.296,1688	184.464,6519			
			33,94	99 17'52,8"	
J	8.247.329,6812	184.470.1386			
			54,96	1019 12' 37,1"	
K	8.247.318,9897	184.524,0839			
			690,01	1919 18' 25,6"	
L	8.246.635,9743	184.387,5156			
			459,41	2959 5' 47"	
M	8.246.830,9608	183.971,1958			
			84,08	2969 2' 55,3"	
N	8.246.867,9059	183.895,6101			
			90,27	3059 41' 2,4"	
O	8.246.920,5950	183.822,2421			
			84,26	2969 25' 16"	
A	8.246.958,1108	183.746,7368			

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES SUL-SMAS TRECHO 3 - RA I.
REFERÊNCIAS: PLANTA Nº: 136-IV-5-D,136-IV-6-C,152-II-2-B DATA: 152-II-3-A, 152-II-3-C.

ENDEREÇO QUADRA OU CONJUNTO	ENDEREÇO LOTE	SUPERFÍCIE (m²)	DIMENSÕES FRENTE	DIMENSÕES FUNDO	DIMENSÕES LATERAL DIREITA	DIMENSÕES LATERAL ESQUERDA	DIMENSÕES CHANFRO	CONFRONTAÇÕES FRENTE	CONFRONTAÇÕES FUNDO	CONFRONTAÇÕES LATERAL DIREITA	CONFRONTAÇÕES LATERAL ESQUERDA	CONFRONTAÇÕES CHANFRO	USO
TRECHO 3	01	5.663,40	79,95	84,26	57,28	84,40	-	VP	AV	AV	Lt.02	-	C
	02	8.443,52	79,95	90,27	84,40	126,83	-	VP	AV	Lt.01	Lt.03	-	C
	03	11.200,60	79,95	84,08	126,83	153,37	-	VP	AV	Lt.02	Lt.04	-	C
	04	13.264,12	79,95	83,63	153,37	178,45	-	VP	AV	Lt.03	Lt.09	-	C
	05	57.982,65	191,39	192,45	296,79	299,80	4,24	VP	AP	VP	AV	VP	I
	06	9.972,50	96,92	99,92	96,84	99,84	4,24	VP	Lt.08	VP	AP	VP	C
	07	10.072,49	96,60	105,16	99,84	100,21	-	VP	Lt.08	AP	CM	-	C
	08	72.848,29	199,87	200,77	373,98	354,98	-	VP	CM	Lt.10	Lt.06 e 07/AP	-	C
	09	86.770,06	372,96	375,78	178,45	288,72	4,10	VP	AV	Lt.04	VP	-	I
	10	73.801,85	184,87	117,27 + 34,77 + 33,47 + 33,94 + 54,96	371,29	373,98	4,37	VP	CM	VP	Lt.08	VP	I
TOTAIS	10	350.019,48											

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: VP = Via Pública, AP = Área Pública, AV = Área Verde, Lt. = Lote, C. = Comercial, I. = Institucional, CM = Cerca Metrô

CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTE BUARQUE
Governador do Distrito Federal

EQUPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO: Paulo Renato Silveira Bicca
Secretário Adjunto de Obras

SUPERVISÃO: Luis Philippe Peres Torelly
Diretor Presidente - IPDF

Benny Schvasberg
Diretor de Estudos e Projetos - IPDF

Marília Pacheco Machado
Gerente de Projetos

AUTORAS DO PROJETO: Eliana Ferreira Bermudez
Arquiteta

Mara Souto Marquez
Arquiteta

Maria Marta Silveira Coelho
Arquiteta

COLABORAÇÃO: Fabrício Matos Benjamin
Maria Olívia Rosa
Laila Mackenzie Mendonça
Alexandre Luis Dias Soares
Isabel David Vieira
Francisco das Chagas Leitão
José Francisco Mingone
Eugênio Barbosa.

M E M O R I A L D E S C R I T I V O		
MOE: 08 /97	FL. 14 / 14	
A L T E R A Ç Õ E S D E P R O J E T O		

DECRETO Nº 18096, DE 18 DE MARÇO DE 1997

Regulamenta o Prêmio Brasília de Ciência e Tecnologia, instituído pela Lei nº 1.208, de 27 de setembro de 1996.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, decreta:
Art. 1º - Fica aprovado, na forma do anexo a este Decreto, o Regulamento do Prêmio Brasília de Ciência e Tecnologia, instituído pela Lei nº 1.208, de 27 de setembro de 1996.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de Março de 1997
109º da República e 37º de Brasília
CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO

PRÊMIO BRASÍLIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

REGULAMENTO

1. DO OBJETIVO

O ***Prêmio Brasília de Ciência e Tecnologia***, instituído pela Lei nº 1.208, de 27 de setembro de 1996, visa estimular a produção intelectual nas diferentes áreas do saber científico e tecnológico e garantir espaço para a divulgação de tecnologia gerada e aplicável no Distrito Federal, através da premiação de trabalhos científicos que representem o estado atual da arte ou apresentem novas visões da tecnologia demandada em áreas específicas do conhecimento científico, na forma do presente regulamento.

2. DA PERIODICIDADE

O ***Prêmio Brasília de Ciência e Tecnologia*** será concedido bienalmente, em ano não coincidente com o da outorga do Prêmio Jovem Cientista de Brasília, e entregue em solenidade pública, presidida pelo Governador do Distrito Federal.

3. DOS TEMAS

A cada ano de realização do certame serão definidas, em sistema de rodízio, quatro áreas do conhecimento, de acordo com a classificação adotada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP/DF, para enquadramento dos trabalhos.

O edital de inscrição no concurso será publicado no ano da realização do concurso, no órgão de imprensa oficial e em dois jornais locais de grande circulação.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Cientistas e pesquisadores residentes no Distrito Federal, com escolaridade mínima de 3º grau completo, poderão se inscrever, individualmente, em apenas uma das áreas temáticas estabelecidas, concorrendo com um só trabalho, que deverá apresentar uma abordagem original do tema desenvolvido.

No caso de mais de um trabalho apresentado pelo mesmo autor, será considerado apenas o primeiro recebido pela Secretaria-Executiva do Concurso, se entregue diretamente, ou o que primeiro for postado no correio, se remetido por esse meio, ficando os demais automaticamente eliminados.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos concorrentes, que poderão ser apresentados sob a forma de monografia ou invento, deverão ser entregues diretamente ou remetidos pelo correio, sob registro, para o Gabinete do Secretário-Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, ou outro local por ele designado no edital do concurso.

6. DA DOCUMENTAÇÃO

A identificação do concorrente, seus dados pessoais, *curriculum vitae* atualizado, endereço e telefones para contato deverão ser encaminhados junto com o trabalho, em envelope lacrado, em cuja frente constará o nome do evento e o pseudônimo do autor.

7. DA COMISSÃO JULGADORA

A cada ano da realização do concurso será constituída Comissão Julgadora, presidida pelo Secretário-Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, e composta de 03 (três) membros por área temática, escolhidos dentre cientistas de notório saber nas respectivas áreas.

A escolha dos membros da Comissão Julgadora deverá preceder a publicação do edital do concurso, que será por ela elaborado.

Ao Presidente da Comissão Julgadora caberá o voto de desempate, quando devido, bem como a homologação dos resultados das subcomissões julgadoras.

8. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Serão selecionados os trabalhos que se enquadrem plenamente nas áreas temáticas do concurso, observando-se, ainda, os aspectos da originalidade, relevância e aplicabilidade desses estudos para o desenvolvimento sócio-econômico do Distrito Federal.

9. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Os nomes dos autores premiados serão divulgados através do Diário Oficial do Distrito Federal.

10. DA PREMIAÇÃO

O ***Prêmio Brasília de Ciência e Tecnologia*** consistirá na outorga de medalha e diploma ao primeiro colocado em cada uma das áreas temáticas, na publicação do trabalho vitorioso, se apresentado sob a forma de monografia, e na entrega de certificado de participação aos autores dos trabalhos selecionados.

A Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal poderá, de acordo com a sua conveniência, proceder à publicação de monografias não premiadas.

Caberá aos autores das monografias publicadas 20 (vinte) exemplares da primeira edição.

11. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1 O não cumprimento de qualquer uma das exigências regulamentares acarretará a não aceitação da inscrição, sua anulação ou desclassificação.
11.1.1 Serão desclassificados os trabalhos entregues fora do prazo estabelecido em edital para as inscrições.
11.1.2 No caso dos trabalhos remetidos pelo correio, será considerada, para efeito do disposto no item anterior, a data do registro postal.
11.2 Fica automaticamente eliminado o candidato que, antes da proclamação do resultado do concurso, divulgar o trabalho com o qual estiver concorrendo.
11.3 As informações e os dados contidos nos trabalhos concorrentes são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.
11.4 Os materiais encaminhados para inscrição no ***Prêmio Brasília de Ciência e Tecnologia*** passam a ser de propriedade da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.
11.5 À Comissão Julgadora é reservado o direito de não indicar vencedores para premiação, caso os trabalhos inscritos não apresentem qualidade satisfatória.
11.6 As decisões da Comissão Julgadora são soberanas e irrecorríveis.
11.7 A remessa dos trabalhos para inscrição implica na sujeição, por parte do autor, às disposições constantes do presente regulamento e do respectivo edital.
11.8 Os casos omissos serão decididos pela Comissão Julgadora e registrados pelo seu Presidente.

DECRETO Nº 18.097, DE 18 DE MARÇO DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 150.000.055/97, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Cultura e Esporte crédito suplementar, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de Março de 1997
109º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
16.000	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE				100.000
(230101/00001)	16.101 SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE				100.000
00400247.2545	AMPLIACAO, MODERNIZACAO E MANUTENCAO DO POLO DE CINEMA E VIDEO				100.000
00400247.2545.0001	AMPLIACAO, MODERNIZACAO E MANUTENCAO DO POLO DE CINEMA E VIDEO	34.90.39	000	100.000	100.000
00196/001 -200035				TOTAL	100.000

ANEXO II — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — CANCELAMENTO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
16.000	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE				100.000
(230101/00001)	16.101 SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE				100.000
00400247.1624	CONSTRUCAO DE CONCHA ACUSTICA EM BRAZLANDIA				100.000
00400247.1624.0001	CONSTRUCAO DE CONCHA ACUSTICA EM BRAZLANDIA	45.90.51	000	100.000	100.000
00196/002 -200042				TOTAL	100.000

DECRETO Nº 18.098, DE 18 DE MARÇO DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 193.000.039/97, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de Março de 1997
109º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DE OUTRAS FONTES

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
21.000	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA				23.000
(150201/15201)	21.201 FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL				23.000
03070021.2331	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				20.000
03070021.2331.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.90.52	002	20.000	20.000
150010486.2210	CONCESSAO DE BENEFICIOS A SERVIDORES				3.000
150010486.2210.0001	CONCESSAO DE BENEFICIOS A SERVIDORES	31.90.00	000	3.000	3.000
00197/001 -200035				TOTAL	23.000

ANEXO II — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — CANCELAMENTO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
21.000	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA				23.000
(150201/15201)	21.201 FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL				23.000
03070021.2331	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				23.000
03070021.2331.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.16	000	3.000	3.000
03070021.2331.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.93	002	20.000	20.000
00197/002 -200042				TOTAL	23.000

DECRETO Nº 18.099, DE 18 DE MARÇO DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 082.002.230/97, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Fundação Educacional do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de Março de 1997
109º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DE OUTRAS FONTES

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
18.000	SECRETARIA DE EDUCACAO				20.000
(160201/16201)	18.201 FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL				20.000
00070021.2038	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				20.000
00070021.2038.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.92	050	20.000	20.000
00195/001 -200035				TOTAL	20.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
18.000	SECRETARIA DE EDUCACAO				20.000
(160201/16201) 18.201	FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL				20.000
080070021.2038	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				20.000
080070021.2038.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.92	050	20.000	20.000
00195/002 -200042				TOTAL	20.000

DECRETO Nº 18.100, DE 18 DE MARÇO DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 030.001.728/97, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Obras crédito suplementar, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei supracitada, pela anulação total da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de Março de 1997
109º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
22.000	SECRETARIA DE OBRAS				15.000
(190101/00001) 22.101	SECRETARIA DE OBRAS				15.000
100070021.2048	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				15.000
100070021.2048.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.93	002	15.000	15.000
00178/001 -200035				TOTAL	15.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
22.000	SECRETARIA DE OBRAS				15.000
(190101/00001) 22.101	SECRETARIA DE OBRAS				15.000
100070021.2048	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				15.000
100070021.2048.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.93	002	15.000	15.000
00178/002 -200042				TOTAL	15.000

DECRETO Nº 18.101, DE 18 DE MARÇO DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 111.589,00 (cento e onze mil, quinhentos e oitenta e nove reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6º, inciso II, alínea "a", da Lei nº 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 082.000.658/97, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Fundação Educacional do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 111.589,00 (cento e onze mil, quinhentos e oitenta e nove reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4,320, de 17 de março de 1964, pela incorporação de recursos de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial relativo ao Convênio nº 184/95, firmado com o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP.

Art. 3º Em função do artigo anterior, a receita da Fundação Educacional do Distrito Federal fica acrescida dos valores constantes do Anexo I.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18de Março de 1997
109º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

FISCAL

RECEITA

18.000 SECRETARIA DE EDUCACAO
18.201 FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICACAO		DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES			89.258
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		7.935	
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		7.935	
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		81.323	
1980.00.00	RECEITA DE CONVENIOS		81.323	
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			22.291
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		22.291	
2530.00.00	RECEITA DE CONVENIOS		22.291	
00194/001			TOTAL	111.549

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

SUPLEMENTACAO

~~ANEXO AO DECRETO Nº. 18.101 de 18 de Março de 1 997~~

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
18.000	SECRETARIA DE EDUCACAO				111.549
(160201/16201) 18.201	FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL				111.549
080460223.2234	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE EDUCACAO FISICA				111.549
080460223.2234.0001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE EDUCACAO FISICA	34.90.30	062	37.554	
		34.90.33	062	4.599	
		34.90.36	051	7.935	
		34.90.36	062	31.560	
		34.90.39	062	7.610	
		45.90.52	062	22.291	111.549
00194/002 -200033				TOTAL	111.549

DECRETO Nº 18.102, DE 18 DE MARÇO DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 357.561,00 (trezentos e cinqüenta e sete mil, quinhentos e sessenta e um reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta dos processos nºs 138.000.225/97 e 144.000.093/97, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Região Administrativa IX - Ceilândia e Região Administrativa XIV - São Sebastião crédito suplementar, no valor de R$ 357.561,00 (trezentos e cinqüenta e sete mil, quinhentos e sessenta e um reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei supracitada, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18de Março de 1997
109º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR F I S C A L

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				357.561
(190111/00001)	11.111	REGIAO ADMINISTRATIVA IX - CEILANDIA				27.000
030070021.2017		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				27.000
030070021.2017.0002		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.39	000	27.000	27.000
(190116/00001)	11.116	REGIAO ADMINISTRATIVA XIV - SAO SEBASTIAO				330.561
100580328.2502		MANUTENCAO DE AREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				330.561
100580328.2502.0001		MANUTENCAO DE AREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.39	004	330.561	330.561
00180/001 -200035					TOTAL	357.561

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR F I S C A L

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				357.561
(190111/00001)	11.111	REGIAO ADMINISTRATIVA IX - CEILANDIA				27.000
030070021.2017		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				27.000
030070021.2017.0002		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.90.52	000	24.000	
			46.90.64	000	3.000	27.000
(190116/00001)	11.116	REGIAO ADMINISTRATIVA XIV - SAO SEBASTIAO				330.561
100580323.1086		EXECUCAO DE OBRAS DE URBANIZACAO				330.561
100580323.1086.0008		PAVIMENTACAO ASFALTICA DAS QUADRAS 1, 3, 5, E 7	45.90.51	004	165.000	165.000
100580323.1086.0010		OBRAS DE PAVIMENTACAO ASFALTICA DO BAIRRO RESIDENCIAL DO BOS QUE	45.90.51	004	165.561	165.561
00180/002 -200042					TOTAL	357.561

DECRETO Nº 18.103, DE 18 DE MARÇO DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 187.395,00 (cento e oitenta e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6°, inciso I, alinea "a", da Lei n° 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 030.001.743/97, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Secretaria da Criança e Assistência Social crédito suplementar, no valor de R$ 187.395,00 (cento e oitenta e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de Março de 1997
109° da República e 37° de Brasília
CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR SEGURIDADE

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	17.000	SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL				187.395
(180101/00001)	17.101	SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL				187.395
150070021.2045		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				185.395
150070021.2045.0002		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	31.90.92	000	4.729	
			31.90.93	000	180.666	185.395
150070021.2428		MANUTENCAO DO CONSELHO DE ASSISTENCIA SOCIAL				2.000
150070021.2428.0001		MANUTENCAO DO CONSELHO DE ASSISTENCIA SOCIAL	45.90.52	000	2.000	2.000
00180/001 -200035					TOTAL	187.395

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR SEGURIDADE

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	17.000	SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL				187.395
(180101/00001)	17.101	SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL				187.395
150070021.2045		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				185.395
150070021.2045.0002		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.93	000	185.395	185.395
150070021.2428		MANUTENCAO DO CONSELHO DE ASSISTENCIA SOCIAL				2.000
150070021.2428.0001		MANUTENCAO DO CONSELHO DE ASSISTENCIA SOCIAL	34.90.39	000	2.000	2.000
00180/002 -200042					TOTAL	187.395

RETIFICAÇÃO

No Decreto nº 17.976, de 20 de janeiro de 1997, publicado no DODF nº 014, de 21 de janeiro de 1997:

ONDE SE LÊ: ANEXO I
080070021.2038.0002 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - 34.90.04 - 030 - 30.000.000,00

LEIA-SE: ANEXO I
080070021.2038.0001 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - 34.90.04 - 030 - 30.000,000,00

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 1.230, DE 22 DE OUTUBRO DE 1996

(Autores do Projeto de Lei: Deputados Cláudio Monteiro e Daniel Marques)

Cria o Pólo Agroindustrial de Planaltina e estabelece normas de implantação.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, o Governador do Distrito Federal, nos termos do § 3° do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, sancionou, e eu, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na forma do § 6° do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° Fica criado o Pólo Agroindustrial da Região Administrativa de Planaltina, RA VI.

Art. 2° Destina-se o Pólo Agroindustrial de Planaltina à promoção e à instalação de pequenos e médios empresários da agroindústria.

Parágrafo único. O órgão do Governo do Distrito Federal responsável pelo desenvolvimento da agroindústria, em articulação com a Administração Regional de Planaltina, selecionará as empresas interessadas em se instalar no Pólo Agroindustrial de Planaltina.

Art. 3° A localização do Pólo Agroindustrial de Planaltina será definida pelo Poder Executivo.

Art. 4° A Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia-SEMATEC orientará e acompanhará o Relatório de Impacto Ambiental-RIMA.

Art. 5° Serão destinados ao Pólo Agroindustrial de Planaltina recursos financeiros do Fundo do Centro Oeste e outros que se destinem ao desenvolvimento da região.

Art. 6° O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 7° O Poder Executivo elaborará e fará publicar, até o final do terceiro trimestre de cada ano, relatório sobre os estudos, a implantação e o funcionamento do Pólo Agroindustrial de Planaltina.

Art. 8° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de outubro de 1996
Deputado GERALDO MAGELA
Presidente

LEI Nº 1.402, DE 12 DE MARÇO DE 1997

(Autor do Prôjeto: Deputado Tadeu Filippelli)

Autoriza o Governo do Distrito Federal a firmar parceria com a iniciativa privada para a implantação do Plano Diretor do Parque Areal.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, o Governador do Distrito Federal, nos termos do § 3° do art. 74 da Lei Orgânica do

Distrito Federal, sancionou, e eu, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na forma do § 6° do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a implantar o Parque Areal, localizado na Região Administrativa III - Taguatinga, em parceria com a iniciativa privada.

§ 1º A implantação do parque será condicionada à localização e aos objetivos estabelecidos no Decreto nº 16.142, de 9 de dezembro de 1994, que cria o Parque Areal.

§ 2º Compete à Administração Regional de Taguatinga a implantação, administração e manutenção do parque, assessorada nos aspectos ambientais pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente-COMDEMA de Taguatinga.

Art. 2º O Plano Diretor do Parque Areal será elaborado no prazo estabelecido no art. 5º do Decreto nº 16.142, de 9 de dezembro de 1994.

§ 1º O plano diretor definirá as áreas:

I - a serem recuperadas;

II - destinadas à visualização de grande beleza cênica;

III - destinadas à prática de esportes, à cultura e ao lazer;

IV - de trilhas ecológicas, pistas de caminhadas e corridas, piscinas naturais e fontes;

V - para outras atividades, desde que compatíveis com os objetivos do parque.

§ 2º Compete à Administração Regional de Taguatinga a elaboração do plano diretor, nos termos do *caput*, sob a orientação e mediante aprovação da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SEMATEC.

§ 3º O Poder Público garantirá a participação da comunidade na elaboração do plano diretor, por intermédio da Sociedade de Amigos do Parque Areal.

Art. 3º Os equipamentos de uso comercial serão construídos nos locais definidos pelo plano diretor e explorados em parceria com a iniciativa privada, mediante processo licitatório.

§ 1º Os equipamentos comerciais serão licitados individualmente, de forma a incentivar a participação do maior número possível de pequenos empresários e microempresários.

§ 2º As empresas selecionadas terão o direito de exploração por tempo definido, de conformidade com os padrões e as normas estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 4º A implantação e o funcionamento do Parque Areal são de competência da Administração Regional de Taguatinga, sob a supervisão da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SEMATEC.

Parágrafo único. A Comissão de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA de Taguatinga e a Sociedade de Amigos do Parque Areal acompanharão as ações definidas no *caput*.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1997
Deputada LUCIA CARVALHO
Presidente

LEI Nº 1.403, DE 12 DE MARÇO DE 1997
(Autor do Projeto: Deputado Edimar Pireneus)

Autoriza a instituição dos Centros de Atendimento Médico Maternal e Infantil no Distrito Federal.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, o Governador do Distrito Federal, nos termos do § 3° do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, sancionou, e eu, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na forma do § 6° do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Centros de Atendimento Médico Maternal e Infantil-CAMMI no Distrito Federal.

§ 1º Os CAMMI serão vinculados à Secretaria de Saúde e à Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

§ 2º Os hospitais regionais especializados em neonatologia e gravidez de risco serão os centros de referência e de apoio aos CAMMI, de acordo com a hierarquização preconizada pelo Sistema Único de Saúde.

Art. 2º Os Centros de Atendimento Médico Maternal e Infantil terão como objetivos:

I - promover orientação a gestantes;

II - dispensar atendimento médico-hospitalar e odontológico a mães e a crianças e adolescentes de até 14 anos;

III - coordenar e executar programas de banco de leite materno.

Art. 3º São competências dos Centros de Atendimento Médico Maternal e Infantil:

I - realização de cursos para gestantes e comunidade interessada;

II - atendimento pré-natal e pós-parto;

III - realização de partos;

IV - realização de testes médicos e laboratoriais indicados aos recém-nascidos;

V - acompanhamento a recém-nascidos, crianças e adolescentes até 14 anos;

VI - promoção de curso sobre aleitamento materno;

VII - recolhimento e distribuição de leite materno.

Art. 4º Os profissionais de saúde lotados nos Centros de Atendimento Médico Maternal e Infantil deverão:

I - ter treinamento técnico específico e de relações humanas.

II - ter contrato de trabalho previsto em lei.

Art. 5º Os Centros de Atendimento Médico Maternal e Infantil funcionarão vinte e quatro horas por dia, com sistema de plantão em fins de semana.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a construir no mínimo um Centro de Atendimento Médico Maternal e Infantil em cada região administrativa.

§ 1º No prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, serão construídos os dois primeiros CAMMI nas regiões administrativas mais distantes.

§ 2º Os demais CAMMI serão construídos nos três anos subseqüentes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1997
Deputada LUCIA CARVALHO
Presidente

LEI Nº 1.404, DE 12 DE MARÇO DE 1997
(Autor do Projeto: Deputado Adão Xavier)

Dispõe sobre a criação da Escola Técnica da Região Administrativa de Samambaia.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, o Governador do Distrito Federal, nos termos do § 3° do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, sancionou, e eu, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na forma do § 6° do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica da Região Administrativa XII - Samambaia.

Art. 2º A Escola Técnica de Samambaia manterá cursos de nível médio e profissionalizante destinados à formação de técnicos para atenderem às necessidades socioeconômicas da região, os quais serão definidos pela Secretaria de Educação, ouvida a Federação das Indústrias de Brasília-FIBRA e a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central-CODEPLAN.

Art. 3º O Governo do Distrito Federal, por seus órgãos competentes, poderá firmar convênios com o Governo Federal ou com entidades privadas para viabilizar a construção e a operacionalização da Escola Técnica de Samambaia.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1997
Deputada LUCIA CARVALHO
Presidente

SECRETARIA DE GOVERNO

ATOS DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHOS DO CHEFE
Em 14 de março de 1997

PROCESSO : 030-001.725/97
INTERESSADO : TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Conforme a alínea "g", do subitem 1.2, do item 1, da Portaria n.º 017 - SEG, de 22.11.95, RATIFICO, para fins do Art. 26, da Lei n.º 8.666/93, a realização de despesa, com inexigibilidade de licitação, em favor da **TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A,** no valor de **R$ 4.630,88 (quatro mil, seiscentos e trinta reais e oitenta e oito centavos),** para atender despesas com pagamento de tarifa telefônica do Procon/DF.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada na forma expressa no "caput" do art. 25, da Lei nº. 8.666, de 21.06.93.

PROCESSO : 030-001.727/97
INTERESSADO : TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Conforme a alínea "g", do subitem 1.2, do item 1, da Portaria n.º 017 - SEG, de 22.11.95, RATIFICO, para fins do Art. 26, da Lei n.º 8.666/93, a realização de despesa, com inexigibilidade de licitação, em favor das **TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A,** no valor de **R$ 2.285,20 (dois mil, duzentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos),** para atender despesas com pagamento de tarifa telefônica da Residência Oficial de Águas Claras.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada na forma expressa no "caput" do art. 25, da Lei nº. 8.666, de 21.06.93.

PROCESSO : 030.000.710/97
INTERESSADO : SECRETARIA DE GOVERNO
ASSUNTO : CONTRATAÇÃO DE FIRMA

Conforme a alínea " f ", do subitem 1.2, do item 1, da Portaria n.º 017 - SEG, de 22.11.95, RATIFICO, para fins do Art. 26, da Lei n.º 8.666/93, a realização de despesa, com dispensa de licitação, em favor da firma **ITIQUIRA TURISMO LTDA.**, no valor de **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, para atender despesas com contrato de fornecimento de passagens aéreas, locação de veículos e serviços de hotelaria, para a Secretaria de Governo, durante 03 (três) meses.

A dispensa de licitação foi fundamentada no art. 24, inciso IV, do supracitado diploma legal.

PROCESSO : 030-001.724/97
INTERESSADO : TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Conforme a alínea "g", do subitem 1.2, do item 1, da Portaria n.º 017 - SEG, de 22.11.95, RATIFICO, para fins do Art. 26, da Lei n.º 8.666/93, a realização de despesa, com inexigibilidade de licitação, em favor da **TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A**, no valor de **R$ 6.579,01 (seis mil, quinhentos e setenta e nove reais e um centavo)**, para atender despesas com pagamento de tarifa telefônica da Casa Militar do Gabinete do Governador.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada na forma expressa no "caput" do art. 25, da Lei nº. 8.666, de 21.06.93.

PROCESSO : 030-001.723/97
INTERESSADO : TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Conforme a alínea "g", do subitem 1.2, do item 1, da Portaria n.º 017 - SEG, de 22.11.95, RATIFICO, para fins do Art. 26, da Lei n.º 8.666/93, a realização de despesa, com inexigibilidade de licitação, em favor da **TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A**, no valor de **R$ 17.667,96 (dezessete mil, seiscentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos)**, para atender despesas com pagamento de tarifa telefônica do Gabinete do Governador e da Secretaria de Governo.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada na forma expressa no "caput" do art. 25, da Lei nº. 8.666, de 21.06.93.

LUIZ ANTONIO M. REBELLO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 17 de março de 1997

PROCESSO Nº : 141.000.475/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
ASSUNTO : ASSINATURA DE PERIÓDICO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 072/97, no valor de R$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais), em favor da Empresa Folha da Manhã S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 141.000.478/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
ASSUNTO : ASSINATURA DE PERIÓDICO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 075/97, no valor de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais), em favor da J. Câmara e Irmãos S/A - Jornal de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 137.000.323/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 124/97, no valor de R$ 4.843,50 (quatro mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos), em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Guará, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 138.000.109/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
ASSUNTO : MANUTENÇÃO DE MÁQUINA COPIADORA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, inclusive no que se refere ao prazo no encaminhamento para presente ratificação. Nota de Empenho n.º 030/97, no valor de R$ 1.005,00 (hum mil e cinco reais), em favor da Type Máquinas e Serviços Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Ceilândia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 148.000.173/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO
ASSUNTO : DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 062/97, no valor de R$ 2.044,62 (dois mil, quarenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), em favor da CEB - Companhia Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Riacho Fundo, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 131.000.063/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
ASSUNTO : TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 048/97, no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), em favor da CAESB - Companhia de Água e Esgoto Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Gama, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 131.000.156/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
ASSUNTO : TARIFA TELEFÔNICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 047/97, no valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), em favor da TELEBRASÍLIA - Telecomunicações de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Gama, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 141.000.410/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
ASSUNTO : ASSINATURA DE PERIÓDICO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 073/97, no valor de R$ 40,00 (quarenta reais), em favor da Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 142.000.378/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
ASSUNTO : EXECUÇÃO DE OBRA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso VIII do artigo 24 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, inclusive no que se refere ao prazo no encaminhamento para presente ratificação. Nota de Empenho n.º 049/97, no valor de R$ 49.600,00 (quarenta e nove mil e seiscentos reais), em favor da NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

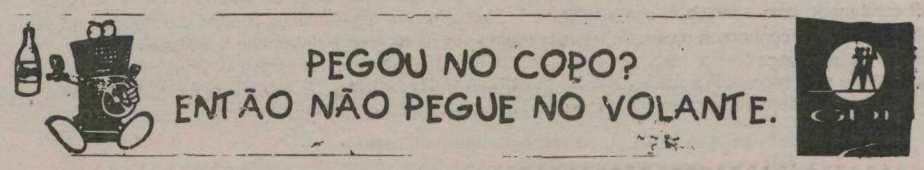
PEDRO BRAGA NETTO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 29, DE 18 DE MARÇO DE 1997

ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida
PROCESSO: 148.000.309/97.
O Administrador Regional do Riacho Fundo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XI do Art. 43 do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.245 de 28/dezembro/1994 publicado no DODF nº 250 de 29/dezembro/1994, combinado com os Incisos I e IV do Artigo 80 e Artigo 81 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do DF., aprovada pelo Decreto 16.098 de 29/novembro/94, resolve:
I - Reconhecer a dívida e autorizar a realização da despesa no valor de R$ 76,61 (SETENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS), em favor do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.Publique-se.
II - Encaminhar à DAG para as providências cabíveis.

PEDRO CÂMARA LEÃO



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 17 de março de 1997

PROCESSO Nº : 030.005268/96
INTERESSADO : MF COMERCIAL DE PAPÉIS LTDA
ASSUNTO : APLICAÇÃO DE MULTA
Conforme item 7.4 do Edital de Licitação do Convite 21/96, a firma MF COMERCIAL DE PAPÉIS LTDA, foi multada em 0,14 UPDF(catorze centésimos de UPDF), por não ter entregue os materiais constantes na NE 590/96.

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRÀDE

ATOS DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHOS DO CHEFE

PROCESSO Nº : 030.000.725/96
NTERESSADO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 de Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece os incisos I, II e IV do Artigo 39 combinado com o inciso I do Artigo 38, do citado diploma legal e ainda conforme a Portaria 43 de abril de 1.995, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 3.294,36 (Três mil, duzentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos) a favor do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, a conta do subelemento de despesa 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores.

PROCESSO Nº : 030.000.728/96
INTERESSADO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 de Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece os incisos I, II e IV do Artigo 39 combinado com o inciso I do Artigo 38, do citado diploma legal ainda conforme a Portaria 43 de abril de 1.995, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 12.484,89 (Doze mil, quatocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) a favor da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, a conta do subelemento de despesa 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores.

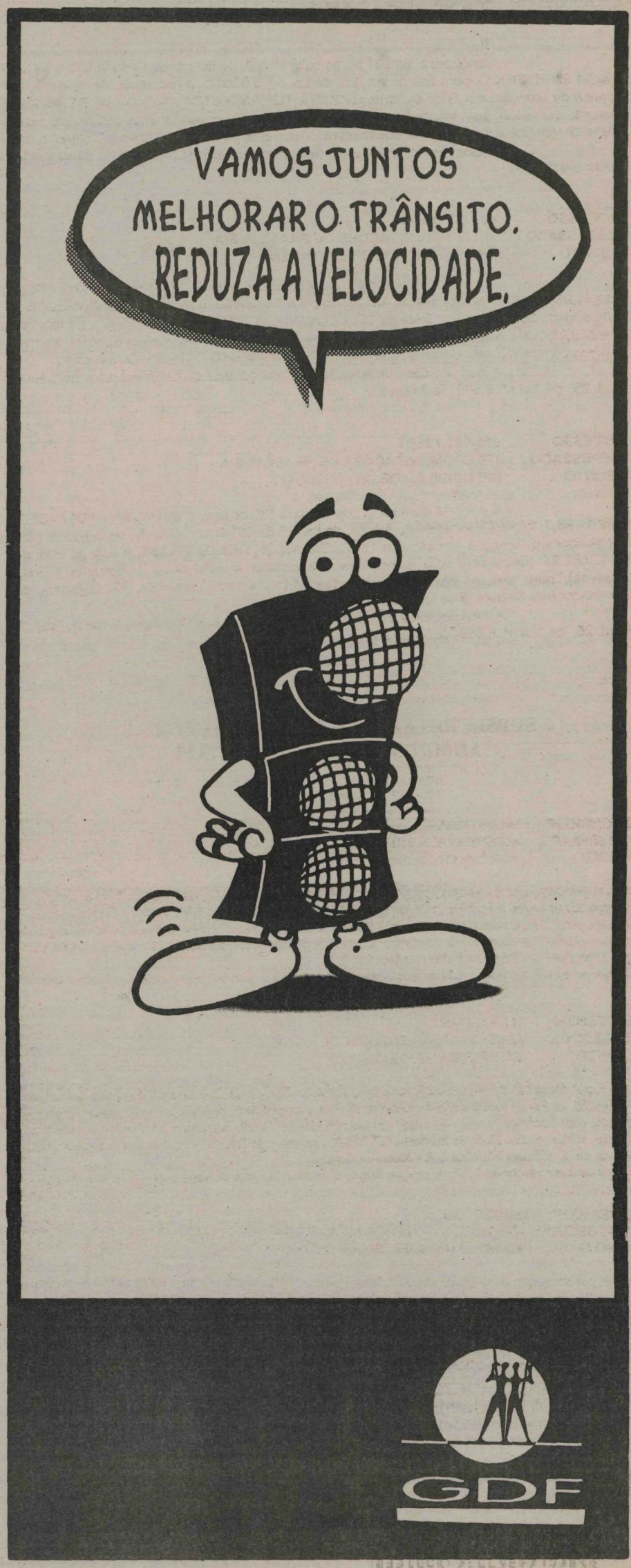
PROCESSO Nº : 030.000.724/96
INTERESSADO : **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA - CAESB**
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 de Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece os incisos I, II e IV do Artigo 39 combinado com o inciso I do Artigo 38, do citado diploma legal e ainda conforme a Portaria 43 de abril de 1.995, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 2.114,01 (Dois mil, cento e quatorze reais e um centavos) a favor da **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA - CAESB**, a conta do subelemento de despesa 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores.

PROCESSO Nº : 030.000.733/96
INTERESSADO : **MINISTÉRIO DA SAÚDE**
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 de Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece os incisos I, II e IV do Artigo 39 combinado com o inciso I do Artigo 38, do citado diploma legal e ainda conforme a Portaria 43 de abril de 1.995, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 9.619,55 (Nove mil, seiscentos e dezenove reais e cinqüenta e cinco centavos) a favor do MINISTÉRIO DA SAÚDE, a conta do subelemento de despesa 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores.

PROCESSO Nº : 030.000.726/96
INTERESSADO : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ**
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 de Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece os incisos I, II e IV do Artigo 39 combinado com o inciso I do Artigo 38, do citado diploma legal ainda conforme a Portaria 43 de abril de 1.995, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 15.793,13 (Quinze mil, setecentos e noventa e três reais e treze centavos) a favor do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ**, a conta do subelemento de despesa 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores.

PROCESSO Nº : 030.000.730/96
INTERESSADO : **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**
ASSUNTO :Reconhecimento de Dívida
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 de Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece os incisos I, II e IV do Artigo 39 combinado com o inciso I do Artigo 38, do citado diploma legal e ainda conforme a Portaria 43 de abril de 1995, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 4.936,42 (Quatro mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos) a favor da firma COMPANHIA NACIONAL DE ABSTEMCIMENTO - CONAB, a conta do subelemento de despesa 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores.

NEIO LÚCIO DE OLIVEIRA CAMPOS



SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 177, DE 18 DE MARÇO DE 1997

SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta dos processos nºs 030.001.744/97, 136.000.262/97 e 138.000.225/97, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa de Diversas Unidades Orçamentárias, aprovado pela Portaria SEFP nº 01, de 3 de janeiro de 1997.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

A C R E S C I M O

F I S C A L

RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	V A L O R DETALHADO	V A L O R TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				39.000
(190110/00001) 11.110	REGIAO ADMINISTRATIVA VIII - NUCLEO BANDEIRANTE				35.000
030070021.2012	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				35.000
030070021.2012.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.93	000	35.000	35.000
(190111/00001) 11.111	REGIAO ADMINISTRATIVA IX - CEILANDIA				3.000
030070021.2017	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				3.000
030070021.2017.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.39	000	3.000	3.000
(190112/00001) 11.112	REGIAO ADMINISTRATIVA X - GUARA				1.000
030070021.2025	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				1.000
030070021.2025.0003	FUNCIONAMENTO DA PATRULHA MOTOMECANIZADA	34.90.30	000	1.000	1.000
00181/001 -200080				TOTAL	39.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

R E D U C A O

F I S C A L

RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	V A L O R DETALHADO	V A L O R TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				39.000
(190110/00001) 11.110	REGIAO ADMINISTRATIVA VIII - NUCLEO BANDEIRANTE				35.000
030070021.2012	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				35.000
030070021.2012.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.11	000	35.000	35.000
(190111/00001) 11.111	REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILANDIA				3.000
030070021.2017	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				3.000
030070021.2017.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.36	000	3.000	3.000
(190112/00001) 11.112	REGIAO ADMINISTRATIVA X - GUARA				1.000
030070021.2025	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				1.000
030070021.2025.0003	FUNCIONAMENTO DA PATRULHA MOTOMECANIZADA	34.90.39	000	1.000	1.000
00181/002 -200081				TOTAL	39.000

PORTARIA Nº 178, DE 18 DE MARÇO DE 1997

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta dos processos nºs 030.001.821/97 e 142.000.181/97, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Região Administrativa VI - Planaltina e Região Administrativa XII - Samambaia, aprovado pela Portaria SEFP nº 01, de 3 de janeiro de 1997.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

A C R E S C I M O

F I S C A L

RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	V A L O R DETALHADO	V A L O R TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				131.000
(190108/00001) 11.108	REGIAO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA				2.000
030480247.4022	PROMOCAO DE ATIVIDADES CULTURAIS				2.000
030480247.4022.0001	ENCENACAO DA VIA SACRA AO VIVO DE PLANALTINA	34.90.39	000	2.000	2.000
(190114/00001) 11.114	REGIAO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA				129.000
030070021.2193	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				129.000
030070021.2193.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.73	000	129.000	129.000
00185/001 -200080				TOTAL	131.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

R E D U C A O

F I S C A L

RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	V A L O R DETALHADO	V A L O R TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				131.000
(190108/00001) 11.108	REGIAO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA				2.000
030480247.4022	PROMOCAO DE ATIVIDADES CULTURAIS				2.000
030480247.4022.0001	ENCENACAO DA VIA SACRA AO VIVO DE PLANALTINA	34.90.30	000	2.000	2.000
(190114/00001) 11.114	REGIAO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA				129.000
030070021.2193	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				129.000
030070021.2193.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.92	000	129.000	129.000
00185/002 -200081				TOTAL	131.000

PORTARIA Nº 179, DE 18 DE MARÇO DE 1997

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do Processo n.º 054 000234/97, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pela Portaria SEFP nº 01, de 3 de janeiro de 1997.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

A C R E S C I M O

S E G U R I D A D E

RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	V A L O R DETALHADO	V A L O R TOTAL
24.000	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				150.000
(220103/00001) 24.103	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				150.000
150820495.2092	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				150.000
150820495.2092.0001	PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO	31.90.92	000	150.000	150.000
00191/001 -200080				TOTAL	150.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

SEGURIDADE

REDUCAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	24.000	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				150.000
(220103/00001)	24.103	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				150.000
150020495.2092		ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				150.000
150020495.2092.0001		PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO	31.90.01	000	150.000	150.000
00191/002 -200081					TOTAL	150.000

PORTARIA Nº 180, DE 18 DE MARÇO DE 1997

SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do processo nº 030.001.743/97, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria da Criança e Assistência Social, aprovado pela Portaria SEFP nº 01, de 3 de janeiro de 1997.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

SEGURIDADE

ACRESCIMO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	17.000	SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL				15.605
(180101/00001)	17.101	SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL				15.605
150070021.2045		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				15.605
150070021.2045.0001		ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.93	000	15.605	15.605
00187/001 -200080					TOTAL	15.605

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

SEGURIDADE

REDUCAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	17.000	SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL				15.605
(180101/00001)	17.101	SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL				15.605
150070021.2045		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				15.605
150070021.2045.0001		ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.08	000	15.605	15.605
00187/002 -200081					TOTAL	15.605

PORTARIA Nº 181, DE 18 DE MARÇO DE 1997

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do Processo nº 192.000.067/97, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa do Jardim Zoológico de Brasília, aprovado pela Portaria SEFP nº 01, de 3 de janeiro de 1997.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

FISCAL

ACRESCIMO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	21.000	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA				40.000
(150107/00001)	21.107	JARDIM ZOOLOGICO DE BRASILIA				40.000
040070021.2308		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				40.000
040070021.2308.0001		ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.93	000	40.000	40.000
00190/001 -200080					TOTAL	40.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

FISCAL

REDUCAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	21.000	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA				40.000
(150107/00001)	21.107	JARDIM ZOOLOGICO DE BRASILIA				40.000
040070021.2308		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				40.000
040070021.2308.0001		ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.92	000	40.000	40.000
00190/002 -200081					TOTAL	40.000

PORTARIA Nº 182, DE 18 DE MARÇO DE 1997

SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do processo nº 190.000.087/97, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, aprovado pela Portaria SEFP nº 01, de 3 de janeiro de 1997.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

FISCAL

ACRESCIMO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	21.000	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA				200.000
(150101/00001)	21.101	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA				200.000
030070021.2178		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				200.000
030070021.2178.0001		ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.93	000	200.000	200.000
00202/001 -200080					TOTAL	200.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

FISCAL

REDUCAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	21.000	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA				200.000
(150101/00001)	21.101	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA				200.000
030070021.2178		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				200.000
030070021.2178.0001		ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.11	000	200.000	200.000
00202/002 -200081					TOTAL	200.000

PORTARIA Nº 183, DE 18 DE MARÇO DE 1997

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do processo nº 073.000.433/97, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, aprovado pela Portaria SEFP nº 01, de 3 de janeiro de 1997.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

FISCAL

ACRESCINO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
14.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA				40.000
(210201/21201) 14.201 FUNDACAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL				40.000
04407.0021.2056 MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				40.000
04407.0021.2056.0002 MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.90.52	050	40.000	40.000
00198/001 -200000			TOTAL	40.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

FISCAL

REDUCAO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
14.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA				40.000
(210201/21201) 14.201 FUNDACAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL				40.000
04407.0021.2056 MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				40.000
04407.0021.2056.0002 MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.90.52	050	40.000	40.000
00198/002 -200001			TOTAL	40.000

SUBSECRETARIA DA RECEITA

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 56-DAT/SUREC/SEFP, DE 4 DE MARÇO DE 1997

Suspensão da cobrança do ITBI na transmissão de imóvel decorrente de incorporação da transmitente à adquirente.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentada no artigo 3º, inciso II da Lei nº 11, de 29/12/88, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.001091/97, declara:

Suspensa a cobrança do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos-ITBI, em decorrência da transferência assim caracterizada:

Transmitentes: PEDRO PAULO DE SOUZA e GLADYS DIMAS DE SOUZA
Adquirente : ARPEG CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA.
Imóveis : SHIS QI 13, CONJ 13, LOTES 6 e 8, LAGO SUL, BRASÍLIA, DF e SHIS CH 2, LOTE 7, LAGO SUL, BRASÍLIA, DF.

Natureza da Transação : INCORPORAÇÃO DA TRANSMITENTE À ADQUIRENTE.

Fica o adquirente, desde já, notificado a apresentar à Divisão de Tributos Imobiliários do Departamento de Arrecadação e Tributação, desta Subsecretaria, no período de 1.11 a 1.12 de 1999, seus livros fiscais e outros documentos que se fizerem necessários à verificação de preponderância de suas atividades, para fins de emissão do Ato Declaratório de Não-Incidência do ITBI ou recolhimento do imposto, na forma regulamentar, conforme o resultado da análise. Caso a exigência não seja atendida, presumir-se-á caracterizada a atividade preponderante de que tratam os parágrafos do artigo 3º da Lei nº 11/88, com o conseqüente lançamento do tributo sobre a transação.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ELIANA A. TORREZAN BONOMI

(*)Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 45, de 7.3.97, pág. 1558.

ATO DECLARATÓRIO Nº 72-SUREC/SEFP, DE 10 DE MARÇO DE 1997

Imunidade quanto ao IPTU para Entidade Sindical.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentada no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, combinado com o artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - e considerando ainda o que consta do processo nº 040.010908/96, declara:

SINAFITE - SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS INTEGRANTES DA CARREIRA AUDITORIA-FISCAL DO TESOURO DO DISTRITO FEDERAL, CGC/MF nº 32.901.738/0001-16, imune quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, referente aos exercícios de 1994, 1995 e 1996 em relação ao imóvel localizado no SRTN Q 701, CONJ P, ED. BRASÍLIA RÁDIO CENTER, SALA 3.053, e referente ao exercício de 1996 em relação aos imóveis de endereço SRTN Q 701, CONJ P, ED. BRASÍLIA RÁDIO CENTER, SALAS 3.054 e 3.055.

Vale lembrar que o benefício terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 11 do Decreto 16.100/94, modificado pelo Decreto nº 17.960/96).

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ELIANA A. TORREZAN BONOMI

ATO DECLARATÓRIO Nº 73-DAT/SUREC/SEFP, DE 10 DE MARÇO DE 1997

Imunidade quanto ao IPVA e isenção da TLP para instituição de assistência social.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentada no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, combinado com o artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - e Lei nº 345, de 3.11.92, e considerando finalmente o que consta do processo nº 040.000586/97, declara:

INSTITUTO VICENTA MARIA PARA O ENSINO PROFISSIONAL DE ARTES DOMÉSTICAS, CGC Nº 00.056.846/0001-43, imune quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, correspondente ao veículo VW/KOMBI, Placa AR-5984, em relação ao exercício de 1997, e isento da Taxa de Limpeza Pública - TLP, para o exercício também de 1997, referente ao imóvel localizado no SGA/SUL Q 606, CONJ A, BRASÍLIA, DF, lembrando que a isenção da TLP deverá anualmente ser renovada (art.5º, § 1º do Decreto 16.090/94) e o reconhecimento da imunidade ao IPVA terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 4º do Decreto nº 16.099/94, modificado pelo Decreto nº 17.958/96).

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ELIANA A. TORREZAN BONOMI

ATO DECLARATÓRIO Nº 74-DAT/SUREC/SEFP, DE 10 DE MARÇO DE 1997

Isenção do ICMS na importação de máquinas e equipamentos sem similar nacional para integrar o ativo fixo.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentada no item 87 do Caderno I do Anexo I ao Decreto nº 16.102 de 30.11.94 (Convênios ICMS nºs 60/93, 152/94 e 122/95), e, tendo em vista o que consta do Processo nº 044.000191/96, declara:

CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL CARACU S. A., inscrita no CGC/MF e no CF/DF sob os nºs. 33.719.311/0045-85 e 07.318.601/002-30 respectivamente, isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS a importação de uma máquina automática de 5 estações para detectar e separar embalagens de vidro defeituosas, marca Bwi - INEX, modelo VT 800/AG -IT, desde que a operação seja contemplada com isenção ou com alíquota reduzida a zero do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ELIANA A. TORREZAN BONOMI

ATO DECLARATÓRIO Nº 75-DAT/SUREC/SEFP, DE 10 DE MARÇO DE 1997

Isenção do IPVA para membros de Missão Diplomática.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentada no artigo 6º, inciso IV do Decreto nº 16.099, de 29.11.94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.002004/97, declara:

GTZ - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS, órgão conexo à Embaixada da República Federal da Alemanha, isento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, relativo ao exercício de 1997, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo VW/GOL GL 1.8, Chassi 9BWZZZ377TT131828, lembrando que o benefício deverá anualmente ser renovado mediante requerimento do interessado (§ 2º do artigo 6º do Decreto nº 16.099/94).

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ELIANA A. TORREZAN BONOMI

ATO DECLARATÓRIO Nº 76-DAT/SUREC/SEFP, DE 10 DE MARÇO DE 1997

Isenção do IPVA para membros de Missão Diplomática.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentada no artigo 6º, inciso IV do Decreto nº 16.099, de 29.11.94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.001624/97, declara:

EDUARD GLOOR, funcionário administrativo da Embaixada da Suíça, isento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, relativo ao exercício de 1997, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo Fiat/Tempra hlx-16V, Chassi 9BD159547T9177326, ano de

fabricação 1996, placa JJD-3292, lembrando que o benefício deverá anualmente ser renovado mediante requerimento do interessado (§ 2º do artigo 6º do Decreto nº 16.099/94).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ELIANA A. TORREZAN BONOMI

DECISÕES DE 17 DE MARÇO DE 1997

Acolho os motivos jurídicos apresentados no parecer do relator e de acordo com a competência a mim delegada no inciso I, da O.S. nº 096/95-SUREC/SEFP, publicada no DODF de 14/09/95, decido pela PROCEDÊNCIA do(s) auto(s) de infração(ões) e/ou apreensão abaixo elencado(s). Ficam (o)s sujeito(s) passivo(s), nos termos do art. 37, II do Dec. 16106/94, intimado(s) a recolher aos cofres do GDF, no prazo de 20 vinte (dias) contados da publicação desta decisão, o crédito tributário respectivo, no(s) valor(es) original(is) abaixo indicado(s), atualizado monetariamente, acrescido de multa(s) e juros de mora, na forma da legislação vigente; ou, querendo, apresentar recurso voluntário ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais-TARF.

Processo nº : 040.004955/96 (AI Nº 534/96 - DFE -ISS - Defesa Tempestiva)
Autuada : MELO & SANTOS LTDA (CF/DF Nº 07.353.084/001-08)
Endereço : SRT/SUL Qd. 701, Conj. E, Bl. 02 e 04, nº 70, Sl. 236 - Brasília - DF
Crédito Tributário : R$ 1.436.491,43 (corrigido até: 29/03/96) Multa(s): 50% e 200%
Advogado : Genuíno Lopes Moreira Junior - OAB/DF nº 10.589
Infração(ões) : não recolhimento de ISS referente imposto lançado e imposto incidente sobre a receita auferida na venda de cartelas de bingo.

PROCESSO Nº : 040.004861/96 (AI nº 109/95 - ICMS - Defesa Tempestiva)
AUTUADA : MEGATON COM. E CONFECÇÕES LTDA. (07.313.777/001-04)
ENDEREÇO : SAI/SO AI PARKSHOPPING 6580 Lj. 128 - BRASÍLIA-DF
CRÉDITO TRIBUTÁRIO : R$ 384.042,70 (corrigido até : 25/01/96 e 26/01/96) Multa(s): 50% e 200%
ADVOGADO : SÉRGIO LEVERDI CAMPOS E SILVA OAB. 12.069
Infração(ões) : Imposto lançado e não recolhido e omissão de vendas apurada pelo confronto entre os Relatórios de Faturamento do Parkshopping com a escrita fiscal da empresa.

Publique-se. Após, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF.

ELIANA A. TORREZAN BONOMI
Diretora

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 13 de março de 1997

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Ordem de Serviço nº 096 de 14 de setembro de 1995, INDEFERE o pedido de restituição/compensação do ISS, considerando que houve repasse do ônus a terceiros.
PROCESSO Nº : 042.000.091/97
INTERESSADO : GOIASBRÁS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES
ASSUNTO : RESTITUIÇÃO TRIBUTO - ISS

Em 14 de março de 1997

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11/09/95, AUTORIZO as restituições discriminadas abaixo:

Processo nº	Interessado	Imposto	Valor em R$
042.001.486/96	Lidovina Barbosa de Oliveira Silva	IPTU/TLP	12,99
040.000.430/97	AFMA - Ação Social Comunitária	IPVA	196,64

ELIANA A. TORREZAN BONOMI

RETIFICAÇÃO

NO ATO DECLARATÓRIO Nº 060/97 - DAT/SUREC/SEFP, publicado no DODF Nº 045, DE 07/03/97, Pág. 1.558,onde se lê: "autorizada a compensar o ISS recolhido indevidamente com os débitos parcelados em nome de DOMINGOS SÁVIO TEIXEIRA, CPF Nº 243.961.761/04" , leia-se " autorizada a compensar o ISS recolhido indevidamente no valor de R$ 2.413,40 (Dois mil, quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), com o ISS devido nos períodos subsequentes, a partir do mês de março de 1997".

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 24 de fevereiro de 1997

Recurso Voluntário nº 694/96
Recorrente : **REAL ÔNIBUS LTDA**
Advogado : ROBERTO RODRIGUES DE MORAIS E/OU
Recorrida : Subsecretaria da Receita
REAL ÔNIBUS LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.012971/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 582/95, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 38), recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 21 de novembro de 1996 (documentos de fls. 73). Constata-se, porém, que o apelo é **INTEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF de 25 de outubro de 1996 (pág. 8806), evidenciando-se, assim, a inobservância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **DEIXO, POIS, DE RECEBER O RECURSO**, negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

Em 25 de fevereiro de 1997

Recurso Voluntário nº 096/97
Recorrente : **AGÊNCIA ALÔ S/C LTDA**
Recorrido : Subsecretaria da Receita/SEFP
AGÊNCIA ALÔ S/C LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.005743/96, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 669/96, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 24 de dezembro de 1996 (documentos de fls. 475). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF 11 de dezembro de 1996 (pag. 10125), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação **Fazendária. 3.** Distribua-se e publique-se.

Em 26 de fevereiro de 1997

Recurso Voluntário nº 723/96
Recorrente : DEUX MARIE BOUTIQUE E CONFECÇÕES LTDA
Advogado : GILBERTO ALVES NERY E/OU
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
DEUX MARIE BOUTIQUE E CONFECÇÕES LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.012974/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 917/95-DFE, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 410) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 26 de novembro de 1996 (documentos de fls. 430). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF de 6 de novembro de 1996 (pag. 9099), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação **Fazendária. 3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 116/97
Recorrente : VARIG S/A - VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE
Advogado : MARIA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA E/OU
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
VARIG S/A - VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 043.001391/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 32590/95, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 14) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 8 de janeiro de 1997 (documentos de fls. 47). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF de 20 de dezembro de 1996 (pag. 10507), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação **Fazendária. 3.** Distribua-se e publique-se.

Em 7 de março de 1997

Recurso Voluntário nº 131/97
Recorrente : **LYLIAN BEATRIZ COMELLI DUTRA**
Recorrida : Subsecretaria da Receita
LYLIAN BEATRIZ COMELLI DUTRA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.003554/96, pertinente à Reclamação Contra Lançamento do ISS, exercício de 1996, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 16 de dezembro de 1996 (documentos de fls. 33). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF de 25 de novembro de 1996 (pág. 9583), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com o artigo, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94.. **1 . RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 139/97
Recorrente : BANANAS ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA
Advogado : GILBERTO ALVES NERY E/OU
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
BANANAS ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.010379/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 451/95-DFE, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 111) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 13 de janeiro de 1997 (documentos de fls. 132). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF de 20 de dezembro de 1996 (pag. 10507), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação **Fazendária. 3.** Distribua-se e publique-se.

Em 12 de março de 1997

Recurso Voluntário nº 095/97
Recorrente : GREENSTONE JOALHERIA E ÓTICA LTDA
Advogado : MARIA OLYMPIA GUIMARÃES PINTO E/OU
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
GREENSTONE JOALHERIA E ÓTICA LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.005017/96, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 546/96, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 537) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 16 de dezembro de 1996 (documentos de fls. 533). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF de 25 de novembro de 1996 (pag. 9583), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação **Fazendária. 3.** Distribua-se e publique-se.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 25 de fevereiro de 1997 (*)

PROCESSO Nº : 030.000.986/96
INTERESSADO : TERRACAP
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À Vista das instruções contidas no presente processo e do disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29.11.94 e de acordo com o que estabelece os itens II e IV do artigo 39, combinado com o item I do artigo 38, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização de despesa, determino a emissão de Nota de Empenho Ordinário e o pagamento no valor de R$ 14.028,01 (Quatorze mil, vinte e oito reais e um centavos), em favor da TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília, para atender despesas com o ressarcimento de salário, vantagens e encargos sociais, do mês de dezembro/96, do servidor Luiz Gonzaga de Assis, posto à disposição desta Secretaria, correndo a despesa à conta do subelemento 31.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores.

Publique-se e encaminhe-se o processo à Divisão de Administração Geral DAG/SECRAS, para as providências complementares.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

(*)Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 39, de 27.2.97, pág. 1325.

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHOS DA ORDENADORA DE DESPESAS
Em 17 de março de 1997

Processo nº : 030.001.159/97
Interessado : TELEBRASILIA- TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
Assunto : SERVIÇO TELEFÔNICO/ DSV-ST

Ratifico nos termos do Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 a inexigibilidade da Licitação e autorizo a realização da despesa com base no "caput" do Artigo 25 do mesmo Diploma Legal. Determino a emissão da Nota de Empenho por estimativa no valor de R$ 394,00 (trezentos e noventa e quatro reais), a favor da Telebrasilia-Telecomunicações de Brasília S/A

Processo nº : 030.001.155/97
Interessado : TELEBRASILIA- TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
Assunto : SERVIÇO TELEFÔNICO

Ratifico nos termos do Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 a inexigibilidade da Licitação e autorizo a realização da despesa com base no "caput" do Artigo 25 do mesmo Diploma Legal. Determino a emissão da Nota de Empenho por estimativa no valor de R$.4.510,00 (quatro mil e quinhentos e dez reais), a favor da Telebrasilia-Telecomunicações de Brasília S/A

Processo nº : 030.000.493/97
Interessado : Caesb- Cia de Água e Esgoto de Brasília
Assunto : Inexigibilidade de Licitação

***Ratifico nos termos do Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 a inexigibilidade da Licitação e autorizo* a realização da despesa com base no " caput" do Artigo 25 do mesmo Diploma Legal. Determino a emissão da Nota de Empenho por estimativa no valor de R$ 1.750,00 (Hum mil e setecentos e cinquenta reais) , a favor da Caesb- Cia de Água e Esgoto de Brasília.**

THAIS DE PAIVA MELLO

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE MARÇO DE 1997

Dispõe sobre votação da 001ª Reunião Plenária Ordinária.

A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES-JARI, do DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS-DMTU, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, considerando o resultado da votação da 001ª (Primeira) Reunião Plenária Ordinária da Câmara de Julgamento do Serviço Alternativo, realizada no dia 11 de março de 1997, resolve:

1 -Indeferir, em decisão unânime, os recursos dos permissionários: nº 148, Proc. 096.001.259/96; nº 418, Proc. 096.001.255/96; nº 202, Proc. 096.001.137/96; nº 375, Proc. 096.001.118/96; nº 079, Proc. 096.001.117/96; nº 084, Proc. 096.001.115/96; nº 006, Proc. 096.001.075/96; nº 354, Proc. 096.000.863/96.

2-Indeferir, por decisão da maioria, os recursos dos Permissionários: nº 375, Proc. 096.001.142/96; nº 084, Proc.096.001.131/96; nº 375, Proc. 096.001.071/96; nº 183, Proc. 096.000.964/96; nº 418, Proc. 096.000.958/96; nº 354, Proc. 096.000.863/96; nº 388, Proc. 096.000.798/96; nº 375, Proc. 096.000.790/96, nº 184, Proc. 096.000.506/96; nº 86, Proc. 096.000.505/96; nº 171, Proc. 096.000.462/96.

3 - Deferir, em decisão unânime, o recurso do permissionário nº 064, Proc. 096.000.388/96.

4 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAQUELINE FILGUEIRAS CHAPADENSE PACHECO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 74, DE 13 DE MARÇO DE 1997

Dispõe sobre votação da 84ª Reunião Plenária Ordinária.

A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES-JARI, do DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS-DMTU, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, considerando o resultado da votação da 84ª (octuagésima-Quarta) Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 13 de março de 1997, resolve:

1 -Indeferir, em decisão unânime, aos recursos relativos aos processos nºs.: 096.006.305/96- Alvorada, 096.006.306/96-Planeta,096.006.279/96-Alvorada,096.006.280/96-Planeta,096.006.281/96-Planeta, 096.006.283/96- Planeta.

1.1-Indeferir, por decisão da maioria, aos recursos relativos aos processos nºs: 096.006.285/96-Condor,096.006.288/96 - Lotaxi.

2 - Deferir Parcialmente, por decisão da maioria, aos recursos relativos aos processos nºs: 096.006.282/96 -Viplan cancelados Al'S nºs 487,36652, 096.005.985/96-Viplan cancelados os Al's nºs 3595,3596, 096.006.088/96-Riacho Grande cancelados os Al's nºs 36139, 36140,36141,36142.

3 - Deferir, por decisão unânime, aos recursos relativos aos processos nºs.: 096.006.342/96 - Viplan, 096.006.291/96-Viplan, 096.006.284/96 - Condor, 096.005.446/96- T.C.B., 096.006.277/96 - Viplan.

3.1 - Deferir, por decisão da maioria, aos recursos relativos aos processos nºs: 096.006.341/96 - Viplan, 096.006.064/96 - Viplan, 096.006.079/96- Alvorada, 096.006.072/96 - ARCO, 096.006.112/96 - TCB.

4 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAQUELINE FILGUEIRAS CHAPADENSE PACHECO
Presidente

SECRETARIA DE AGRICULTURA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 12 de março de 1997

PROCESSO Nº: 030.001569/97
INTERESSADO: S/A Correio Brasiliense
ASSUNTO: Renovação de Assinatura

Ratifico,nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21de junho de 1993, a Inexigibilidade de Licitação, de que trata o presente processo, com fulcro no Caput do artigo 25, tendo em vista as justificativas constantes do processo acima citado. Nota de empenho 97NE00084, no valor de R$ 1.632,00(Hum mil seiscentos e trinta e dois reais). Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral para as providências complementares.

PROCESSO Nº: 030.001646/97
INTERESSADO: S/A Jornal de Brasília
ASSUNTO: Renovação de Assinatura

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21de junho de 1993, a Inexigibilidade de Licitação, de que trata o presente processo, com fulcro no Caput do artigo 25, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de empenho 97NE00086 no valor de R$ 540,00 (Quinhentos e quarenta reais) . Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral para as providências complementares.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 188, DE 14 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: Suspender o direito de dirigir do condutor abaixo relacionado com fulcro no artigo 199, inciso VI, do RCNT por ter sido encontrado transportando passageiros em veículo de carga sem autorização para este fim.
PROCESSO Nº : 055.001256/97
INTERESSADO: AMARILDO JOSÉ DA MOTAS
PRONTUÁRIO nº: 11.062.436-0/GO
PERÍODO DE APREENSÃO: 01(um) mês, a contar de 09/02/97.

LUÍS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 189, DE 13 DE MARÇO DE 1997

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43 Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Art 199 Item XIII e seu parágrafo 1º de RCNT, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada.Em consequência fica o referido condutor suspenso do direito de dirigir veículo automotor, devendo frequentar o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito, caso queira pleitear a redução da penalidade ora aplicada.
Processo nº : 05500001262/97 Categoria/UF: "D"/DF
Interessado : EDSON RAIMUNDO DE ASSUNÇÃO
Prontuário : 00.176.829-8
Infração : Artigo 181 Item XXIX do RCNT
Período : 06(seis) meses, a partir de 11.03.97

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 190, DE 13 DE MARÇO DE 1997

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43 Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Art 199 Item II e seu parágrafo 1º de RCNT, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada.Em consequência fica o referido condutor suspenso do direito de dirigir veículo

automotor, devendo frequentar o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito, caso queira pleitear a redução da penalidade ora aplicada.
Processo nº : 05500001263/97 Categoria/UF: "D"/DF
Interessado : JOSÉ BANDEIRA NETO
Prontuário : 00.046.704-9
Infração : Artigo 181 Item III do RCNT
Período : 12(doze) meses, a partir de 20.02.97

LUIS RIOGI MIURA/

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 191, DE 12 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item I e seu Parágrafo 1º do RCNT as Carteiras Nacional de Habilitação abaixo especificadas. Em consequência ficam os referidos condutores SUSPENSOS do direito de dirigir veículo automotor. A penalidade será reduzida à metade se os condutores fizerem o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito.
PROCESSO Nº : 05500001285/97
INTERESSADO : EMILIA DAS GRAÇAS
PRONTUÁRIO : 00093440860/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso II do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 18.02.97
PROCESSO Nº : 05500001286/97
INTERESSADO : OSANO VICENTE DE PAIVA
PRONTUÁRIO : 00.022.018-3/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso II do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 18.02.97
PROCESSO Nº : 05500001287/97
INTERESSADO : JASSILDA FERREIRA DA S. NASCIMENTO
PRONTUÁRIO : 11.611.625-0/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso II do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 19.02.97

LUIS RIOGI MIURA/

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 192, DE 12 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item II e seu Parágrafo 1º do RCNT as Carteiras Nacional de Habilitação abaixo especificadas. Em consequência ficam os referidos condutores SUSPENSOS do direito de dirigir veículo automotor, sem direito à redução de penalidade.
PROCESSO Nº : 05500001289/97
INTERESSADO : ALDO ANIBAL LOPES ARRAIS
PRONTUÁRIO : 00.420.743-2/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 12 (doze) meses, a partir de 18.02.97
PROCESSO Nº : 05500001290/97
INTERESSADO : ERASMO RAMOS BARBOSA
PRONTUÁRIO : 00.368.555-8/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 12 (doze) meses, a partir de 18.02.97
PROCESSO Nº : 05500001290/97
INTERESSADO : GILSON ANDERSON RUSTICK
PRONTUÁRIO : 00127839806/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 12 (doze) meses, a partir de 18.02.97
PROCESSO Nº : 05500001291/97
INTERESSADO : OTO DA SILVA MAIA
PRONTUÁRIO : 17.518.243-4/RN
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 03 (três) meses, a partir de 19.02.97
PROCESSO Nº : 05500001292/97
INTERESSADO : ARNALDO PEREIRA DE OLIVEIRA
PRONTUÁRIO : 00.105.656-7/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 12 (doze) meses, a partir de 14.02.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 193, DE 12 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item II e seu Parágrafo 1º do RCNT as Carteiras Nacional de Habilitação abaixo especificadas. Em consequência ficam os referidos condutores SUSPENSOS do direito de dirigir veículo automotor. A penalidade será reduzida à metade se os condutores fizerem o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito.
PROCESSO Nº : 05500001294/97
INTERESSADO : OLAVO RODRIGUES BEZERRA
PRONTUÁRIO : 00053405277/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 12 (doze) meses, a partir de 18.02.97
PROCESSO Nº : 05500001295/97
INTERESSADO : JEOVA INACIO PAZ
PRONTUÁRIO : 00053889533/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 12 (doze) meses, a partir de 20.02.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 194, DE 12 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item II e seu Parágrafo 1º do RCNT as Carteiras Nacional de Habilitação abaixo especificadas. Em consequência ficam os referidos condutores SUSPENSOS do direito de dirigir veículo automotor, sem direito à redução de penalidade.
PROCESSO Nº : 05500001296/97
INTERESSADO : PEDRO CANUDO DA SILVA
PRONTUÁRIO : 00.089.083-9/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 12 (doze) meses, a partir de 17.02.97
PROCESSO Nº : 05500001297/97
INTERESSADO : ABMAEL ARAUJO
PRONTUÁRIO : 00047105844/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 12 (doze) meses, a partir de 13.02.97
PROCESSO Nº : 05500001298/97
INTERESSADO : AUGUSTO CESAR CUNHA COELHO
PRONTUÁRIO : 00.432.385-8/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 12 (doze) meses, a partir de 13.02.97
PROCESSO Nº : 05500001299/97
INTERESSADO : RICARDO DE SOUSA JUNIOR
PRONTUÁRIO : 00.335.910-7/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 12 (doze) meses, a partir de 13.02.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 195, DE 14 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item I e seu Parágrafo 1º do RCNT a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor. A penalidade será reduzida à metade se o condutor fizer o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito.
PROCESSO Nº : 05500001300/97
INTERESSADO : JOSE CECILIO DE OLIVEIRA
PRONTUÁRIO : 00.157.994-0/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso II do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 07.03.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 196, DE 14 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item II e seu Parágrafo 1º do RCNT a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor. A penalidade será reduzida à metade se o condutor fizer o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito.
PROCESSO Nº : 05500001301/97
INTERESSADO : PAULO DE TARSO G. CALOVI
PRONTUÁRIO : 00076052580/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 06 (seis) meses, a partir de 12.03.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 197, DE 12 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item XIII e seu Parágrafo 1º do RCNT as Carteiras Nacional de Habilitação abaixo especificadas. Em consequência ficam os referidos condutores SUSPENSOS do direito de dirigir veículo automotor. A penalidade será reduzida à metade se os condutores fizerem o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito.
PROCESSO Nº : 05500001302/97
INTERESSADO : VALDECE BATISTA DO VALE
PRONTUÁRIO : 00133941354/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 19.02.97
PROCESSO Nº : 05500001303/97
INTERESSADO : MAURICIO BELARMINO NOGUEIRA
PRONTUÁRIO : 00121210681/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 10.01.97
PROCESSO Nº : 05500001304/97
INTERESSADO : MARIALDO ALMEIDA DO NASCIMENTO
PRONTUÁRIO : 00.249.351-9/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 18.02.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 198, DE 12 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item XIII e seu Parágrafo 1º do RCNT as Carteiras Nacional de Habilitação abaixo especificadas. Em consequên-

cia ficam os referidos condutores SUSPENSOS do direito de dirigir veículo automotor, sem direito à redução de penalidade.
PROCESSO Nº : 05500001305/97
INTERESSADO : CARLOS DINOS DE AQUINO
PRONTUÁRIO : 11.102.948-1/GO
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 19.02.97
PROCESSO Nº : 05500001306/97
INTERESSADO : JORGE OLIVEIRA DA SILVA
PRONTUÁRIO : 00011981841/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 13.02.97
PROCESSO Nº : 05500001307/97
INTERESSADO : AGOSTINHO LOPES DE ALCANTARA
PRONTUÁRIO : 11.197.680-4/GO
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 13.02.97
PROCESSO Nº : 05500001308/97
INTERESSADO : MAURICIO ALVES BOMFIM
PRONTUÁRIO : 00.414.083-4/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 14.02.97
PROCESSO Nº : 05500001309/97
INTERESSADO : JOSE LUIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA
PRONTUÁRIO : 00043360141/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 14.02.97
PROCESSO Nº : 05500001310/97
INTERESSADO : REGINALDO ARAUJO LIMA
PRONTUÁRIO : 00081432825/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 17.02.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 199, DE 14 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: REDUZIR para 06(seis) meses a penalidade aplicada ao condutor abaixo especificado, conforme Instrução de Serviço nº 1219/96, tendo em vista que o mesmo freqüentou o curso de reciclagem para condutores infratores na Gerência de Educação de Trânsito-GEDUC e obteve aproveitamento satisfatório.
PROCESSO Nº : 055.00026/97
INTERESSADO: ORLANDO VERÍSSIMO DOS SANTOS
PRONTUÁRIO nº: 00127579705/DF

LUÍS RIOGI MIURA.

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 10 DE MARÇO DE 1997

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e considerando a Decisão nº 012, de 18.02.97, e o constante do processo nº 081.002568/96, resolve:
Expedir Normas de Prestação de Contas, Tomadas de Contas, Sindicância, Arrecadação e Tesouraria, no âmbito da Fundação Cultural do Distrito Federal.

DAS SINDICÂNCIAS

Art.1º - A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante Sindicância, assegurado ao acusado ampla defesa, salvo se for caracterizada a "verdade sabida".
Art.2º - Caracterizada a "verdade sabida" não será instaurada Sindicância, podendo a autoridade competente, julgar de plano, mediante parecer jurídico, independente da oitiva do servidor infrator.
Art.3º - A "verdade sabida" é o conhecimento seguro, direto e flagrante da irregularidade e será lavrada por Termo assinado pelo denunciante e duas testemunhas.
Art.4º - A Sindicância Administrativa é o meio sumário para apuração de atos ou fatos anômalos ocorrentes no serviço público, seu procedimento obedecerá o disposto na Lei nº 8.112/90 e os presentes dispositivos.
Art. 5º - As denúncias de irregularidades serão objeto de apuração observado o art. 144 da Lei nº 8.112/90.
Art.6º - A Sindicância será realizada por servidor ou servidores designados, sem prejuízo de suas atribuições normais, mediante ato próprio do Diretor Executivo da Fundação, que estabelecerá dentre seus membros o presidente da Comissão.
Art.7º - A Entidade poderá criar Comissão Permanente incumbida de sindicar irregularidades, composta por até cinco membros, dentre os quais um servidor indicado pela Associação de classe.
§ 1º - As Sindicâncias serão concluídas em trinta (30) dias, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, à juizo da autoridade instauradora.
§ 2º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato.
§ 3º - A Comissão Permanente de Sindicância manterá, obrigatoriamente, arquivo dos documentos emitidos.
Art.8º - Da Sindicância poderá resultar:
I - arquivamento do processo;
II - aplicação da penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;
III - instauração de Processo Disciplinar ou Tomada de Contas Especial;
Art.9º - A Sindicância será composta de Termo de Instalação, Intimação, Termo de Declarações, Instrução, Defesa, Relatório Final e outras diligências que se fizerem necessárias.
Art.10 - As Sindicâncias serão instauradas mediante Termo de Instalação assinado por todos os membros, contendo local, data, objeto da sindicância e as providências iniciais a serem realizadas pela Comissão.
Art.11 - A Intimação servirá como meio de convocar os interessados e as testemunhas a prestarem esclarecimentos sobre os fatos e conterão nome, endereço ou setor de lotação, no caso de servidor e serão assinados pelo Presidente da Comissão.
§ 1º - As intimações terão contrafé que serão juntadas aos autos.
§ 2º - Havendo recusa no recebimento da Intimação, a Comissão registrará o fato com assinatura de duas testemunhas.
§ 3º - As intimações não serão reiteradas, salvo se os depoimentos pessoais forem absolutamente necessárias a elucidação dos fatos sindicados.
Art.12 - O Termo de Declarações conterá local, data, qualificação, domicílio e lotação do depoente e os fatos narrados e será lavrado pelo Secretário, designado pelo Presidente, e assinado por todos os presentes.
Parágrafo único - A inquirição não será encerrada sem que o presidente indague do depoente se nada mais deseja que conste do Termo de Declarações.
Art.13 - A Instrução conterá a exposição do fato censurável com todas as suas circunstâncias e a transgressão disciplinar e concederá o prazo de até cinco (5)dias para apresentação da Defesa.
Art.14 - A Defesa será interposta no prazo fixado pela Comissão, e poderá conter solicitação de oitiva de novas testemunhas e juntada de documentos.
Parágrafo único - As defesas intempestivas não serão conhecidas.
Art.15 - O Relatório Final obrigatoriamente conterá o resumo dos fatos, a análise das declarações, da peça de defesa, das provas e dos documentos apresentados.
Art.16 - O Relatório Final será sempre conclusivo quanto a inocência ou a responsabilidade do sindicado, e indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os antecedentes do sindicado e a pena a ser imposta.
Art.17 - O Relatório Final poderá conter sugestões saneadoras que visem evitar a repetição do fato, contribuindo para a regularidade do Serviço Público.
Art.18-O Relatório Final será assinado por todos os membros, no caso de sindicância efetivada por Comissão. Havendo discordância entre os membros, o vogal divergente apresentará voto em separado.
Art.19 - O Relatório Final põe fim aos trabalhos da Sindicância.
Art.20 - Os autos da Sindicância, serão remetidos à autoridade que determinou sua instauração, para julgamento em primeira instância.
Art.21 - O julgamento acatará o relatório final da Comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.
Parágrafo único - A autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor da responsabilidade.
Art.22 - Do julgamento caberá Recurso Voluntário, o qual terá efeito suspensivo e será dirigido a autoridade superior a do julgamento de primeira instância, no prazo de cinco dias.
§ 1º - Os recursos extemporâneos não serão conhecidos e a simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a interposição de recurso.
Art.23 - O Recurso Voluntário deve ser fundamentado com exposição dos fatos e indicação da ilegalidade impugnada.
Art.24 - O julgamento do Recurso Voluntário atribui definitividade ao ato apreciado, tornando-o imodificável pela Administração.
Art.25 - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Executiva, mediante prévio parecer jurídico.
Art.26 - As presentes normas entrarão em vigor a partir da data de sua publicação.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.1º - Aqueles que obtiverem recursos financeiros dos cofres da FCDF, mediante contrato, convênio ou suprimento de fundos, deverão apresentar a respectiva Prestação de Contas, obedecidos os termos do ajuste firmado, as presentes normas e a legislação vigente, sob pena de responsabilidade cível e penal.
Parágrafo único - Nos casos de contratos e convênios, a FCDF nomeará um executor para o ajuste incumbido das obrigações expressas nas presentes normas e acompanhamento do avençado.
Art.2º - As prestações de Contas serão analisadas por Comissão Permanente, nomeada pela Diretoria Executiva composta por, no mínimo, três membros e visa verificar a correta e regular aplicação do dinheiro público.
Parágrafo único - À Comissão Permanente de Prestação de Contas compete emitir parecer sobre a aplicação dos recursos, realizar diligências, apreciar e relevar justificativas, se for o caso, sugerir inscrição e baixa contábil de responsabilidade, bem como, a abertura de Tomada de Contas Especial, quando necessário.
Art.3º - Os Suprimentos de Fundos, consistem na entrega de numerário a servidor para pagamento de despesas orçamentárias e obedecerão as normas expressas no Decreto nº 13.771/92.
Art.4º - Os contratos de auxílio financeiro e convênios que visem o repasse de recursos serão firmados com pessoas jurídicas que comprovem estar em situação regular e precedidos do Projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo, Plano de Aplicação, Cronograma de Desembolso e respectiva contrapartida.
Art.5º - Os recursos oriundos de contratos ou convênios deverão ser utilizados no exercício financeiro a que pertencem e somente poderão ser destinados à gastos com material de consumo e serviços de terceiros, excetuando a aquisição de material permanente e realização de obras.
Art.6º - Quando o valor concedido pela FCDF for menor que a proposta inicial do projeto, deverá ser apresentado novo Plano de Aplicação para o mesmo.
Art.7º - No caso e aplicação dos recursos no mercado financeiro os dividendos e rendimentos deverão ser revertidos ao projeto objeto do ajuste.
Art.8º - Os valores concedidos através de contratos ou convênios serão creditados e movimentados em conta bancária do favorecido, em agência do Banco de Brasília S/A, aberta exclusivamente para este fim, devendo ser obedecido o princípio da partida dobrada.
Art.9º - Quando os recursos forem concedidos em mais de uma parcela a liberação ficará condicionada à apresentação e aprovação da Prestação de Contas da parcela anterior.
Art.10º - A Prestação de Contas deverá ser apresentada à FCDF até 30 (trinta) dias após a realização do projeto e não poderá exceder o exercício financeiro, devendo a mesma obedecer, rigorosamente, o Plano de Aplicação e o conteúdo programático do Projeto originalmente aprovado.
Art.11 - As Prestações de Contas deverão conter:
I - Relatório das atividades desenvolvidas e do resultado alcançado com a realização do objeto contratado;
II - Comprovantes da contrapartida oferecida;
III - Quadro de detalhamento das despesas;
IV - Comprovantes das despesas através de Notas Fiscais e Recibos, por ordem de data, atestados no verso pelo responsável;
V - Extratos de conta-corrente e aplicações financeiras;
VI - Material comprobatório da realização do projeto, tais como: fotos, impressos, filipetas, convites e outras divulgações;
VII - Borderôs das apresentações ou similar;
VIII - Canhotos dos cheques emitidos e os não utilizados;
IX - Comprovantes do recolhimento do Imposto de Renda e ISS, se for o caso, observado o limite vigente;
X - Comprovantes de recolhimento de saldo, se houver, feito na Tesouraria da FCDF, no prazo de 48

(quarenta e oito) horas após findo o contrato;
XI - Parecer conclusivo do Executor do ajuste, quanto à aplicação dos recursos e o fim alcançado.
§ 1º - Os documentos que compõe a Prestação de Contas deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada pela Comissão Permanente, mediante apresentação dos mesmos.
§ 2º - A FCDF poderá fornecer aos beneficiários os formulários próprios para a Prestação de Contas.
Art.12 - Após analisadas pela Comissão Permanente, as Prestações de Contas serão encaminhadas ao Diretor Executivo que, na qualidade de ordenador de despesa, as aprovará ou não.
Art.13 - Aprovadas as contas apresentadas os autos serão remetidos ao setor financeiro que procederá os registros concernentes à baixa de responsabilidade do beneficiário.
Art.14 - No caso de não realização do Projeto proposto, os recursos concedidos serão devolvidos aos cofres da FCDF, corrigidos monetariamente, acrescidos de multa de 10% (dez por centos) sobre o valor total do contrato.
Art.15 - As dívidas oriundas dos ajustes e apuradas mediante Tomada de Contas Especial serão inscritas em Dívida Ativa da Secretaria de Fazenda e Planejamento e executadas judicialmente.
Art.16. - Aos Executores de Contratos e Convênios cumpre, além das atribuições expressas na Normas de Execução Orçamentária e Financeiro:
I - Supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução do projeto;
II - Dar conhecimento à FCDF de quaisquer ocorrências que possam ensejar a aplicação de penalidades ao contratado;
III - Exigir do beneficiário a competente Prestação de Contas e acompanhar os seus trâmites, sob pena de responsabilidade solidária;
IV - Observar os prazos pactuados;
V - Verificar o custo/benefício;
VI - Atestar, mediante relatório substanciado, a realização da avença e os objetivos alcançados;
VII - Atestar e acompanhar a realização da contrapartida oferecida.
Art.17 - Os ajustes firmados pela FCDF e as respectivas Prestações de Contas obedecerão os presentes dispositivos e o seu descumprimento acarretará a imputação de responsabilidades, mediante apuração prévia.
Art.18 - Estas Normas entram em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial, revogadas as disposições em contrário.

DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAL

Art.1º - Aqueles que por ação ou omissão derem causa a perda, subtração, estrago, extravio de bens ou valores, ou causarem prejuízos aos cofres da Fundação Cultural estarão sujeitos a Tomada de Contas Especial e responderão pelo ressarcimento do dano perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal.
Art.2º -. A autoridade que tiver conhecimento do fato danoso comunicará ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, no prazo de 10 (dez) dias e instaurará a competente Tomada de Contas Especial, sob pena de responsabilidade solidária.
Art.3º - As Tomadas de Contas Especial visam apurar os fatos, identificar o responsável e quantificar o dano causado.
Art.4º. - As Tomadas de Contas Especial serão realizadas por Comissão constituída por até cinco membros. mediante ato próprio da Presidência da Fundação Cultural, dentre os quais será designado o Presidente.
Parágrafo único - A Fundação Cultural poderá nomear Comissão Permanente, incumbida de realizar os trabalhos de Tomada de Contas e seus membros continuarão exercendo suas atividades normais.
Art.5º - A Tomada de Contas Especial será concluída no prazo de 20(vinte dias), podendo em casos excepcionais e devidamente justificados, ser prorrogado por igual período, mediante solicitação prévia.
Art.6º - Os processos de Tomadas de Contas Especial, conterão:
I - Comunicação ao TCDF da abertura da TCE;
II - Ocorrência policial e laudo pericial, se for o caso;
III - Termo de Guarda e Responsabilidade dos bens e respectiva ficha de registro, se for o caso;
IV - Relatório Final de Sindicância ou Processo Administrativo, se for o caso;
V - Termo de Instalação da TCE;
VI - Intimações realizadas;
VII - Termos de Declarações, se for o caso;
VIII - Relatório conclusivo;
IX - Registro de inscrição contábil de responsabilidade, com o respectivo valor;
X - Parecer do Conselho Fiscal;
XI - Pronunciamento do Presidente da Entidade sobre as providências adotadas para resguardar o interesse público;
XII - Outras diligências que a Comissão entender necessárias a comprovação e definição da responsabilidade.
Art.7º - As Tomadas de Contas Especial serão remetidas à Secretaria de Fazenda e Planejamento no prazo de 60(sessenta) dias da comunicação prévia ao TCDF.
Parágrafo único - O prazo acima referido poderá ser justificadamente prorrogado mediante solicitação e autorização do TCDF, em tempo hábil.
Art.8º - O Relatório conclusivo da Tomada de Contas Especial, indicará a qualificação, cargo, função, matrícula, lotação e endereço do servidor ou terceiro apontado como responsável pelo ressarcimento do prejuízo.
§ 1º - No caso de desaparecimento de bem o relatório deverá conter a data do desaparecimento, características, localização, tombamento, valor e data da aquisição, estado geral, condições de uso e valor de mercado.
§ 2º - Na impossibilidade de se indicar o valor de mercado do bem desaparecido, o valor histórico respectivo deverá ser atualizado, mediante correção monetária e depreciações cabíveis, até a data do término do período a que se referir a Tomada de Contas Especial.
Art.9º - O conteúdo do Relatório Conclusivo conterá a caracterização da responsabilidade do agente, resumo dos depoimentos e documentos colhidos, legislação aplicável a matéria e definição do dano e seu respectivo valor.
Parágrafo único - No caso de absorção dos prejuízos pelos cofres públicos, deverá ser apresentadas justificativas circunstanciadas.
Art.10º - O julgamento da Tomada de Contas Especial é da competência exclusiva do Tribunal de Contas do Distrito Federal, quando o valor for igual ou superior ao previsto no seu Regimento Interno e legislação complementar.
Parágrafo único - No caso de TCE com valor inferior, a Fundação Cultural incluirá a mesma em relação a ser encaminhada ao TCDF no prazo de (15)quinze dias contados do término de cada trimestre, devendo adotar os procedimentos necessários ao recebimento do débito, resguardado o direito de defesa dos envolvidos.
Art.11 - A Tomada de Contas Especial será interrompida em qualquer de suas fases quando houver ressarcimento, reposição, reaparecimento, ou recuperação do bem extraviado ou danificado.
Art.12 - No caso do presente artigo, o encerramento da TCE dar-se-á com a juntada do original ou cópia autenticada de comprovante do recolhimento do débito ou reposição do bem, conforme o caso.
Art.13 - As Tomadas de Contas Especial obedecerão o rito estabelecido nas presentes normas e no Regimento do TCDF.
Art.14 - As presentes normas entrarão em vigor a partir da data de sua publicação.

DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS

Art.1º - A FCDF realizará, anualmente, competição visando a cessão de seus espaços culturais mediante contrato, que estabeleça dentre outras as obrigações das partes, taxa mínima de ocupação, taxa de caução patrimonial e o percentual de participação da receita a ser auferida.
§ 1º - Os valores, as condições da Cessão de Uso e demais procedimentos inerentes deverão estar expressos no Edital de Pauta.
§ 2º - A caução patrimonial poderá ser efetivada mediante cheque da empresa contratante ou seu representante legal, fiança bancária ou dinheiro, vedado o recebimento de cheques de terceiros.
Art.2º - As receitas da Fundação Cultural oriundas da cessão de espaços serão contabilizadas como "Receita Própria" e sua arrecadação ficam condicionadas às presentes normas.
Art.3º - Caberá à Divisão Financeira, através da Seção de Tesouraria, a arrecadação dos valores, o controle dos ingressos e borderôs, que obrigatoriamente serão numerados seqüencialmente.
Art.4º - A Seção de Tesouraria manterá atualizada a conciliação das contas, o arquivo das cópias de extratos, ordens bancárias e outros documentos que comprovem a movimentação de valores.
Art.5º - À Tesouraria compete, além de suas atribuições normais:
I - Relacionar os cheques recebidos e sua respectiva origem;
II - Proceder a conferência e inutilizar os ingressos cancelados emitindo Termo próprio;
III - Depositar em agência bancária, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas os valores arrecadados;
IV - Manter o controle do número de ingressos enviados aos espaços culturais;
V - Realizar, anualmente, vistoria e conferência dos ingressos existentes nos Próprios, emitindo respectivo balanço;
VI - Manter sob sua guarda e no cofre os cheques de caução, títulos, ações e valores de shows cancelados;
VII - Remeter, mensalmente, ao setor contábil, extratos bancários e memorandos de saldos;
VIII - Realizar, mensalmente, conferência de caixa, emitindo respectivo Termo a ser encaminhado à Chefia da Divisão Financeira;
IX - Proceder o pagamento das obrigações da FCDF, no prazo estabelecido;
X - Manter arquivo atualizado das contas bancárias da FCDF;
XI - Manter arquivo dos borderôs emitidos pelos próprios, observando seu fiel preenchimento e assinatura;
XII - Proceder o depósito bancário dos cheques caução nos casos e prazos previstos no contrato firmado;
XIII - Aplicar no mercado financeiro os valores deposita
dos nas contas bancárias da FCDF, registrando os rendimentos em livro caixa;
XIV - Manter sob sua guarda e sigilo o segredo do cofre
existente no setor, em conjunto com a Chefia da Divisão Financeira.
Art.6º - Fica vedado o recebimento de cheque na venda de ingressos, sob pena de imputação de responsabilidades.
Art.7º - Os Espaços Culturais, quando do fechamento dos borderôs, não poderão aceitar cheques dos Produtores em substituição aos valores arrecadados.
Art.8º - As receitas arrecadadas nos Próprios Culturais serão repassados à Tesouraria no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a realização do evento.
Art.9º - A Chefia da Divisão Financeira indicará os servidores qualificados a obter acesso ao Sistema SIAFEM.
Art. 10 - Estas Normas entram em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial, revogadas as disposições em contrário.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 11 de março de 1997

PROCESSO: 081.000644/97
INTERESSADO: CINECLUBE PAU BRASIL
ASSUNTO: RATIFICA DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico a dispensa do processo licitatório em favor do credor acima mencionado, em face da Inexigibilidade de Licitação com fulcro no "Caput", do Artigo 25, da Lei 8.666/93, de acordo com o processo em referência e NE nº 0284/97-FCDF.
Publique-se e encaminhe-se os autos ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

SECRETARIA DE TRABALHO

DEPARTAMENTO DE EMPREGO

DESPACHO DO DIRETOR GERAL
Em 12 de março de 1997

Processo nº 171.000.056/95
Interessado: CODEPLAN
Assunto: Reconhecimento de Dívidas
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, e de acordo com o que estabelece os incisos II e IV do Artigo 39 combinado com o inciso I do Artigo 38, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 2.749,50 (Dois mil, setecentos e quarenta e nove mil e cincoenta centavos), a favor da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, à conta do subelemento 349092 - despesas de Exercícios Anteriores.
Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG/DEPEM, para as providências de praxe.

RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR
Respondendo

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 13 de março de 1997

PROCESSO : 030. 001.886/97
INTERESSADO : SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

1. Tendo em vista as instruções contidas nos autos e o disposto nos artigos 80, 81 e artigo 38, inciso I, combinados com o artigo 39, incisos II e IV, do Decreto 16.098/94, Reconheço a Dívida, autorizo a despesa, determino a emissão da respectiva Nota de Empenho e o pagamento no valor de R$ 1.173,65 (Hum mil, cento e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos), a favor de GERVÁSIO FIRMIANO DE SOUSA E OUTROS, correndo a despesa à conta do elemento 3.1.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores, desta Secretaria.
2. Publique-se e encaminhe o processo a Divisão de Administração Geral, para as devidas providências.

LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA

SECRETARIA DE TURISMO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 14 de março de 1997

PROCESSO Nº : 210.000751/96
INTERESSADO:SECRETARIA DE TURISMO
ASSUNTO : Reforma no Centro de Convenções de Brasília

DESPACHO:

Autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho, Global, no valor de R$ 81.780,18 (oitenta e um mil setecentos e oitenta reais e dezoito centavos), em favor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital , visando a execução de obras de recuperação da cobertura, reforma do piso da Ala Oeste, e substituição da rede de alimentação de água fria do Centro de Convenções de Brasília,, com fulcro no artigo 24, inciso VIII da Lei nº 8.666/93, combinado com os Incisos, I e II do Artigo 39, do Decreto nº 16.098/94.

Ratifico a despesa autorizada na forma do artigo 26, da mesma Lei acima mencionada.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, com vista ao SOF, para as demais providências.

MARCELO DOURADO
Em exercício

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 10 de março de 1997

Processo nº :030.001.753/94
Interessado :Master Vigilância Ltda
Assunto : Pagamento de Fatura/Rec. de Dívida

Despacho:

A vista das instruções contidas neste processo e na forma dos artigos 80 e 81, combinados com os incisos II e IV, do artigo 39 do Decreto nº 16.098/94 reconheço a dívida, determino a emissão da correspondente Nota de Empenho bem como o pagamento , no valor de R$ 310.386,31 (trezentos e dez mil trezentos e oitenta e seis reais e trinta e um centavos) em favor da Master Vigilância Ltda correndo a despesa à conta de elementos de exercícios anteriores .

Publique-se e encaminhe-se a DAG com vistas ao SOF, para as demais providências.

MARCELO DOURADO
Em exercício

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 17 de março de 1997

PROCESSO : 193.000.042/97
INTERESSADO : GAZETA MERCANTIL S/A
ASSUNTO : Despesa com renovação de assinatura do jornal Gazeta Mercantil

De conformidade com o que dispõe o artigo 26 da Lei 8.666/93 e as peças que instruem o Processo acima mencionado, ratifico o ato de inexigibilidade de Licitação, em favor do interessado indicado, emitido com fundamento no "Caput" do artigo 25, da mesma Lei.

MARCEL BURSZTYN -

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 14 de março de 1997

PROCESSO Nº : 094.000.083/97
INTERESSADO : DISTRITO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
ASSUNTO : SUPRIMENTOS DE FUNDOS
DE ACORDO. Reconheço a situação de inexigibilidade de licitação de que trata o caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93, para conceder suprimento de fundos, com base no inciso VI do art. 4º do Decreto nº 13.771/92, em favor do servidor VALDIR TAVARES LUIZ, matrícula nº 80.146-1, Técnico de Administração Pública do QP/SLU/DF, CPF Nº 310.264.431-72, para cobrir as despesas com aquisição de materiais elétricos, de construção e hidráulico e peças e acessórios para móveis e equipamentos, pelo que autorizo a realização da despesa e a emissão de Notas de Empenho - POR ESTIMATIVA -, nos valores de R$ 800,00 (oitocentos reais), a conta do Elemento 3490:30.10, R$ 500,00 (quinhentos reais) à conta do Elemento 3490:30.16 e R$ 300,00 (trezentos reais), à conta do Elemento 3490:30.20, com base no inciso I do art. 38 e 39, incisos I e II, ambos do Decreto nº 16.098/94, cuja aplicação deve se dar no prazo de 60 (sessenta) dias, e para os efeitos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, ratifico a situação de inexigibilidade.
Publique-se, após à DAF, para as providências.

LUCIANO SALES OLIVEIRA





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 18, DE 17 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria nº 001, de 2 de janeiro de 1997, R E S O L V E :

Art. 1º - Aprovar, na forma do Anexo I, o Quadro de Detalhamento da Despesa do Tribunal de Contas do Distrito Federal, contemplando as alterações decorrentes do Decreto nº 18.089, de 12 de março de 1997.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ GERALDO DE LANA TÔRRES

02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
02101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

R$1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.002.0021.1607				
RECUPERAÇÃO E MELHORIA DAS INSTALAÇÕES	45.90.51	000	14.000,00	
	45.90.51	004	130.000,00	**144.000,00**
01.002.0021.1607.0001				
RECUPERAÇÃO E MELHORIA DAS INSTALAÇÕES DO TCDF	45.90.51	000	14.000,00	
	45.90.51	004	130.000,00	144.000,00
01.002.0217.2388				
MANUTENÇÃO DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO	34.90.36	000	10.000,00	
DE SERVIDORES	34.90.39	000	10.000,00	
	34.90.39	004	170.000,00	**190.000,00**
01.002.0217.2388.0001				
TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES	34.90.36	000	10.000,00	
	34.90.39	000	10.000,00	
	34.90.39	004	170.000,00	190.000,00
01.007.0021.2001				
MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	31.90.08	000	48.000,00	
	31.90.09	000	1.800,00	
	31.90.11	000	29.805.000,00	
	31.90.13	000	431.000,00	
	31.90.16	000	3.399.000,00	
	31.90.92	000	1.875.000,00	
	31.90.93	000	800.000,00	
	34.90.14	000	95.000,00	
	34.90.30	000	170.000,00	
	34.90.33	000	24.000,00	
	34.90.36	000	10.000,00	
	34.90.39	000	1.424.000,00	
	34.90.92	000	100.000,00	
	34.90.93	000	15.000,00	
	45.90.52	000	240.000,00	
	46.90.64	000	16.000,00	
	34.90.39	004	300.000,00	
	45.90.52	004	200.000,00	**38.953.800,00**
01.007.0021.2001.0001				
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31.90.08	000	48.000,00	
	31.90.09	000	1.800,00	
	31.90.11	000	29.805.000,00	
	31.90.13	000	431.000,00	
	31.90.16	000	3.399.000,00	
	31.90.92	000	1.875.000,00	
	31.90.93	000	800.000,00	36.359.800,00
01.007.0021.2001.0002				
MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ADMI-	34.90.14	000	95.000,00	
NISTRATIVOS	34.90.30	000	170.000,00	
	34.90.33	000	24.000,00	
	34.90.36	000	10.000,00	
	34.90.39	000	1.404.000,00	
	34.90.92	000	100.000,00	
	34.90.93	000	15.000,00	
	45.90.52	000	240.000,00	
	46.90.64	000	16.000,00	
	34.90.39	004	300.000,00	
	45.90.52	004	200.000,00	2.574.000,00
01.007.0021.2001.0003				
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.39	000	20.000,00	20.000,00
15.081.0486.2073				
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	31.90.08	000	5.000,00	
	31.90.08	001	365.000,00	
	34.90.39	000	1.675.000,00	
	34.90.39	001	615.000,00	
	31.90.08	004	200.000,00	**2.860.000,00**
15.081.0486.2073.0001				
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	31.90.08	000	5.000,00	
	31.90.08	001	365.000,00	
	34.90.39	000	1.675.000,00	
	34.90.39	001	615.000,00	
	31.90.08	004	200.000,00	2.860.000,00
			TOTAL	42.147.800,00

R$ 1,00

SEGURIDADE — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
15.082.0495.2002				
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	31.90.01	000	15.235.000,00	
	31.90.03	000	2.623.275,00	
	31.90.01	004	249.075,00	
	31.90.08	000	25.000,00	
	31.90.09	000	1.000,00	
	31.90.92	000	150.000,00	**18.283.350,00**
15.082.0495.2002.0001				
PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO	31.90.01	000	15.235.000,00	
	31.90.01	004	249.075,00	
	31.90.08	000	25.000,00	
	31.90.09	000	1.000,00	
	31.90.92	000	100.000,00	15.610.075,00
15.082.0495.2002.0002				
PAGAMENTO DE PENSIONISTAS	31.90.03	000	2.623.275,00	
	31.90.92	000	50.000,00	2.673.275,00
			TOTAL	18.283.350,00

BOLSA ESCOLA

BRASÍLIA ESTÁ MUDANDO O BRASIL

A idéia é simples e prática. Gastando menos de 1% do seu orçamento, o Governo Democrático e Popular do Distrito Federal mostra como é simples manter todas as crianças em sala de aula.

O programa Bolsa-Escola paga 100 reais por mês para famílias carentes com filhos de 7 a 14 anos na escola pública, desde que eles não faltem a mais de dois dias de aula por mês.

Em apenas um ano, a Bolsa-Escola reduziu, entre seus beneficiados, a evasão escolar para 0,2% e as reprovações para 7,7%.

Hoje são atendidas 15 mil famílias, dando melhores condições de vida a mais de 28 mil crianças que trocaram a rua pela sala de aula.

O BRB é o agente financeiro da Bolsa-Escola. O Banco do Povo de Brasília tem muito orgulho de participar de uma ação que está mudando os conceitos e a prática da educação.

A Bolsa-Escola é hoje realidade no Distrito Federal e uma boa idéia para todo o Brasil.

O BRASIL INTEIRO CABE NA BOLSA-ESCOLA.

INFORMAÇÕES:
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI
SALA 914, 9º ANDAR
CEP 70075-900 - BRASÍLIA/DF
TELS.: (061) 213-6341/225-1266
FAX: (061) 322-3902

BRB BANCO DE BRASÍLIA
O BANCO DA SUA CONTA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar



SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE 18 DE MARÇO DE 1997

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, **VALÉRIA DA SILVA MENESES**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Secretaria Particular do Gabinete do Governador do Distrito Federal, a partir de 24 de fevereiro de 1997.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o que consta do Processo nº 030.005.386/95, RESOLVE:
Retificar o Decreto nº 17.565, de 31 de julho de 1996, que declarou de Utilidade Pública a Casa do Pequeno Polegar, situada em Brasília, Distrito Federal, para:
Onde se lê:
"Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública a Casa do Pequeno Polegar, situada no SHIS QI 05, Chácara 95, em Brasília...."
Leia-se:
"Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública a Casa do Pequeno Polegar, situada no SHIS QI 05, Chácara 96, em Brasília...."

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar EVA LOPES DE OLIVEIRA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), Matrícula Nº 115.108-8, do Cargo em Comissão de Encarregada de Orçamento e Custos, da Seção de Contabilidade, da Divisão de Recursos Econômico-Financeiros e Materiais, do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 19.02.97.

Nomear RAQUEL ALMEIDA DE SOUZA, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregada de Orçamento e Custos, da Seção de Contabilidade, da Divisão de Recursos Econômico-Financeiros e Materiais, do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear FABÍOLA DE AGUIAR NUNES, Assistente Superior de Saúde, 3ª. Classe, Padrão III (Médica Sanitarista), Matrícula Nº 132.994-4, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Hematologia e Hemoterapia, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar JÚLIO CESAR ALVES DE FARIA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), Matrícula Nº 115.481-8, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Manutenção e Transporte, da Divisão de Recursos Econômico-Financeiros e Materiais, do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 18.02.97.

Nomear WERNER RANGEL DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Manutenção e Transporte, da Divisão de Recursos Econômico-Financeiros e Materiais, do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar MARIA LUZIA BARBOSA DA SILVA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão IV (Agente Administrativo), Matrícula Nº 119.447-0, do Cargo em Comissão de Secretária da Seção de Medicina Integrada, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 12.02.97.

Nomear RITA FERREIRA DE SOUZA, Matrícula 300.482-01, para exercer o Cargo em Comissão de Secretária da Seção de Medicina Integrada, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, DERCY TEODORO DE ARAÚJO, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão IV (Agente Administrativo), Matrícula Nº 118.693-1, do Cargo em Comissão de Diretora da Divisão de Documentação Administrativa, do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 13.02.97.

Nomear MARIA NOGUEIRA DE LIMA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), Matrícula Nº 115.310-2, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora da Divisão de Documentação Administrativa, do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar por ter sido nomeada para outro cargo, MARIA NOGUEIRA DE LIMA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), Matrícula Nº 115.310-2, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Administração , do Centro de Saúde Nº 02, da Coordenação Regional de Saúde de Sobradinho, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear MARIA CRISTINA BRITO MACHADO RAMIRO, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Auxiliar de Enfermagem), Matrícula Nº 115.558-0, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Administração , do Centro de Saúde Nº 02, da Coordenação Regional de Saúde de Sobradinho, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar ADEMAR BARBOSA DO NASCIMENTO, Assistente Intermediário de Saúde I, Classe Única, Padrão XX (AOSD Lavanderia), Matrícula Nº 118.836-4, do Cargo em Comissão de Encarregado de Lavanderia, Rouparia e Costuraria, da Seção de Lavanderia, Rouparia e Costuraria, da Divisão de Recursos Econômico-Financeiros e Materiais, do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear JOAQUIM GERALDO OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado de Lavanderia, Rouparia e Costuraria, da Seção de Lavanderia, Rouparia e Costuraria, da Divisão de Recursos Econômico-Financeiros e Materiais, do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, VANDA LUCIA DE SOUSA MARTINS, Assistente Intermediário de Saúde II, 2ª Classe, Padrão I (Agente de Serviços Complementares-Serviço Social), matrícula nº 131.865-9, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Administração do Centro de Saúde nº 02 da Coordenação Regional de Saúde do Gama, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 05.03.97.

Nomear, JOSE ALBERTO SILVA DE ARAUJO, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão III (Agente de Saúde Pública), matrícula nº 121.258-3, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Administração do Centro de Saúde nº 02 da Coordenação Regional de Saúde do Gama, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, GISLEIDE DO CARMO RODRIGUES, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), matrícula nº 115.027-8, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Tesouraria da Divisão de Recursos Econômico, Financeiro e Materiais, do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, CLEMENTINO RODRIGUES DOS S. NETO, Assistente Intermediário de Saúde II, 3ª Classe, Padrão III(Agente Administrativo), matrícula nº 134.181-2, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Tesouraria da Divisão de Recursos Econômico, Financeiro e Materiais, do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear, AMIRA DA SILVA SHIHADEH, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Equipe de Emergência do Serviço de Emergência, do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, ZAIDA MARIA TEIXEIRA A. ALVARENGA, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Enfermeiro), matrícula nº 131.690-7, do Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem por Área de Internação, da Seção de Enfermagem, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional da Asa Norte, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 03.02.97.

Nomear, ELIETE CAMARGO GOMES, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Enfermeiro), para exercer o Cargoem Comissão de Encarregada de Enfermagem por Área de Internação, da Seção de Enfermagem, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional da Asa Norte, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

EXONERAR MÁRIO DE OLIVEIRA SANTOS, Assistente Técnico/CLDF, matrícula nº 45.566-0, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor do Gabinete,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o disposto nos artigos 33, inciso I, e 34, "caput", da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:
- Exonerar, a pedido, os servidores constantes da relação abaixo:

SERVIDOR	CARGO	QUADRO	VIGÊNCIA	PROCESSO
Aline Alonso Arja, matrícula nº 083.927-2	Técnico de Adm. Pública, 3ª Classe, Padrão II	De Pessoal do SLU-DF	20.12.96	094.001.546/96
Cynthia Maria Kyaw, matrícula nº 200.838-6	Analista de Adm. Pública, 2ª Classe, Padrão II	De Pessoal do IS-DF	01.10.96	062.000.878/96

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

EXONERAR, a pedido, JÚLIO CÉSAR ALVES SAMPAIO, Matrícula nº 45.328-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Fiscalização de Posturas, da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas, a partir de 06 de março de 1997;

NOMEAR ELIAS SANTOS DOS PASSOS, Fiscal de Obras, Matrícula nº 27.652-9 , para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Fiscalização de Posturas, da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **RESOLVE:**
EXONERAR a pedido, ANA MARIA FARIA DO NASCIMENTO, matrícula n.º 94.726-1, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Chefe da Assessoria Técnica do Gabinete da Presidência da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

NOMEAR PATRÍCIA RAMBO, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo do Gabinete,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear, PENHA MARIA COSTA PEREIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente Pedagógico da Escola Técnica de Saúde de Brasília, do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde, Símbolo DFA-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, GENI NEUMANN NOCETTI DE LIMA CÂMARA, Analista de Administração Pública, matrícula nº 200.946-3, do cargo em Comissão de Chefe do Núcleo de Virologia, Símbolo DFG-11, da Gerência de Biologia Médica do Instituto de Saúde do Distrito Federal, a partir de 1º de março de 1997.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Exonerar, a pedido, **JOSÉ PEDRO GOLLO**, matrícula nº 1229-7, do Cargo em Comissão, Código DFA-06, de Sonoplasta, do Departamento de Radiodifusão, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal, a partir de 05 de março de 1997.

Nomear **MANOEL HÉLIO CORRÊA**, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-06, de Sonoplasta, do Departamento de Radiodifusão, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal,resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

EXONERAR, a pedido, JORGELÉA NASCIMENTO TEIXEIRA, matrícula nº 47.076-7 , do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Chefe da Assessoria de Comunicação Social,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Nomear JORGELÉA NASCIMENTO TEIXEIRA, matrícula nº 47.076-7, para exercer o cargo em Comissão de Chefe da Assessoria Técnica, Símbolo DFG-12, da Secretaria de Comunicação Social do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
- EXONERAR, a pedido, MARIA AUXILIADORA GOMES DA SILVA, matrícula nº 63.637-1, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Diretor da Divisão Regional de Ensino do Guará, a contar de 12.03.97.
- Designar JUSSARA FRANCO DE SANTANA MACHADO, matrícula nº 71.428-3, Assistente da Divisão Regional de Ensino do Guará, Símbolo DFA-09, para responder interinamente e cumulativamente, sem acumular vencimentos pelo Cargo de Diretor da Divisão Regional de Ensino do Guará, Simbolo DFG-11, até que seja nomeado o titular.
DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, NEUZA DE MIRANDA BELMONTE, Assistente Superior de Saúde, 3ª Classe, Padrão III(Nutricionista), matrícula nº 134.129-4, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Nutrição da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Brazlândia, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
- EXONERAR, a pedido, ÁLVARO SEBASTIÃO TEIXEIRA RIBEIRO, matrícula nº 50.486-6, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de 5ª a 8ª Série, da Divisão de Ensino Fundamental, do Departamento de Pedagogia, a contar de 03.03.97.
- EXONERAR, a pedido, HELENA MARIA DA MOTA, matrícula nº 44.191-0, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Assistente da Escola Classe 03, da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante.
- NOMEAR ELISABETE DA ROCHA CUQUEJO, matrícula nº 69.377-4, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Assistente da Escola Classe 03, da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante.
- EXONERAR, a pedido, MARIA DO ROSÁRIO DO NASCIMENTO RIBEIRO ALVES, matrícula nº 24.210-1, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Ensino Regular Noturno, da Divisão de Ensino Fundamental, do Departamento de Pedagogia, a contar de 09.02.97.
- NOMEAR LUÍS ROBERTO MACIEL GONÇALVES, matrícula nº 60.716-9, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Ensino Regular Noturno, da Divisão de Ensino Fundamental, do Departamento de Pedagogia.
- EXONERAR, a pedido, MARIA DALVA SANTOS DE FARIAS, matrícula nº 78.209-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-04, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau 04, da Divisão Regional de Ensino de Sobradinho.
- NOMEAR NEIRY ALVES DE LIMA, matrícula nº 60.633-2, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-04, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau 04, da Divisão Regional de Ensino de Sobradinho.
- EXONERAR, a pedido, ALZIRA TATSCH LINHARES, matrícula nº 61.751-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-06, de Assistente do Centro Educacional 03, da Divisão Regional de Ensino do Guará, a contar de 17.02.97.
DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL.

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear **ELIANDO CESAR LEITE PONTIERI**, Assistente Intermediário de Saúde II, 3ª. Classe, Padrão IV (Agente Administrativo), Matrícula nº 133.402-6, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado de Registros Financeiros, da Seção de Cadastro Financeiro, a Divisão de Pessoal, do Departamento de Recursos Humanos, da Administração Central, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

EXONERAR CLAUDIONOR DA SILVA FÉLIX, Matrícula nº 44.796-X, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Chefe da Seção Operacional, da Divisão Regional de Desporto, Lazer e Turismo, a partir de 11 de março de 1997,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, HERIVELTO GOMES LIMA, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Enfermeiro), matrícula nº 132.065-8, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Enfermagem da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Taguatinga, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal

Exonerar, por ter sido nomeada para outro Cargo, EMILIA MARIA LOPES DA SILVA, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Enfermeiro), matrícula nº 131.710-5, do Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem por Área de Internação da Seção de Enfermagem, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Taguatinga, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, EMILIA MARIA LOPES DA SILVA, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Enfermeiro), matrícula nº 131.710-5, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Enfermagem da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Taguatinga, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, ROSENITA ALVES DE MESQUITA, Assistente Superior de Saúde, 3ª Classe, Padrão I (Enfermeiro), matrícula nº 136.434-1, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem por Área de Internação da Seção de Enfermagem, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Taguatinga, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, VALÉRIA CAVALCANTE AMORIM, matrícula nº 30.570-7, do cargo em comissão de Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira, Símbolo DFG-08, da Divisão de Administração Financeira e de Material do Departamento de Administração Geral da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

Nomear CLÁUDIA MARIA MACEDO HOLANDA, matrícula nº 33.867-2, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira, Símbolo DFG-08, da Divisão de Administração Financeira e de Material do Departamento de Administração Geral da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, JADSON VIEIRA CAMPOS, matrícula nº 30.201-5, do cargo em comissão de Chefe do Serviço de Cadastro Fiscal, Símbolo DFG-10, da Divisão da Receita de Taguatinga do Departamento de Arrecadação e Tributação da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

Nomear JOSÉ CORDEIRO ARAÚJO, matrícula nº 22.089-2, para exercer o cargo em comissão de Chefe do Serviço de Cadastro Fiscal, Símbolo DFG-10, da Divisão da Receita de Taguatinga do Departamento de Arrecadação e Tributação da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, por motivo de aposentadoria, a servidora FELICIANA MARIA LEITE DE ANDRADE, AISS, matrícula nº 03801-6, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-04, de Secretário II, da Procuradoria Jurídica - PROJU;

Nomear FELICIANA MARIA LEITE DE ANDRADE para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-04, de Secretário II, da Procuradoria Jurídica - PROJU, DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL.

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, JOÃO ALVES DE SOUZA, Assistente Intermediário de Saúde II, 2ª. Classe, Padrão I (Agente de Telecomunicação e Eletricidade), Matrícula Nº 131.251-1, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Eletromecânica, da Divisão de Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalar, do Departamento de Tecnologia, da Administração Central, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

ASSINATURA SEMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti	Remessa via Correios
R$ 87,12	R$ 223,08

INFORMAÇÕES E VENDAS: Anexo do Palácio do Buriti
Telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

Nomear JORGE HENRIQUE PEREIRA DE SOUZA, Assistente Intermediário de Saúde II, 2ª. Classe, Padrão I (Artífice-Eletricidade e Comunicação), Matrícula Nº 131.309-6, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Eletromecânica, da Divisão de Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalar, do Departamento de Tecnologia, da Administração Central, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, TOMÁS PEREIRA COSTA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), Matrícula Nº 111.169-8, do Cargo em Comissão de Chefe da Tesouraria Geral, do Departamento de Recursos Econômico e Financeiros, da Administração Central, Símbolo DFG-09, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear ANTONIO LUIZ DE SOUZA LIMA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), Matrícula 107.076-2, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Tesouraria Geral, do Departamento de Recursos Econômico e Financeiros, da Administração Central, Símbolo DFG-09, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar SHEILA ALMEIDA COSTA do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretora do Centro de Desenvolvimento Social/CDS do Guará, da Diretoria de Operações da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;

Designar MARIA DAS DORES COSTA MATOS, matrícula nº 8.500-6, Diretora da Diretoria de Operações da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, Símbolo DFG-13, para responder cumulativamente, sem acumular vencimentos, pelo Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretora do Centro de Desenvolvimento Social/CDS do Guará, da Diretoria de Operações da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve,
Exonerar CRISTIANE FELIPE DA SILVEIRA, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-10, de Secretário Executivo da Assessoria para Assuntos Parlamentares do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Nomear MARILDA VALE DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-10, de Secretário Executivo da Assessoria para Assuntos Parlamentares do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, RESOLVE:

Nomear, **ISMAEL RÔMULO AFONSO DA SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-07, de Assistente da Divisão de Articulação e Desenvolvimento do Departamento de Relações Político-Institucionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, por ter sido nomeado para outro Cargo, VALDECIR MARQUES DE MEDEIROS, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão III (Agente Administrativo), matrícula nº 121.966-9, do Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Recursos Humanos do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, CICERO CANDIDO SOBRINHO, Motorista, NM-27, matrícula nº 126.368-4, do Cargo em Comissão de Administrador Hospitalar do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-10, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 28.02.97.

Exonerar, por ter sido nomeada para outro Cargo, LUCINEIA MORELI MACHADO, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Assistente Social), matrícula nº 130.808-4, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Assistência Social, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, VALDECIR MARQUES DE MEDEIROS, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão III (Agente Administrativo), matrícula nº 121.966-9, para exercer o Cargo em Comissão de Administrador Hospitalar do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-10, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, LUCINEIA MORELI MACHADO, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Assistente Social), matrícula nº 130.808-4, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora da Divisão de Recursos Humanos do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, MARIA LUCIA SOARES DO PRADO, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Assistente Social), matrícula nº 130.231-1, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Assistência Social, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o disposto nos artigos 33, item I, e 34, "caput", da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:
- Exonerar, a pedido, o servidor Leonardo Palhano Xavier de Souza, Matrícula nº 93.799-1, Técnico de Atividades Rodoviárias, 3ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do DER, a partir de 18/12/96, conforme o disposto no processo 113.003.268/96.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o disposto nos artigos 33, inciso I, e 34, "caput", da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:
- Exonerar, a pedido, os servidores constantes da relação abaixo:

SERVIDOR	CARGO	QUADRO	VIGÊNCIA	PROCESSO
Evaldo Pereira, matrícula nº 40.616-3	Fiscal de Posturas, 3ª Classe, Padrão II	De Pessoal do Distrito Federal	16.12.96	134.000.917/96
Eveline Martins Brito, matrícula nº 41.165-3	Inspetor de Saúde, 3ª Classe, Padrão II	De Pessoal do Distrito Federal	29.01.97	060.000.291/97
José Diógenes Teixeira, matrícula nº 35.862-2	Procurador, 1ª Categoria	De Pessoal do Distrito Federal	24.02.97	020.000.202/97
Robertson Alves de Mesquita, matrícula nº 24.558-5	Ag. de Polícia, Classe Especial, Padrão III	De Pessoal do Distrito Federal	30.01.97	052.000.133/97
Robinson Pereira Valadão, matrícula nº 41.119-1	Inspetor de Saúde, 3ª Classe, Padrão II	De Pessoal do Distrito Federal	31.12.96	060.000.190/97
Vyvyany Viana Nascimento, matrícula nº 47.230-1	Delegado de Polícia, 2ª Classe, Padrão I	De Pessoal do Distrito Federal	05.02.97	052.000.182/97

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear, WESLEY MASLAVES DE ARAÚJO, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Materno Infantil de Brasília, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

NOMEAR NILO SERGIO DE LIMA ALVAREZ JÚNIOR, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Serviços Gerais, da Divisão de Administração Geral,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO

NOMEAR FERNANDA SAMPAIO WEBSTER RACHID, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-08, de Assistente da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL

DESIGNAR ALBERTO FARAH, Diretor da Divisão de Administração Geral, Símbolo DFG-12, matrícula nº 18.156-0, para responder, interina e cumulativamente, sem acumular salários, pelo Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão Regional de Aprovação, Licenciamento e Fiscalização ,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

NOMEAR BENEDITO PEREIRA ALVES, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente da Divisão Regional de Desporto, Lazer e Turismo,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, MARA FLORA LOTTICI KRAHL, matrícula nº 48.776-7, do cargo em Comissão Símbolo DFA-05 de Assistente da Divisão de Economia e Fomento do Departamento de Atividades Turísticas da Secretaria de Turismo do Distrito Federal, a partir de 12/03/97

Nomear, LANA GUIMARÃES SOUZA PERPÉTUO, para exercer o Cargo em Comissão Símbolo DFA-05 de Assistente da Divisão de Economia e Fomento do Departamento de Atividades Turísticas da Secretaria de Turismo do Distrito Federal

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, IRENY MIRANDA, Assistente Superior de Saúde, Classe Especial, Padrão I (Enfermeiro), matrícula nº 120.091-7, do Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem, da Unidade de Terapia Intensiva Infantil, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional da Asa Norte, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 02.02.97.

Nomear, ROSSILENA DA SILVA COELHO, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão V (Enfermeiro), matrícula nº 127.849-5, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem, da Unidade de Terapia Intensiva Infantil, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional da Asa Norte, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso xxvii, da Lei Organica do Distrito Federal, R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, o servidor RUBENS DEPOLLO, ASSS, matrícula 07436-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Coordenador de Plantão Tecnico do Centro de Educação, Integração e Apoio a Menores e Família-COMEIA, da Diretoria de Operações;

Nomear a servidora MARIA NEIDE DOS SANTOS, AISS, matrícula 02792-8, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Coordenador de Plantão Tecnico do Centro de Educação, Integração e Apoio a Menores e Família-COMEIA, da Diretoria de Operações;

Exonerar, por ter sido designada para outro cargo, a servidora DOMINGA RODRIGUES DOS S. SILVA, AISS, matrícula 02696-4, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente II, do Centro de Desenvolvimento Social, da Diretoria de Operações;

Nomear ANA MARIA SARAIVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente II, do Centro de Desenvolvimento Social, da Diretoria de Operações;

Exonerar o servidor DELIOMAR ARAUJO LOUZEIRO, matrícula 08325-9, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Gerente Administrativo, do Centro de Educação, Integração e Apoio a Menores e Família - COMEIA, da Diretoria de Operações;

Nomear a servidora DOMINGA RODRIGUES DOS S. SILVA, AISS, matrícula 02696-4, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Gerente Administrativo, do Centro de Educação, Integração e Apoio a Menores e Família - COMEIA, da Diretoria de Operações,

DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Exonerar, a pedido, LUCIMAR NEVES CORDEIRO GOMES, matrícula nº 45.744-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-07, de Assistente do Departamento de Assuntos Administrativos, da Secretaria de Governo do Distrito Federal, a partir de 17/03/97.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS

NOMEAR VALDENI MACIEL ARAÚJO, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Chefe da Seção de Conservação de Logradouros Públicos, da Divisão Regional de Obras Públicas;

EXONERAR MARIO LEVY DE MIRANDA SOBRINHO, matrícula nº 47.813-X, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente;

NOMEAR ELMO JOSÉ RODRIGUES, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo, dos cargos em comissão do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, conforme discriminação:
- PEDRO ERGNALDO GONTIJO, matrícula nº 80.208-5, do Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, Símbolo DFG-14, da Superintendência,
- OSVALDO TEODORO, matrícula nº 35.605-0, do Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Administração Geral, Símbolo DFG-12.

Exonerar, por estarem sendo nomeados para outros cargos, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, os servidores abaixo:
- JOSÉ FERNANDO SANTOS, matrícula nº 80.205-0, do Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Suporte Técnico, Símbolo DFG-12.
- RONALD ACIOLI DA SILVEIRA, matrícula nº 44.632-7, do Cargo em Comissão de Chefe do Serviço de Eventos Especiais, Símbolo DFG-11, do Departamento de Capacitação de Pessoal.
- JOSUÉ BISPO DOS SANTOS, matrícula nº 80.210-7, do Cargo em Comissão de Assessor do Departamento de Capacitação de Pessoal, Símbolo DFA-10.

Nomear, os servidores para exercerem Cargos em Comissão no Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, conforme discriminação:
- JOSÉ FERNANDO SANTOS, matrícula nº 80.205-0, Chefe de Gabinete, Símbolo DFG-14, da Superintendência.
- JOSUÉ BISPO DOS SANTOS, matrícula nº 80.210-7, Chefe da Divisão de Administração Geral, Símbolo DFG-12.
- RONALD ACIOLI DA SILVEIRA, matrícula nº 44.632-7, Chefe da Divisão de Suporte Técnico, Símbolo DFG-12.
- ROSANA CARNEIRO FERREIRA MEDEIROS, matrícula nº 45.671-3, Professor MG3Q, do QP/FEDF, Chefe do Serviço de Eventos Especiais, Símbolo DFG-11, do Departamento de Capacitação de Pessoal.
- AMAURI JOSÉ LARA, matrícula nº 80.073-2, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Assessor do Departamento de Capacitação de Pessoal, Símbolo DFA-10.

CRISTOVAM BUARQUE

RETIFICAÇÃO

No Decreto de 14 de fevereiro de 1997, publicado no DODF nº 31, de 17 de fevereiro de 1997, página nº 1087, da Administração Regional de Samambaia,

ONDE SE LÊ : EXONERAR SELASSIÊ DAS VIRGENS ... do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05
LEIA-SE : EXONERAR SELASSIÊ DAS VIRGENS ... do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10

ONDE SE LÊ : NOMEAR CLEMENTE SOUZA EPIFÂNIO ... para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05
LEIA-SE : NOMEAR CLEMENTE SOUZA EPIFÂNIO ... para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10

No Decreto de 06 de março de 1997, publicado no DODF nº 45, de 07 de março de 1997, página 1572, que nomeou a Servidora **ALESSANDRA MARTINS DE SOUZA** - Matrícula 33.891/5, da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Onde se lê: Secretário Administrativo da Divisão Administrativa da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Leia-se: Secretário Administrativo da Divisão de Segurança da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

No Decreto de 08 de abril de 1994, publicado no DODF nº 69, de 11 de abril de 1994, página 11, da Administração Regional do Gama,

ONDE SE LÊ : **EXONERAR** GONÇALO VIEIRA DA SILVA, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 13.661-1,
LEIA-SE : **EXONERAR** GONÇALO VIEIRA DA SILVA, Assistente de Educação/ FEDF, matrícula nº 35.795-2

ONDE SE LÊ : **NOMEAR** GONÇALO VIEIRA DA SILVA, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 13.661-1
LEIA-SE : **NOMEAR** GONÇALO VIEIRA DA SILVA, Assistente de Educação/ FEDF, matrícula nº 35.795-2

VICE-GOVERNADORIA

PORTARIAS DE 14 DE MARÇO DE 1997

A VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º do Decreto 13.917 de 29 de abril de 1992, resolve:
NOMEAR o 3º Sargento QPPMC JORGE DE OLIVEIRA BRAGA, matrícula nº 45.525-3, para exercer a Função de Agente Militar Administrativo da Assessoria Militar da Vice-Governadoria do Distrito Federal, bem como mandar conceder-lhe o pagamento da Gratificação de Representação Militar.
(*) Republicada por ter saído com incorreção no original, no DODF nº 43 de 05.03.97, pág. 1493

A VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º do Decreto 13.917 de 29 de abril de 1992, resolve:
Exonerar, VIRGÍNIO GABRIEL BELTRAMI, matrícula 44.595-4, do Cargo em Comissão de Assessor de Articulação com Organismos Internacionais, código DFA-13, da Chefia de Gabinete da Vice-Governadoria, a partir de 05.03.97.

ARLETE SAMPAIO

PORTARIA DE 18 DE MARÇO DE 1997

A VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, do Decreto 13.917, de 29 de abril de 1992, resolve:
Nomear PEDRO ERGNALDO GONTIJO, requisitado da Fundação Educacional do DF, matrícula nº 30.035-7, no Cargo em Comissão de Assessor de Articulação com Organismos Internacionais, código DFA 13, da Chefia de Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

ARLETE SAMPAIO

DESPACHO DO CHEFE
Em 17 de março de 1997

Processo: nº : 030.000.068/97
Interessado: Vice-Governadoria
Assunto : Concessão de Diárias

Despacho: Nos termos da autorização do Senhor Secretário-Adjunto de Governo do Distrito Federal, constante da alínea "c", ítem 1.1, da Portaria nº 17, de 22.11.95, concedo pagamento de 02 (duas diárias) ao servidor LÉLITON DE SOUZA, matrícula nº 44.775-7, que viajará à cidade de São Luís-MA, no período de18 a 20.03.97 a serviço do Governo do Distrito Federal.

ANTONIO LASSANCE JÚNIOR

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE MARÇO DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXXIII, Artigo 53, do Regimento aprovado pelo Decreto Nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:

DESIGNAR os servidores Antônio Luiz Viana Ribeiro, matrícula nº 36.252-2; Juan Carlos Del Cárpio Natcheff, matrícula nº 41.492-1; Luiz Fernando Alves Machado, matrícula nº 48.700-7; para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão para Recebimento Definitivo de Obras referente ao processo nº 138.001780/96.

JOSÉ EUDES OLIVEIRA COSTA

DESPACHOS DO ADMINISTRADOR
Em 4 de março de 1997(*)

PROCESSO: 138.000.059/97
INTERESSADO: LINDAURA RITA TEIXEIRA E OUTROS
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Com base nos Artigos 80 e 81 e de acordo com o que estabelece os ítens II e IV do Artigo 39 e ítem I, Artigo 38 do Decreto Nº 16.098/94, combinado com o Inciso XI, Artigo 53, do Decreto Nº 16.247/94, o Administrador Regional de Ceilândia resolve:
Reconheço a Dívida, autorizo a emissão da Nota de Empenho, bem como sua liquidação e pagamento em favor dos interessados no Valor de R$ 2.975,00 (dois mil, novecentos e setenta e cinco reais) referente a Quintos, despesas de exercícios anteriores.
Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, para as providências cabíveis.

(*)Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 44, de 6.3.97, pág. 1536.

Em 24 de fevereiro de 1997

PROCESSO: 138.000.059/97
INTERESSSADO: LINDAURA RITA TEIXEIRA E OUTROS
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Com base nos Artigos 80 e 81 e de acordo com que estabelece os ítens II e IV do Artigo 39 e ítem I, Artigo 38 do Decreto Nº 16.098/94, combinado com o Inciso XI, Artigo 53, do Decreto Nº. 16.247/94, o Administrador Regional de Ceilândia, resolve: Reconheço a Dívida, autorizo a emissão da Nota de Empenho, bem como sua liquidação e pagamento em favor dos interessados, no Valor de R$ 288,00 (duzentos e oitenta e oito reais), referente a complemento salarial, despesas de exercícios anteriores. Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, para as providências cabíveis.

JOSÉ EUDES OLIVEIRA COSTA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

DESPACHO DO ADMINISTRADOR
Em 17 de março de 1997

PROCESSO nº 149.000.159/97
INTERESSADO: JORGE VICENTE LIMA CAVADAS E OUTROS.
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de1994 RECONHEÇO a dívida por exercícios anteriores, no valor de R$ 2.405,53 (dois mil quatrocentos e cinco reais e cinquenta e três centavos), em favor de JORGE VICENTE LIMA CAVADAS E OUTROS. O referido pagamento fica condicionado a existência de recursos na dotação orçamentária própria.
Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG/RA XVIII, para providênicas.

MARCOS DE ALENCAR DANTAS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE MARÇO DE 1997

Administradora Regional do Paranoá, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 28 do Decreto nº 12.539, de 30 de julho de 1990, e baseado na apuração dos fatos evidenciados no processo nº 140 000077/97, resolve:

I. Aplicar a pena de suspensão disciplinar à servidora **EUNICE NUNES DE AZEVEDO,** auxiliar de administração pública, **matrícula nº 38.620** - 0, por 10(dez) dias consecutivos, no período de 14/03/97 à 23/03/97 com base no inciso IX do artigo 116, combinado com o inciso II do artigo 127 e § 1º do artigo 122, todos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

MARIA DELSIONE DA SILVA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE MARÇO DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições legais e com fundamento no que dispõe o artigo 53, ítem XXXIII, dc Decreto nº 16.247/94 e considerando que consta do Processo nº 132.000341/97, resolve: Constituir a Comissão de Sindicância, composta dos servidores, Jefferson de Souza Bulhosa Júnior, Diretor da Divisão Regional de Serviços Públicos, matrícula nº 48.746-5, Gilson Gonçalves de Medeiros, Fiscal de Posturas, matrícula nº27.380-5, Franscisco Agrício P. de Araújo, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 25.952-7 e Júlia Ciristina Martins Natal, Chefe da Seção de Documentação e Comunicação Administrativa, matrícula nº 41.186-8 , para sob a presidência do primeiro, apurar os fatos constante referente ao processo supracitado.

MAURÍCIO DUTRA GARCIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE MARÇO DE 1997

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no Artigo 13, inciso II e III e seus parágrafos, do Decreto nº 16.098 de 29 de novembro de 1994, que aprovou as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, resolve:

Designar o detentor do cargo de Chefe do Serviço e Programação Gerencial DINFO/SEA, para atuar como Executor e Supervisor dos contratos firmados entre a Secretaria de Administração e as firmas **XEROX DO BRASIL LTDA**, objetivando a prestação de serviços de locação de uma impressora de tecnologia a laser e uma envelopadora e **NT SYSTEMS INFORMÁTICA LTDA**, objetivando a prestação de serviços de locação de um Servidor RISC.

SOLANGE MARIA DAVID

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de março de 1997

PROCESSO Nº : 00031.000299/93
INTERESSADO : EDUARDO TADEU VIEIRA
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DIVIDA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81, do Decreto nº 16.098 e de acordo com o que estabelece o Item II do Artigo 39, combinado com o Item I do Artigo 38, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento no valor de R$ 3.500,00(três mil e quinhentos reais), em favor de EDUARDO TADEU VIEIRA, à conta do Elemento de Despesa 349092-36 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. Para fazer face as despesas, referente ao Concurso Público Auditor Tributário. Publique-se e encaminhe-se o presente á Divisão de Administração Geral/IDR, para as providências de praxe.

PROCESSO Nº : 00031.000080/97
INTERESSADO : DOMINGOS DA SILVA REIS E OUTROS
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DIVIDA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81, do Decreto nº 16.098 e de acordo com o que estabelece o Item II do Artigo 39, combinado com o Item I do Artigo 38, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento no valor de R$ 3.108,65(três mil cento e oito reais e sessenta e cinco centavos), em favor de DOMINGOS DA SILVA REIS e OUTROS, à conta do Elemento de Despesa 3190.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. Para fazer face as despesas, referente ao decimo terceiro salário do mês de DEZEMBRO/96 da Lei nº 8.112/93. Publique-se e encaminhe-se o presente á Divisão de Administração Geral/IDR, para as providências de praxe.

ADEMAR KYOTOSHI SATO

Vamos juntos melhorar o trânsito.



Reduza a velocidade.

GDF

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 35, DE 17 DE MARÇO DE 1997

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, resolve:
DESIGNAR o servidor ISRAEL BEZERRA VASCONCELOS, matrícula nº 43.702-6, para substituir a Chefe da Seção de Comunicação Administrativa da Secretaria de Educação, sem acumular vencimentos, no período de 24.02.97 à 23.06.97, por motivos de licença gestante da titular.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

ATOS DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHOS DA CHEFE
Em 14 de março de 1997

PROCESSO: 030.000193/97
INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ASSUNTO: RECONEHCIMENTO DE DIVIDA(P. ESPECIAL)
Em face das instruções contidas no presente processo, e do disposto no Artigo 81 do decreto 16.098/94, combinado com o artigo 38, item I do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão da Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 13.511,02(treze mil,quinhentos e onze reais e dois centavos), em favor de FAUSTA DE FATIMA LEITE BRUNO E OUTROS. Publique-se e encaminhe à DAG/SE, para as devidas providências.

PROCESSO: 030.000191/97
INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ASSUNTO: RECONEHCIMENTO DE DIVIDA(INATIVOS)
Em face das instruções contidas no presente processo, e do disposto no Artigo 81 do decreto 16.098/94, combinado com o artigo 38, item I do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão da Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 13.000,32(treze mil e trinta e dois centavos), em favor de ALDA NOGUEIRA E OUTROS. Publique-se e encaminhe à DAG/SE, para as devidas providências.

MARIA JOSÉ VIEIRA FÉRES

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÕES DE 18 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do Artigo 30, do Estatuto da Entidade, tendo em vista a Lei nº 197, de 04.12.91, considerando os Artigos 34 e 118, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.112/90, de acordo com o artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal e o constante do processo nº 030.010486/90, resolve:
Exonerar, ex-officio, PEDRO DE ALCÂNTARA DE MORAIS FRAZÃO, matrícula nº 52.159-0, do Cargo Professor MG3Q.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do Artigo 30, do Estatuto da Entidade, tendo em vista a Lei nº 197, de 04.12.91, considerando os Artigos 34 e 118, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.112/90, de acordo com o artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal e o constante do processo nº 082.370813/83, resolve:
Exonerar, ex-officio, IVONE PEREZ DE CASTRO, matrícula nº 96.791-2, do Cargo Professor MG3V.

JACY BRAGA RODRIGUES

DESPACHOS DO DIRETOR

PROCESSO:082.020339/96; INTERESSADO: JORGE BARROS DE ABREU; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES
Autorizo a Licença para Trato de Interesses Particulares, prevista no artigo 91, da Lei nº 8.112/90, ao servidor JORGE BARROS DE ABREU, matrícula nº 62.104-8, professor MG3Q, pelo período de 17.03.97 a 16.03.99.

PROCESSO:082.000175/97; INTERESSADO: ALZENIRA MARIA DA SILVA FREIRE; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES.
Autorizo a Licença para Trato de Interesses Particulares, prevista no artigo 91, da Lei nº 8.112/90, a servidora ALZENIRA MARIA DA SILVA FREIRE, matrícula nº 45.846-5, Professor MG2Q-GT3, pelo período de 17.03.97 a 16.03.99.

PROCESSO:082.020714/96; INTERESSADO: GLÊNIO DA LUZ LIMA; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES.
Autorizo a Licença para Trato de Interesses Particulares, prevista no artigo 91, da Lei nº 8.112/90, ao servidor GLÊNIO DA LUZ LIMA, matrícula nº 23.912-7, Professor MG3Q, pelo período de 17.03.97 a 16.03.99.

PROCESSO:082.011315/97; INTERESSADO: EVILÁSIO GUERRA CARVALHEDO; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES.
Autorizo a Licença para Trato de Interesses Particulares, prevista no artigo 91, da Lei nº 8.112/90, ao servidor EVILÁSIO GUERRA CARVALHEDO, matrícula nº 59.034-7, Professor MG3V, pelo período de 17.03.97 a 16.03.99.

RELAÇÃO DOS SERVIDORES EXONERADOS, A PEDIDO, DO QUADRO DE PESSOAL DA FEDF, NOS TERMOS DO ARTIGO 34, DA LEI Nº 8.112/90:
- WALFREDO SÉRGIO CARNEIRO FIGUEIREDO, Cargo Efetivo: Professor MG2Q-GT3, matrícula nº 46.682-4, Processo nº 082.001243/97, Data da Instrução: 18.03.97.
- MÁRIO PEREIRA DE PINHO FILHO, Cargo Efetivo: Professor MG1Q-GT3, matrícula nº 43.319-5, Processo nº 082.001823/97, Data da Instrução: 18.03.97, a partir de 27.01.97.
- MÔNICA SOUZA DA FONSECA, Cargo Efetivo: : Professor MG2V, matrícula nº 31.294-0, Processo nº 082.002039/97, Data da Instrução: 18.03.97.
- MARIA DA GLÓRIA NUNES PORTO, Cargo Efetivo: : Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, matrícula nº 23.208-4, Processo nº 082.001658/97, Data da Instrução: 18.03.97, a partir de 18.03.97.

JACY BRAGA RODRIGUES

DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE MARÇO DE 1997

A DIRETORA DA DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, tendo em vista o que dispõe o Artigo 97, item III - "b" da lei 8.112/90. resolve: Conceder LICENÇA NOJO à servidora ANA JOSÉ MARQUES, matrícula nº 62.624-4, Professor MG3Q, pelo período de 07/03/97 a 14/03/97.

ISABEL CRISTINA MARINHO DE ASSIS

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1997

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento da Divisão Regional de Ensino, Título III, art.12, inciso VII, resolve:
Considerando o disposto no procedimento sindicante nº 082.019322/96 , que o servidor JOSÉ FRANCISCO ALVES SOUSA, matrícula nº 65.858-8, faltou com os deveres dispostos no art. 116, III e XI, da Lei nº 8.112/90, aplico a penalidade de ADVERTÊNCIA, nos termos do art. 127, I, da Lei supra.

JANDUY PROCÓPIO LEITE JÚNIOR

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA

ORDENS DE SERVIÇO DE 17 DE FEVEREIRO DE 1997

O DIRETOR DA DivisÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA, no uso de suas competências que lhe foram delegadas pela Instrução nº 555, de 04 de março de 1996, resolve,
Designar substitutos de cargos comissionados abaixo indicados, nos períodos mencionados, as seguintes servidoras:
-GILMA IRENE LIMA, Professora, matrícula 45.767-1, para substituir a Vice-Diretora da Escola Classe 10 de Planaltina, da DRE/Planaltina,DFG 04, nos períodos de 17/02 a 03/03/97 e 04/03 a 02/04/97, por motivo de licença médica e férias;
-VERA NATÁLIA FAYAD GENEROSO, Professora MG3Q, matrícula 41.645-2, para substituir o Chefe da Seção de Recursos Humanos da DRE/Planaltina , DFG-07, no período de 17/03/97 a 16/04/97, por motivo de licença médica do titular.

MAGNO SÉRGIO DE MELO NEVES

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 12 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR-SUBSTITUTO DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 555 de 04 de março de 1996, resolve:
Designar os servidores abaixo relacionados, para substituirem os titulares dos cargos em comissão a seguir especificados:
KARLA MARIA A. DE ASSIS MICHELETO, matrícula nº 26.497-0, Professor Nível 1 40 Horas, Diretora da Escola Classe Córrego das Corujas, símbolo DFG - 04, no período de 10/03/97 a 06/08/97, por motivo de Licença Gestante e férias da titular.
ANTONIO DE LÉLIS FERREIRA, matrícula nº 23. 151-7, Professor Nível 1 40 Horas, Assistente do Centro Educacional 03 de Taguatinga, símbolo DFG-06, no período de 05/03/97 a 02/07/97, por motivo de Licença Gestante da titular.

JOSÉ VIEIRA DE SOUZA

Cultura fm 100,9
UMA EMISSORA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVICO DE 17 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do item II, da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
AUTORIZAR o pagamento de Adicional de Insalubridade, de acordo com o Laudo Pericial, expedido pela Divisão de Higiene Medicina e Segurança do Trabalho, nos termos da Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978 e Leis nºs 8.112 de 11 de dezembro de 1990, e 8.270 de 17 de dezembro de 1991, aos servidores:
NOME: SANDRA BENICIO CHAGAS GOMES
MATRÍCULA: 121060-2
LOTAÇÃO:HRG
PROCESSO:061.033084/97
GRAU: médio
A PARTIR: 24 de fevereiro de 1997
NOME: CLAUDIO PAIVA DE MENDONÇA
MATRÍCULA: 136379-4
LOTAÇÃO: HMIB
PROCESSO:061.027565/96
GRAU: médio
A PARTIR: 21 de outubro de 1996
NOME: ANA FLAVIA DE OLIVEIRA LIMA ARAUJO
MATRÍCULA: 136422-7
LOTAÇÃO: HMIB
PROCESSO: 061.027086/97
GRAU: máximo
A PARTIR: 27 de fevereiro de 1997
NOME: MARIA SELMA GONÇALVES DE SOUZA
MATRÍCULA: 124667-4
LOTAÇÃO: HRC
PROCESSO: 061.042087/97
GRAU: médio
A PARTIR: 26 de fevereiro de 1997

LEADOR MACHADO

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE MARÇO DE 1997

A Diretora da Divisão de Pessoal no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto na Ordem de Serviço de 11 de agosto de 1.995, resolve:

Conceder LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, aos servidores abaixo relacionados lotados na ADMC nos termos do Art. 87 da Lei 8.112/90, combinado com a Lei 221/90, condicionado o período de gozo aos critérios da Administração deduzidos os meses por ventura usufruídos.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

NOME: JOSÉ GERALDO DE ALMEIDA SANTOS
MATRÍCULA: 118.323-1 PROCESSO: 061.001744/97
QUINQUÊNIO(S): 1º 17.12.81 a 11.01.87 2º 12.01.87 a 26.01.92
3º 27.01.92 a 26.01.97.

NOME: OEDISON RAPOSO
MATRÍCULA: 112.876-1 PROCESSO: 061.001687/97
QUINQUÊNIO(S): 1º 13.03.78 a 12.03.83 2º 13.03.83 a 12.03.88
3º 13.03.88 a 12.03.93.

NOME: AILTON BARBOSA PARENTE
MATRÍCULA: 118.712-1 PROCESSO: 061.001840/92
QUINQUÊNIO(S): 3º 20.02.92 a 19.02.97.

RITA DE CÁSSIA BARBOSA

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE MARÇO DE 1997

A Diretora da Divisão de Pessoal no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto na Ordem de Serviço de 11 de agosto de 1.995, resolve:

Conceder LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, aos servidores abaixo relacionados lotados na ADMC nos termos do Art. 87 da Lei 8.112/90, combinado com a Lei 221/90, condicionado o período de gozo aos critérios da Administração deduzidos os meses por ventura usufruídos.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

NOME: WALTER NEI VALENTE
MATRÍCULA: 123.495-2 PROCESSO: 061.001777/97
QUINQUÊNIO(S): 1º 30.11.84 a 29.11.89 2º 30.11.89 a 29.12.94.

RITA DE CÁSSIA BARBOSA

HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE

ORDENS DE SERVIÇO DE 4 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no ítem III, Instrução nº 13 de 1º de agosto de 1995, resolve:
Autorizar o(s) a(s) servidor(es)(as) abaixo, a ausentar(em)-se do serviço no(s) período(s) mencionado(s), por motivo de falecimento de familiar, nos termos do art. 97, inciso III, alínea "b", da Lei 8.112/90.
NOME : MARIA DO CARMO V. BORGES NETTO
MATRICULA : 129.424-5
Pelo falecimento de seu esposo. PERÍODO DE 06.02.97 À 13.02.97

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no ítem III, Instrução nº 13 de 1º de agosto de 1995, resolve:
Autorizar o afastamento da(s) do(s) servidor(es)(as) abaixo, para participar do(s) CURSO(s) abaixo indicado(s).
NOME : MARTA VIANNA LEAL DE OLIVEIRA MACENA
MATRICULA : 112.196-1
Curso Nestle de Atualização em Pediatria, a ser realizado em Fortaleza Ceará, no período de 26.04.97 à 03.05.97.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no ítem III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Autorizar o afastamento da(s) do(s) servidor(es)(as) abaixo para participar(em) do(s) Congresso(s) abaixo no período citado, já incluído os dias previstos para trânsito, nos termos da Instrução nº 27, de 05 de setembro de 1980.
NOME : MERCIA CLAUDE SALGADO LANNA PASSOS
MATRICULA : 118.031-2
VII Congresso Internacional de Odontologia a ser realizado em Brasília DF, no período de 18.03.97 à 22.03.97.
NOME : LAZARA R. DA SILVA
MATRICULA : 129.561-6
VII Congresso Internacional de Odontologia a ser realizado em Brasília DF, no período de 18.03.97 à 22.03.97.
NOME : MARIA APARECIDA BRAGA TENORIO COSTA
MATRICULA : 122.439-5
VII Congresso Internacional de Odontologia a ser realizado em Brasília DF, no período de 18.03.97 à 22.03.97.
NOME : MARIA DO CARMO BAPTISTA SANTANA
MATRICULA : 116.695-6
VII Congresso Internacional de Odontologia a ser realizado em Brasília DF, no período de 18.03.97 à 22.03.97
NOME : MARIA DE FATIMA MACIEL PINHEIRO
MATRICULA : 123.053-1
VII Congresso Internacional de Odontologia a ser realizado em Brasília DF, no período de 18.03.97 à 22.03.97.
NOME : MARCOS ROBERTO RAMOS
MATRICULA : 116.992-1
VII Congresso Internacional de Odontologia, a ser relizado em Brasília DF, no período de 18.03.97 à 22.03.97.
NOME : ELIANE RIBEIRO REZENDE LOMBARDI
MATRICULA : 118.898-4
VII Congresso Internacional de Odontologia, a ser relizado em Brasília DF, no período de 18.03.97 à 22.03.97.
NOME : RAQUEL VINHOLES PERA
MATRICULA : 117.564-5
VII Congresso Internacional de Odontologia, a ser relizado em Brasília DF, no período de 18.03.97 à 22.03.97.
NOME : INES APARECIDA LAUDARES
MATRICULA : 121.484-5
V Congresso Médico de Brasília - V Feira de Saúde de Brasília - I Congresso de Informática em Saúde de Brasília, a ser realizado em Brasília DF, no período de 21.05.97 à 25.05.97.
NOME : ELIZABETH DIAS DOS SANTOS
MATRICULA : 132.063-7
I Encontro de Enfermagem em Saúde Coletiva do Centro-Oeste e II Encontro de Enfermagem em Saúde Pública do DF, a ser realizado em Brasília DF, no período de 23.04.97 à 26.04.97.
NOME : ANA MARIA FERREIRA
MATRICULA : 127.825-8
XVII Congresso da Sociedade Brasileira de Periodontologia e XXIII Reunião dos Professores de Periodontologia, a ser realizado em Vitória-ES, no período de 08.04.97 à 13.04.97.
NOME : IVANILDA P. DOS SANTOS
MATRICULA : 131.914-1
I Congresso da Sociedade Brasileira de Queimaduras, a ser realizado em Goiânia - Go, no período de 07.05.97 à 10.05.97.

CARLOS SARAIVA E SARAIVA

ORDENS DE SERVIÇO DE 12 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no ítem III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Autorizar a(s) o(s) servidor(es)(as) abaixo a ausentar-se do serviço por motivo de de DOAÇÃO DE SANGUE, nos termos do art. 97, inciso I, da Lei 8.112/90.
NOME : ROSANA CORREA MONTEIRO ROCHA
MATRICULA : 125.127-9
Ausertar-se no dia 21/02/97.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no ítem III, Instrução nº 13 de 1º de agosto de 1995, resolve:
Autorizar o(s) a(s) servidor(es)(as) abaixo, a ausentar(em)-se do ser

viço no(s) período(s) mencionado(s), por motivo de falecimento de familiar, nos termos do art. 97, inciso III, alínea "b", da Lei 8.112/90.
NOME : IRIS M. BRANDAO
MATRICULA : 132.419-5
Pelo falecimento de seu pai, período de 20/02/97 à 27/02/97.
NOME : SANDRA AGUIAR BITHENCAURT
MATRICULA : 125.142-2
Pelo falecimento de seu pai, período de 03/03/97 à 10/03/97.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no ítem III, Instrução nº 13 de 1º de agosto de 1995, resolve:
Conceder SALÁRIO FAMILIA a(s) o(s) servidor(es)(as) abaixo, nos termos do art. 197, da Lei 8.112/90:
NOME : FREDERIC L. C. STEENHOUWER
MATRICULA : 128.270-1
Dependente: Joseh B. Steenhouwer Data de Nascimento: 26/04/96

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no ítem III, Instrução nº 13 de 1º de agosto de 1995, resolve:
Autorizar o afastamento da(s) do(s) servidor(es)(as) abaixo, para participar do(s) CURSO(s) abaixo indicado(s).
NOME : ALCI DE CASTRO MATOS
MATRICULA : 115.449-4
Curso Nestlé de Atualização em Pediatria, a ser realizado em Fortaleza Ceará, de 26/04/97 à 03/05/97.
NOME : EDVA PAULA MONTEIRO DA COSTA
MATRICULA : 117.758-3
Curso do Aparelho de Automação em Microbiologia, a realizar-se no Rio de Janeiro pela Firma Biolab-Merienx, no perído de 03/03/97 à 06/03/97.
NOME : EDSON JOSE MONTEIRO BELLO
MATRICULA : 129.373-7
Curso do Aparelho de Automação em Microbiologia, a realizar-se no Rio de Janeiro pela Firma Biolab-Merienx, no perído de 03/03/97 à 06/03/97.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no ítem III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Autorizar o afastamento da(s) do(s) servidor(es)(as) abaixo para participar(em) do(s) Congresso(s) abaixo no período citado, já incluído os dias previstos para trânsito, nos termos da Instrução nº 27, de 05 de setembro de 1980.
NOME : FREDERIC L. C. STEENHOUWER
MATRICULA : 128.270-1
IO Congresso da Sociedade Brasileira de Queimaduras, a ser realizado em Goiânia-GO, de 07/05/97 à 10/05/97.

CARLOS SARAIVA E SARAIVA

HOSPITAL REGIONAL DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 23, DE 10 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o item III da Instrução n.º 13 de 01 de Agosto de 1995, do Senhor Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve:
DESIGNAR, a servidora ROXANA CORRÊA DOS SANTOS LOPES, AIS (Agente Administrativo), matrícula n.º 127.639-5, para substituir a Secretária da Unidade de Patologia Clínica desta Unidade de Saúde, símbolo DFG-03, no período de 01 a 30.03.97, por motivo de licença médica da titular (período contínuo ao publicado anteriormente);
AUTORIZAR, as ausências do serviço nos períodos mencionados aos seguintes servidores:
ANA MARIA DA SILVA, ASS (Enfermeiro), matrícula n.º 134.422-6, lotada no CSG 07, no período de 09 a 12.04.97 para participar do IV Encontro de Enfermagem para Transplante a realizar-se em Brasília-DF;
ELSANIRA GOMES DA CRUZ, ASS (Médico-Pediatria), matrícula n.º 122.496-4, lotada no CSG-01, para participar do Curso Neste de Atualização em Pediatria, a realizar-se na cidade de Fortaleza-CE, no período de 27.04 a 02.05.97;
BEATRIZ YARA FARIAS DE AMORIM, ASS (Médico-Pediatria), matrícula n.º 134.255-0, lotada no CSG-08, para participar do IX do Congresso Brasileiro de Nefrologia Pediátrica e II Congresso Brasileiro de Urologia Pediátrica a realizar-se na cidade de Florianópolis-SC no período de 30.04 a 03.05.97;
ILER JOSE DE OLIVEIRA, ASS (Médico-Clínica Médica) matrícula n.º 116.608-5, lotado no HRG, para participar do II Congresso Brasileiro de Densitometria Clínica, a realizar-se na cidade de Guarapari-ES, no período de 06 a 12.05.97 já incluídos os dias necessários para trânsito;
ANDRE LUIZ DE AQUINO CARVALHO, ASS (Médico-Cirurgia Geral), matrícula n.º 131.465-3, lotado no HRG, para participar do IV Simpósio Internacional Torácico e Cirurgia Torácica assistida por Vídeo a realizar-se na cidade de São Paulo-SP, no período de 23 a 27.05.97 já incluídos os dias necessários para trânsito;
MAGDA PATRÍCIA DE CASTRO ANNES, ASS (Médico-Pediatria), matrícula n.º 131.073-9, lotada no HRG, para participar do XXX Congresso Brasileiro de Pediatria a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no período de 04 a 11.10.97 já incluídos os dias necessários para trânsito.

ELVIS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA

SECRETARIA DE OBRAS

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 17 de marco de 1997

PROCESSO : Nº 030.001.922/97
INTERESSADO : VALMA ALVES DE CARVALHO
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista das instruções contidas no processo e o disposto nos Artigos 80 e 81, do Decreto nº 16.098, de 29.11.94, e de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil para o exercício de 1997, reconheço a dívida, autorizo a despesa e determino a emissão de Nota de Empenho no valor de R$ 169,78 (Cento e sessenta e nove reais e setenta e oito centavos), em favor de VALMA ALVES DE CARVALHO - CPF nº 145.897.376-04.

Publique-se e encaminhe-se o Processo à SOF/DAG/SO, para emissão da respectiva Nota de Empenho, à conta da dotação do elemento 2.048 - 0001 - 319092 - Fonte 000 - Despesas de Exercícios Anteriores do Orçamento da Secretaria de Obras.

HERMES RICARDO MATIAS DE PAULA

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 187, DE 12 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN/DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XXVI do regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: EXONERAR ALESSANDRA BEVILÁQUA CHAVES, matrícula nº 01.026-X, da função de Supervisora de Documentação e Comunicação, DF-2, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, a partir de 11 de março de 1997.
NOMEAR SANDRA MARIA ROCHA DA SILVA, matrícula nº 01.086-3, para exercer a função de Supervisora de Documentação e Comunicação, DF-2, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, a partir de 11 de março de 1997.

LUIS RIOGI MIURA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

PORTARIAS DE 18 DE MARÇO DE 1997

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o inciso II, artigo 13 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve :
- Designar EDÊNIA LUCAS DE PAIVA, Técnico de Administração Pública, matrícula 39.785-7, para substituir ROBSON OLIVEIRA AIRES , Auxiliar de Administração Pública, matrícula 32.931-2, na função de Executor do Contrato celebrado entre o GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Agricultura e a firma TELEPLUS - ASSESSORIA, TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA,conforme contrato nº 04/96-SA, nos termos do Padrão nº 05/96, firmado entre as partes em 19.11.96.
O executor exercerá suas atividades na forma estabelecida no parágrafo 3º , o artigo 13 , do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL , no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o inciso II, artigo 13 do Decreto nº 16.098 , de 29 de novembro de 1994, resolve :
- Designar o servidor WILLIAN MENDES DA SILVA, Auxiliar de Administração Pública, matrícula 34.677-2, para substituir ROBSON OLIVEIRA AIRES, Auxiliar de Administração Pública, matrícula 32.931-2, na função de Executor do Contrato celebrado entre o GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Agricultura e a firma RENOMAQUI- RENOVADORA DE MÁQUINA LTDA, conforme contrato Padrão nº 01/94 , datado de 24.01.96.
O executor exercerá suas atividades na forma estabelecida no parágrafo 3º, do artigo 13 ,do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o inciso II, artigo 13 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve :
- Designar WILLIAN MENDES DA SILVA, Auxiliar de Administração Pública, matrícula 34.677-2, para substituir ROBSON OLIVEIRA AIRES , Auxiliar de Administração Pública, matrícula 32.931-2 , na função de Executor do Contrato celebrado entre o GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Agricultura e a Firma XEROX DO BRASIL LTDA, conforme contrato Padrão nº 01/94, datado de 29.02.96.
O executor exercerá suas atividades na forma estabelecida no parágrafo 3º,do artigo 13 ,do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA DE 13 DE MARÇO DE 1997

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL no uso da competência delegada pelo artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 15.740, de 23 de Jun. 94, e tendo em vista o que consta do processo nº 5210/83; resolve:
Tornar sem efeito o Decreto de 12 de janeiro de 1988 e a Portaria de 10 de janeiro de 1997, para considerar Reformado o CBM DIAMASTOR SALES DA SILVA, mat. 14304-9, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na mesma graduação desde 15 de março de 1985, com proventos calculados com base no soldo integral de 3º Sargento BM, acrescidos de gratificação e indenizações incorporáveis a que fizer jus, e Auxílio Invalidez, nos termos dos artigos 101, parágrafo 1º, parágrafo 2º', alínea "c", da Lei nº 6.022, de 03 de janeiro de 1974, combinados com os artigos 92, I, II, III, 94, I e II; 103, I e II, 104, IV; 106, II, parágrafo 4º , e 107, III; da Lei nº 5.906/73 - combinado com o decreto-lei nº 1.716, de 21 de novembro de 1979, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do CBMDF. Inválido. Necessita de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização. Doenças não adquiridas em ato nem em conseqüência de ato de serviço, em cumprimento à Decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal nos autos do Mandato de Segurança nº 1689/88.

SEBASTIÃO LIPARIZI DE CARVALHO - Coronel QOBM/Comb.

PORTARIA DE 14 DE MARÇO DE 1997

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada pelo artigo 1°, inciso I , alínea "b", do Decreto nº 15.740, de 23 Jun 94, alterado pelo Decreto nº 17.562, de 29 de julho de 1996 e tendo em vista o que consta do processo nº 053.000.168/97, resolve:

Transferir, a pedido, para a Reserva Remunerada, o Cel. QOBM/Comb. ERALDO ANGELO DE OLIVEIRA, Mat. 00056-6, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, no mesmo posto, e com os proventos calculados com base no soldo integral de Coronel BM acrescido de 10% (dez por cento), mais gratificação e indenizações incorporavéis a que fizer jus,nos termos do artigo 51, incisos II e IV, alínea "o", parágrafo 1°, alínea "a"; 88, I, 91, I e 92, do Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 7.479 de 02 Jun 86, combinados com os artigos 92, incisos I, III, IV e V; 94, I e II; 95, I; 100, § 1°; 103, parágrafo único; 107, incisos I e II, alínea "b",e III, com as alterações dadas pelas Leis nºs 7.435/85, de 19 Dez 85 e 7.590 de 29 Mar 87, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

SEBASTIÃO **LIPARIZI** DE CARVALHO - CEL QOBM/Comb.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL

PORTARIA Nº 3, DE 17 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto nos artigos 70, 71 e 72, do Decreto/GDF nº 16.109, de 01.12.94, resolve:

1. Constituir Comissão para, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, realizar o inventário físico dos bens patrimoniais sob a guarda da Polícia Civil do Distrito Federal.
2. O inventário consistirá na contagem física dos bens e em sua comparação com os registros da Carga Patrimonial, devendo ser acompanhado de: cópia do ato que designou a comissão encarregada do levantamento físico dos bens patrimoniais; registro patrimonial, descrição, valor, estado de conservação e localização dos bens móveis; localização, características, registros patrimoniais, número de registro em cartório e valor dos bens imóveis; declaração firmada pela comissão de que o levantamento implicou averiguação "in loco" da existência real dos bens móveis e confirmação da propriedade dos imóveis; demonstrativo das incorporações, transferências e desincorporações de bens patrimoniais ocorridas no período; relatório a respeito das irregularidades apuradas e das condições de guarda e uso dos bens; relação dos bens que não constam da Carga Geral, assim como dos não localizados e informações sobre as providências adotadas pela Unidade Administrativa visando a regularizar a situação.
3. O inventário será emitido em 02 (duas) vias e destinado ao Departamento Geral de Patrimônios/SEFP.
4. Os titulares dos órgãos/unidades da PCDF deverão favorecer de toda forma possível o acesso da comissão aos recintos onde existem bens a inventariar.
5. O Presidente da Comissão será substituido em suas faltas e impedimentos por um dos Coordenadores.
6. A Comissão será composta pelos seguintes servidores:
- MARTINS DE JESUS GONÇALVES - matrícula 19.270-8 - Presidente
- AMARILDO VALÉRIO DE PAULA - matrícula 23.450-8 - Coordenador
- LEYDIR CEZAR DE ALMEIDA CAMPOS - matrícula 39.521-8 - Coordenador

MEMBROS

- CARLOS ROBERTO DA CUNHA MELO - matrícula 31.412-9 - representante da DRM
- PAULO SERGIO DO NASCIMENTO - matrícula 27.526-3 -representante do SAA/PCDF
- JOSAFÁ RIBEIRO DO COUTO - matrícula 31.442.0 -representante da APC
- SEBASTIÃO CHAVES MARTINS - matrícula 19.162-0 - representante da CGP
- KÁTIA SIMÕES SANTOS - matrícula 19.256-2 - representante do IC
- PÉRICLES SANT'ANA BATISTA DE MATOS - matrícula 57.127-X - representante II
- JOSÉ SEVERINO DIAS - matrícula 25.930-6 - representante do IML
- WLADIMIR ALVES DA CONCEIÇÃO - matrícula 19.168-X - representante da CPE
- EDUARDO LOURENÇO DE SOUZA - matrícula 25.907-1 - representante da DCA
- LIZABETE SOARES DAMÁSIO - matrícula 25.476-2 - representante da DOT
- MARCOS QUIRINO PASSOS - matrícula 22.306-9 - representante da DET
- ROSEMEIRE DE ARAUJO PAREJAS - matrícula 39.527-7 - representante da DH
- ERNESTO LEITE JÚNIOR - matrícula 19.553-7 - representante da DVC
- ADOVALDO PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO - matrícula 31.824-8 - representante da DTE
- JOÃO ELIAS SOBRINHO JÚNIOR - matrícula 35.991-2 _ representante da DEF
- CARLOS TEIXEIRA DA SILVA NETO - matrícula 34.216-5 - representante da DECON
- JAMES SALES SANTANA - matrícula 31.684-9 - representante da DRF
- GUMERCINDO CAIRO PEREIRA - matrícula 24.279-9 - representante da DCDP
- ENEYDA MARIA LEMOS - matrícula 39.468-8 - representante da DRFV
- SÉRGIO LUIZ NUNES DE SOUZA - matrícula 24.856-8 - representante do SCRFV
- PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA - matrícula 23.452-4 - representante da DPI
- JANINE RODRIGUES BARBOSA - matrícula 43.576-7 - representante da DEMA
- JÂNIO EVANGELISTA ALVES - matrícula 31.812-4 - representante do SAME
- CARLIENA DA COSTA XIMENES - matrícula 25.181-X -representante da DEAM
- RENATO OLIVEIRA MATOS - matrícula 24.205-5 - representante da 1ª DP
- LUCIA BEZERRA SOARES - matrícula 38.376-7 - representante da 2ª DP
- ILTON JULIÃO VIEIRA - matrícula 19.566-9 - representante da 3ª DP
- AURENITO CARVALHO FARIAS - matrícula 23.623-3 - representante da 4ª DP
- CARLOS JOSÉ VIEIRA DE ARRUDA - matrícula 27,616-2 - representante da 9ª DP
- MARCOS DE SOUZA MACHADO - matrícula 31.948-1 - representante da 10ª DP
- FRANCI FERNANDES MAIA - matrícula 25.916-0 - representante da 11ª DP
- HEINZ ERIC TEODOR POPOV - matrícula 35.380-9 - representante da 12ª DP
- SUELI MARIA DE OLIVEIRA BORGES - 27.664-2 - representante da 13ª DP
- JACKSON DE TARSO CARNEIRO - matrícula 36.701-X - representante da 14ª DP
- CARLOS ALBERTO ELIAS DE SOUZA - matrícula 36.586-6 - representante da 15ª DP
- JOÃO FILHO DE SOUZA CÂNDIDO - matrícula 25.911-X - representante da 16ª DP
- IVONE ANTONIA DE NORONHA ARAÚJO - matrícula 31.532-X - representante da 17ª DP
- JOÃO PEREIRA DOS SANTOS - matrícula 47.565-3 - representante da 18ª DP
- HELMUTH FELIPE VIMMER - matrícula 27.816-5 - representante da 19ª DP
- DAVID FERREIRA DE MELO - matrícula 23.597-0 - representante da 20ª DP
- UBIRAJARA ALVES JUNIOR - matrícula 27.569-7 - representante da 26ª DP
- ELVIS PORTELA MOITA - matrícula 31.526-8 - representante da 33ª DP

7- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEODORO RODRIGUES PEREIRA

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

PORTARIA DE 14 DE MARÇO DE 1997

O SECRETÁRIO DE CULTURA E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Designar as servidoras: RAQUEL CAVALCANTE, Analista de Orçamento, matrícula 28.873-X e MARCELA PIRES R. ALVES, Auxiliar de Administração Pública, matrícula 46.184-9 para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho desta Secretaria, como membro, em substituição aos servidores LUIZ FERNANDO LEÃO ANCONI, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 43.245-8 e RITA CLÁUDIA DE OLIVEIRA LASSANCE, Auxiliar de administação Pública, matrícula nº 44.103-1, respectivamente, designados pela Portaria de 1o. de agosto de 1996, publicada no DODF Nº 152, de 07/08/96.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

PORTARIA DE 17 DE MARÇO DE 1997

O SECRETÁRIO DE CULTURA E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

ELOGIAR a ex-servidora VÂNIA MARIA MOREIRA CALDAS, pelos relevantes serviços prestados ao Arquivo Público do Distrito Federal onde, como Chefe de Gabinete da Superintendência, participou ativamente dos trabalhos da instituição.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 14 de março de 1997

REFERÊNCIA: Proc. nº 150.000179/96
INTERESSADO: ATALIBA MARIANO DE OLIVERIA e outros
ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida

Tendo em vista as instruções contidas nos autos e o disposto nos artigos 80 e 81, e artigo 38, inciso I, combinados com o artigo 39, incisos II e IV, do Decreto nº 16.098/94, reconheço a dívida, autorizo a despesa e a emissão da respectiva Nota de Empenho no valor de R$ 10.820,24 (Dez mil, oitocentos e vinte reais e vinte e quatro centavos), a favor de ATALIBA MARIANO DE OLIVEIRA e outros, ocorrendo a despesa à conta do elemento 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores - desta Secretaria, tendo em vista que a despesa refere-se ao pagamento de QUINTOS atrasados relativos aos meses de Outubro e Novembro do ano de 1996.

REFERÊNCIA: Proc. nº 150.000054/97
INTERESSADO: ORLANDO SILVA ILORCA e outros
ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida

Tendo em vista as instruções contidas nos autos e o disposto nos artigos 80 e 81, e artigo 38, inciso I, combinados com o artigo 39, incisos II e IV, do Decreto nº 16.098/94, reconheço a dívida, autorizo a despesa e a emissão da respectiva Nota de Empenho no valor de R$ 2.368,97 (Dois mil, trezentos e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos), a favor de ORLANDO SILVA ILORCA e outros, ocorrendo a despesa à conta do elemento 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores - desta Secretaria, tendo em vista que a despesa refere-se ao exercício de 1996.

EVANDRO VILELA T. DE SALLES
Adjunto

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 12 de março de 1997

PROCESSO: 081.003081/96
INTERESSADO: NILZO ALVES DA SILVA
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
Tendo em vista o constante dos autos e o disposto na Lei nº 4.320/64, combinado com os artigos 80 e 81 do Decreto 16.098/94 e a competência expressa no inciso I do art. 38 e incisos II e IV do artigo 39, também do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, emissão de empenho na Atividade 2041.0001, Elemento 31.90.92, Fonte 000, e respectivo pagamento no valor de R$115,82 (cento e quinze reais e oitenta e dois centavos) em favor de Nilzo Alves da Silva, referente ao pagamento de gratificação de apoio a realização de espetáculo, relativo ao exercício de 1996
Publique-se e encaminhe-se os autos ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

NILSON RODRIGUES DA FONSECA

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE MARÇO DE 1997

O SUPERINTENDENTE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2° , alínea "m"do Decreto nº 12.469 de 06.07.90, resolve:

Conceder, o adicional por tempo de serviço nos termos do artigo 67 da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, ao servidor abaixo relacionado:

MATRÍCULA	NOME	%	A PARTIR
90.091-5	LUIZ CARLOS M. MARTINS	2	06/03/97

WALTER ALBUQUERQUE MELLO

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE MARÇO DE 1997

O SUPERINTENDENTE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - ArPDF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XIX, do Regimento do ArPDF, aprovado pelo Decreto nº 8.531, de 14 de março de 1985, resolve:
1 - CESSAR os efeitos da Ordem de Serviço nº 8, de 7 de maio de 1996, publicada no DODF nº 90 de 10 de maio de 1996, que designou a composição da Comissão Permanente de Licitação deste Arquivo Público.
2 - Designar SEBASTIÃO AFONSO MOREIRA FONSECA, matrícula 24.231-4, Assessor do Gabinete da Superintendência; PAULO MARCELO DE CARVALHO, matrícula 43.114-1, Assessor do Gabinete da Superintendência; WILMA MESQUITA, matrícula 90.049-4, Assistente do Núcleo de Informática; MARCELO GOMES DURÃES, matrícula 90.040-0, Assistente da Gerência de Arquivo Permanente; SANDRA SUELENE TORRES, matrícula 90.075-3, Encarregado de Depósitos e MARCO AURÉLIO DE LEMOS SANTOS, matrícula 41.557-X, Assessor da Gerência de Pesquisa, para comporem a Comissão Permanente de Licitação deste Arquivo Público, a partir de 14 de março de 1997, na forma abaixo:
Presidente: SEBASTIÃO AFONSO MOREIRA FONSECA
Relator: PAULO MARCELO DE CARVALHO
Secretária: WILMA MESQUITA
Membros: MARCELO GOMES DURÃES e SANDRA SUELENE TORRES
Suplentes: MARCO AURÉLIO DE LEMOS SANTOS

WALTER ALBUQUERQUE MELLO

SECRETARIA DE TRABALHO

ATO DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHO DO CHEFE
Em 17 de março de 1997

PROCESSO Nº 030.001862/97
INTERESSADO: LUIS FERNANDO SILVA E OUTROS
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto 16.098, de 29/11/94, e, de acordo com o que estabelece os incisos II e IV do artigo 39, combinado com o inciso I do artigo 38, do citado diploma legal. Reconheço à dívida. Autorizo a realização da despesa e determino a emissão da Nota de Empenho, bem como o pagamento a conta do sub-elemento de despesa 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores no valor de: R$ 2.081,78 (dois mil e oitenta e um reais e setenta e oito centavos), relativo ao pagamento de 13º salário aos servidores constante no processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG/STb, para as providências cabíveis.

MAURÍCIO ALVES DIAS

DEPARTAMENTO DE EMPREGO

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE EMPREGO DO DISTRITO FEDERAL, Repondendo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 21, inciso II, Regimento aprovado pelo Decreto 15.741, de 23 de junho de 1994, resolve:
I - Designar os servidores FÁTIMA DA SILVA FIGUEIREDO, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 00070-1/DEPEM-DF, JASON MARCOS GALACHE, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 00162-7/DEPEM-DF e VALÉRIA DA CUNHA ROCHA, Técnico em Administrativo Pública, matrícula nº 30.922-2/STb, para sob a Presidência da primeira, constituirem Comissão de Inventário de Tomada de Contas de Almoxarifado, referente ao exercício de 1996, deste Departamento.
II - A refenda comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos.
III - Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 19, DE 17 DE MARÇO DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o contido no processo nº 094.00.1.312/96, resolve DESIGNAR o DIRETOR DE MANUTENÇÃO e o CHEFE DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO, LUBRIFICAÇÃO E BORRACHARIA, como Executores do Contrato nº 029/97, objetivando o fornecimento de desengraxante e detergente líquido para lavagem de veículos da frota operacional desta Autarquia.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 20, DE 17 DE MARÇO DE 1997

O Diretor-Geral do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU/DF, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista os pronunciamentos constantes do Processo nº 094.0001.226/96, resolve:
I - CONCEDER LICENÇA, com fulcro no art. 1º da Lei nº 1.138, de 10.07.96, ao servidor ROBERTO CÉZAR DO AMARAL, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 81.425-3, do Quadro de Pessoal Permanente desta Autarquia, para desempenho de mandato classista, referente ao cargo de 1º Secretario do Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e do Tribunal de Contas do Distrito Federal - SINDIRETA, previsto no respectivo Estatuto, para o qual foi eleito, conforme consta da Ata da Reunião daquele Sindicato, realizada no dia 27 de maio de 1996.
II - A licença ora concedida terá início na data da publicação desta Instrução no DODF e vigerá até o término do mandato em referência, correspondente ao triênio de 01.06.96 a 31.05.99.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 14 de março de 1997

PROCESSO Nº : 094.000.081/97
INTERESSADO : DISTRITO DE LIMPEZA DE SAMAMBAIA
ASSUNTO : SUPRIMENTOS DE FUNDOS
DE ACORDO. Reconheço a situação de inexigibilidade de licitação de que trata o caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93, para conceder suprimento de fundos, com base no inciso VI do art. 4º do Decreto nº 13.771/92, em favor do servidor JUBENIL ANTÔNIO DA SILVA, matrícula nº 83.782-2, Auxiliar de Administração Pública do QP/SLU/DF, CPF Nº 259.752.931-20, para cobrir as despesas com aquisição de materiais elétricos, de construção e hidráulico, ferramentas e utensílios de curta duração, peças e acessórios para veículos, pelo que autorizo a realização da despesa e a emissão de Notas de Empenho - POR ESTIMATIVA -, nos valores de R$ 300,00 (trezentos reais), à conta do Elemento 349:30.07, R$ 705,00 (setecentos e cinco reais), a conta do Elemento 3490:30.10, R$ 300,00 (trezentos reais) à conta do Elemento 3490:30.16 e R$ 300,00 (trezentos reais), à conta do Elemento 3490:30.21, com base no inciso I do art. 38 e 39, incisos I e II, ambos do Decreto nº 16.098/94, cuja aplicação deve se dar no prazo de 60 (sessenta) dias, e para os efeitos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, ratifico a situação de inexigibilidade.
Publique-se, após à DAF, para as providências.

PROCESSO Nº: 094.001.022/95
INTERESSADO : RAIMUNDO NONATO AIRES
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
Á vista do contido nos autos, RECONHEÇO A DÍVIDA no valor de R$ 3.069,91 (três mil, sessenta e nove reais e noventa e um centavos), com amparo nos artigos 80 e 81, do Decreto nº 16.098/94, em favor do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, referente ao ressarcimento de salários e vantagens do servidor RAIMUNDO NONATO AIRES, presentemente a disposição deste SLU/DF, nos meses de novembro e dezembro/96, inclusive 13º salário, bem assim AUTORIZO a realização da despesa, a emissão de Nota de Empenho - ORDINÁRIO - e respectivo pagamento da importância citada, em favor do supracitado credor, com base nos artigos 38, inciso I e 39, inciso II e IV, do supramencionado diploma legal, correndo a despesa a conta do Elemento 3490:92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, condicionando o pagamento à existência de recursos na dotação orçamentária própria e as disponibilidades desta Autarquia.

LUCIANO DE SALES OLIVEIRA

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA DE 14 DE MARÇO DE 1997

O Procurador-Geral do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
Autorizar, o gozo da Licença-Prêmio por Assiduidade prevista no artigo 87, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ao servidor **PAULO MAURÍCIO JORGE CARVALHO LACERDA TORREÃO**, matrícula nº 35.109-1, Técnico de Administração Pública, no período de 24.03.97 a 21.06.97, referente ao 1º qüinqüênio, de 06.12.91 a 03.12.96, concedida pela DAP/SEA e publicada no DODF de 20.12.96.

MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO

PORTARIA DE 18 DE FEVEREIRO DE 1997

O Procurador Geral do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
Conceder Licença para Desempenho de Mandato Classista ao servidor **LUIZ CARLOS MARINHO DE BARROS**, Procurador de 1ª Categoria do Distrito Federal, matrícula nº 38.549-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, lotado na 2ª Subprocuradoria, de acordo com o artigo 1º, da Lei nº 1.138, de 10 de julho de 1996 e, dos artigos 1º, inciso IV e 3º, parágrafo 1º, item I, do Decreto nº 17.699, de 24 de setembro de 1996, para desempenho do mandato de Presidente do Sindicato dos Procuradores do Distrito Federal - SINDPROC, no período de 28.11.96 a 30.10.97, nos termos do Processo nº 020.003.296/96.

MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO

SERVIÇO DE PESSOAL

DESPACHOS DA CHEFE
Em 14 de março de 1997

NOME: ALEXANDRE CASTRO CERQUEIRA
MATRÍCULA: 49.228-0
Concedido, na forma do artigo 197 § Único da Lei nº 8.112/90, o benefício do SALÁRIO- FAMÍLIA pelos dependentes MARIA LUCIA DA SILVA CERQUEIRA, esposa,VITOR, FILIPE E BRUNO DA SILVA CERQUEIRA, filhos, nascidos em 01.03.88, 02.05.89 e 24.01.91, respectivamente, conforme certidões apresentadas.
NOME: FABIANO OLIVEIRA MASCARENHAS
MATRICULA: 49.232-9
Concedido, na forma do artigo 197, § Único, da Lei n.º 8.112/90, o beneficio do SALÁRIO FAMÍLIA pelos ROSÂNGELA MARIA DUQUES DA SILVA, esposa e MAYARA DUQUES MASCARENHAS, filha, nascida em 27.06.96, conforme certidões apresentadas.
NOME: WILSON RODRIGUES DAMASCENO.
MATRÍCULA: 49.227-2
Concedido, na forma do artigo 197 § Único da Lei nº 8.112/90, o benefício do SALÁRIO- FAMÍLIA pelos dependentes EUCIA DA CUNHA DAMASCENO, esposa, BRENO E WETER DA CUNHA DAMASCENO, filhos, nascidos em 19.10.94 e 08.10.92, respectivamente, conforme certidões apresentadas.

ROSÂNGELA CARMEN ALMEIDA ALVES DE SOUSA

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 8/97

PROCESSO Nº: 141.000.480/97
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA
CLASSES: 17.01, 17.04, 17.05, 22.01 e 23.02
DATA DE ABERTURA: 27/03/97
HORÁRIO: 15:30 h.
LOCAL: SCN, Q. 04, BL. "C", Ed. Administração Regional de Brasília, no auditório
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA, torna público, para conhecimento dos interessados, abertura do Convite em epígrafe, na data, horário e local indicados no preâmbulo. O Edital poderá ser obtido na Administração Regional de Brasília, junto ao Protocolo nos dias úteis, das 13:00 às 18:00 h, valor reprográfico: R$ 2,00. Outras informações pelo telefone (061) 225-8323 R/ 133.

CONVITE Nº 9/97

PROCESSO Nº: 141.000.432/97
OBJETO: MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.
CLASSES: 07.01; 07.02; 10.05; 10.07; 10.11; 10.13; 16.01; 16.02 e 16.03
DATA DE ABERTURA: 26/03/97
HORÁRIO: 15:00 h.
LOCAL: SCN Q. 04, Bl. "C", Ed. Administração de Brasília, no auditório.
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA, torna público, para conhecimento dos interessados, abertura do Convite em epígrafe, na data, horário e local indicados no preâmbulo. O Edital poderá ser obtido na Administração Regional de Brasília, junto ao Protocolo nos dias úteis, das 13:00 às 18:00 h, valor reprográfico: R$ 2,00. Outras informações pelo telefone (061) 225-8323 R/ 133.

SANDRA CRISTINA PEREIRA
Presidente de Licitação

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 5/97

A Comissão Permanente de Licitação da Administração Regional do Cruzeiro torna público que realizará licitação para a aquisição de material de Construção (cimento, areia brita e ripa).
DATA: 26/03/97
HORÁRIO: 10:30 horas
Maiores informações estão contidas no Edital Convite nº 005/97 RA-XI à disposição dos interessados na Administração Regional do Cruzeiro, Área Especial "C", Lote 03 , Cruzeiro Velho.

CONIVITE Nº 6/97

A Comissão Permamente de Licitação da Administração Regional do Cruzeiro torna público que realizará licitação para aquisição de material esportivo
DATA: 26/03/97
HORÁRIO: 15:30 horas
Maiores informações estão contidas no Edital Convite nº 006/97 RA-XI à disposição dos interessados na Administração Regional do Cruzeiro, Área Especial "C", lote 03, Cruzeiro Velho.

EMERENCIANA DO S.PONTES JARDIM
Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 2/97

PROCESSO : 143.000.090/97
DATA DE ABERTURA : 10 DE ABRIL DE 1997.
HORÁRIO : 14:00 HORAS
TIPO: MENOR PREÇO
LOCAL: GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGENS, FOTOGRAFIA E CONFECCÇÃO DE SLIDES

A Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados a realização da Licitação na modalidade de Convite, para Contratação de Serviços de Filmagens, Fotografia, Revelação e Confecção de Slides, na a data e horários especificados no preâmbulo, conforme Edital de Convite nº 002/97 RA XIII. O Edital poderá ser obtido, mediante apresentação do CRC, expedidos pela Secretaria de Administração, na sede da Administração Regional de Santa Maria, Avenida Alagado Área Especial Central S/Nº, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Maiores informações pelos telefones 393.2833.

CONVITE Nº 3/97

PROCESSO : 143.000.089/97
DATA DE ABERTURA : 11 DE ABRIL DE 1997.
HORÁRIO : 14:00 HORAS
TIPO: MENOR PREÇO
LOCAL: GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
OBJETO: LOCAÇÃO DE STANDS

A Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados a realização da Licitação na modalidade de Convite, para Locação de Stands, na a data e horários especificados no preâmbulo, conforme Edital de Convite nº 003/97 RA XIII. O Edital poderá ser obtido, mediante apresentação do CRC, expedidos pela Secretaria de Administração, na sede da Administração Regional de Santa Maria, Avenida Alagado Área Especial Central S/Nº, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Maiores informações pelos telefones 393.2833.

CONVITE Nº 4/97

PROCESSO : 143.000.176/97
DATA DE ABERTURA : 07 DE ABRIL DE 1997.
HORÁRIO : 14:00 HORAS
TIPO: MENOR PREÇO
LOCAL: GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
OBJETO: LOCAÇÃO DE MÁQUINA COPIADORA

A Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados a realização da Licitação na modalidade de Convite, para Locação de Máquina Copiadora, na data, horários e local especificados no preâmbulo, conforme Edital de Convite nº 004/97 RA XIII. O Edital poderá ser obtido, mediante apresentação do CRC, expedidos pela Secretaria de Administração, na sede da Administração Regional de Santa Maria, Avenida Alagado Área Especial Central S/Nº, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Maiores informações pelos telefones 393.2833.

CONVITE Nº 5/97

PROCESSO : 143.000.177/97
DATA DE ABERTURA : 03 DE ABRIL DE 1997.
HORÁRIO : 14:00 HORAS
TIPO: MENOR PREÇO
LOCAL: GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

A Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados a realização da Licitação na modalidade de Convite, para Aquisição de Gêneros Alimentícios, na data, horário e local especificados no preâmbulo, conforme Edital de Convite nº 005/97 RA XIII. O Edital poderá ser obtido, mediante apresentação do CRC, expedidos pela Secretaria de Administração, na sede da Administração Regional de Santa Maria, Avenida Alagado Área Especial Central S/Nº, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Maiores informações pelos telefones 393.2833.

ELEN CHRISTINA MARQUES SANTANA
Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/96

PROCESSO Nº: 132.000303/96. PARTES: DF/RA-III X CHAVES E RODRIGUES LTDA. OBJETO: A apresentação do Crédito Anual pelo qual correrá a despesa referente ao exercício de 97. PRAZO: 06.05.98. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 03.007.0021.2016-0003. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 11.105. SUBELEMENTO DA DESPESA| 349030 e 343039. NOTA DE EMPENHO: nºs 00095 e 00096 emitida em 03/03/97, sob o evento 400091, na modalidade estimativa, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo entra em vigência na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 12/03/97. SIGNATÁRIOS: pelo DISTRITO FEDERAL: MAURICIO DUTRA GARCIA, na qualidade de Administrador Regional. Pela CONTRATADA: ALESSANDRO MARTINS MENEZES, na qualidade de Procurador.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 5/97

CONVITE Nº : 05/97-RA-III
OBJETO : Aquisição de material de segurança e ferramentas
DATA : 27/03/97
HORÁRIO : 9h
LOCAL : O Edital será entregue na DAG, situada no Edifício Sede da RA-III, Praça Central de Taguatinga-DF, no horário comercial. Taxa do Edital R$ 1,76 mediante pagamento do D.A.R na rede bancária.

Taguatinga, 17 de março de 1997.
NÍLVEA RIBEIRO LOPES
Presidente CPL



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SUBSECRETARIA DE RECURSOS FÍSICOS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL

COMISSÃO DE ANÁLISE E REGISTRO CADASTRAIS

COMUNICADO

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Interessado(S)	Assunto	Grupos Deferidos	Grupos Indeferidos
Vanauto Peças e Serviços de Autos Ltda	Renovação	2103,2104,2105,2106,2107, 2111,9728.	2101.
Retimaq Retífica de Máquinas Ltda	Renovação	2010,2016,2103,2104,2105,2106, 2107,2109,2110,2111,9728.	2011,6301.
Siggraf Materiais e Serviços Ltda	Alteração	1013,1011,1601.1602.	0702,1005,1008,1302.
Braluz Materiais Elétricos Ltda	Recurso	1601.	
Social Card S/C Ltda	Renovação	9787.	
G H F Comercial Internacional Trading Ltda	Inscrição	6301,2010,2108. Procurador	
A C P de Madeiras - ME	Inscrição	0702,1001,1002,1003,1004,1005, 1007,1008,1009,1010,1011,1012, 1013,1014,1015,1402,1404,1405, 1601,1602,1603,6801.	0301,0402,0701,0902, 0903,0904,0905,1201, 1202,1204,1205,1206, 1301,1302,1303,1504, 1506,1701,1705,2007, 2008,2009,2011,2013, 2014,2016,2201,2302, 2501,5401,5402,5603, 5605,5701,5702,5901, 6001,6702,6802,6803, 6807,7001,1006,6202.
World Paper Comércio e Representação Importação e Exportação Ltda	Inscrição	0602,0603,0801,0902,1005,1013, 1402,1403,1404,1405,1406,1407, 1408,1601,1602,1701,1704,1705, 2201,5401,5402,5607,5702,6001, 6603,6601.	0802,0803,0804,0805, 1201,1702,1801,1902, 2301,2302,5605,5606, 3701,9707.
Apollo Comércio de Produtos Manufaturados Ltda	Alteração	1402,1404,1405,1408.	
Dieselparts Comércio de Auto Peças Ltda	Inscrição	2106,2105. Procurador	
Peninha Comércio e Representações Ltda	Inscrição	6501,7202.	0402.
Slaviero Comercial S/A	Renovação	2010,6301,7105,9728.	
Engefoto Engenharia e Aerolevantamentos S/A	Inscrição	9708,9714. Procurador	
Minasmed Comércio e Importação Ltda	Renovação	1702,1704,1705,1901,1905,6901.	
S P P Nemo S/A Comercial Exportadora	Renovação	0801,1402,1404,1405,1407.	5607.

A Comissão de Análise e Registros Cadastrais/DM/SRF/SEA, em cumprimento a alínea "D" do Inciso I, combinado com o § 5º do Art. 109 da Lei Nº 8.666/93, torna público a todos os interessados o resultado do julgamento da reunião em epígrafe, bem como, abre prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis e franqueia os autos dos processos aos interessados.

Em 13 de março de 1997

ALDA SILVA VIVACQUA
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

RELAÇÃO DE COMPRAS E/OU SERVIÇOS
FEVEREIRO/97

O DIRETOR DO DEPARTAMETNO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal em cumprimento ao disposto no art. 16 da Lei nº 8.666, de 21/06/93; Lei nº 938, de 20/10/95, e Decisão nº 3427/96-TCDF, torna pública a relação de compras e/ou serviços efetuados de 01 a 28 de fevereiro de 1997, na forma a seguir:

NE Nº	ESPECIFICAÇÃO	Qtda	VALOR R$ UNIT	VALOR R$ TOTAL	FORNECEDOR/PRESTADOR
	CONCORRÊNCIA				
133	Prestação de serviço de processamento de dados.			500.000,00	POLITEC Ltda
166	Atender despesa com reconhecimento de dívida, referente a prestação de serviço de processamento de dados.			57.376,11	POLITEC Ltda
	TOMADA DE PREÇO				
89	Atender despesa com serviço de capatazia em postos fiscais e depósito de bens apreendidos.			120.000,00	Gávea Emp. Serv. Gerais Ltda
110	Atender despesa com prestação de serviço de engenharia, operação, manutenção, instalação hidráulica e elétrica.			57.900,00	ELECTRON - Eng. Const. e Empreendimento Ltda.
	DISPENSA				
135	Atender despesa com locação de imóvel.			65.400,00	Wagner Imobiliária
141	Reforço para atender despesa com locação de imóvel.			74.200,00	Wagner Imobiliária
	INEXIGÍVEL				
109	Atender despesa com prestação de serviço de telefonia.			55.000,00	TELEBRASÍLIA S/A
127	Atender despesa com prestação de serviço de transporte e entrega domiciliária em âmbito nacional.			26.000,00	Emp. Bras. de Correios e Telégrafos - ECT
138	Reforço para atender despesa com serviço de telefonia.			110.000,00	TELEBRASÍLIA S/A

CARLOS JOSÉ FONSECA TORQUATO

SUBSECRETARIA DA RECEITA

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA

EDITAL Nº 2, DE 10 DE MARÇO DE 1997

O CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA, DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA , DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o artigo 16, inciso IV da Lei 657, de 25-01-94, e artigo 33, inciso II do Decreto 16.106, de 30-11-94, após declarada a REVELIA nos termos do artigo 32, inciso I do supracitado Decreto, INTIMA os contribuintes abaixo relacionados a comparecerem a esta Divisão da Receita localizada na área especial s/n, praça 01, setor leste Gama-DF, no horário de 9:00 às 17:00 horas, no prazo de 10(dez) dias após a data da publicação do presente Edital, a fim de comprovar o cumprimento das exigências descritas nos Autos de Infração a seguir enumerados, sob pena de ser declarado abandono das mercadorias conforme artigo 22, parágrafo 1º do referido Decreto.

PROCESSO	CONTRIBUINTE	A.I.A
043.001858/96	OVS Consumo Ltda	27161/96
040.000213/94	Construtora Porfírio Ltda	26889/93
043.002091/96	Antônio Francisco & Jairo Marçal Ltda	035364/96

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

BANCO DE BRASÍLIA S.A.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O BRB Banco de Brasília S.A., para a contratação dos serviços de apoio administrativo e limpeza, com a empresa Sinal Comércio, Representações e Serviços de Higienização Ltda., de acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei 8.666/93, torna público que a Chefe do DESEG, Sra. Maria Helena Cortez Marcomini, ratificou o ato de dispensa de licitação em 17.03.97. Processo nº 099/97.

MARIA HELENA CORTEZ MARCOMINI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/97

A Comissão Permanente de Licitação da FEDF comunica aos interessados que o Resultado de Habilitação da Tomada de Preços nº 006/97 - FEDF, encontra-se afixado no quadro de avisos da CPL, no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607 Projeção "D" 2º andar.

Brasília, 18 de março de 1997

EVERALDO MENDONÇA
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADAS DE PREÇOS Nºs 117/96 e 5/97

A Comissão Permanente de Licitação da FEDF comunica aos interessados que os resultados de julgamento das Tomadas de Preços nºs 117/96 e 005/97 - FEDF encontram-se afixados no quadro de avisos da CPL, no Edifício Sede da FEDF,. SGAN 607, Projeção "D", 2º andar.

Brasília, 18 de março de 1997

EVERALDO MENDONÇA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 061.000977/97
Entidade responsável: FHDF
Objeto: aquisição de lamivudina 150mg e outro
Justificativa: inciso I, artigo 25, Lei 8.666/93
Data do ato de ratificação: 12.03.97

Responsável pelo ato de ratificação: Drª. Maria José Conceição - Secretária de Saúde
Processo: 061.000772/97
Entidade responsável: FHDF
Objeto aquisição de Lipase 4.000UI + Amilase 20.000UI + Protase 25.000 UI
Justificativa: inciso I, artigo 25, Lei 8.666/93
Data do ato de ratificação: 12.03.97
Responsável pelo ato de ratificação: Drª. Maria José Conceição - Secretária de Saúde
Processo: 061.000592/97
Entidade responsável: FHDF
Objeto: aquisição de imunoglobulina G
Justificativa: inciso I, artigo 25, Lei 8.666/93
Data do ato de ratificação: 28.02.97
Responsável pelo ato de ratificação: Drª. Maria José Conceição - Secretária de Saúde

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 4/96

PROCESSO: 101.001.585/95; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e o INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE; OBJETO: alterar o valor suplementado no Terceiro Termo Aditivo de R$ 128.784,13 (cento e vinte e oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais e treze centavos) para R$ 395.392,35 (trezentos e noventa e cinco mil, trezentos e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos), por ter saído com incorreção; ASSINATURA: 14/03/97; VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 30/06/97; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Osvaldo Russo de Azevedo; P/ENTIDADE: Gladys Pessoa de Vasconcelos Buarque.

SECRETARIA DE OBRAS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/96
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 10/96

PROCESSO N.º 112.004.532/96 - PARTES: DF/SO x SOUZALIMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. **Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, bem como o prazo para conclusão das obras, com base no § 1º Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93. DA PRORROGAÇÃO: Fica prorrogado até 26.04.97, a partir da assinatura deste Termo Aditivo. O prazo para conclusão das obras, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias corridos, contados a partir de 28.02.97, vencendo-se, portanto, em 29.03.97. Prazo: Até 26.04.97.** Fundamento Legal: Carta Convite nº 11/96-SO. **VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 24.02.97.** SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: HERMES RICARDO MATIAS DE PAULA, na qualidade de Secretário de Obras. Pela CONTRATADA: JURACI JOAQUIM DE SOUZA, na qualidade de Sócio-Gerente. Brasília-DF, 18 de março de 1997. Of. n.º: 037/ 97-SCA/DAG/SO.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/97

OBJETO: LOCAÇÃO DE MÁQUINA COPIADORA.

ABERTURA: 07.04.97- 14:30 Hs.

Chamamos a atenção das empresas para a licitação acima, que a NOVACAP fará realizar na data e horário indicado, na Sala de Licitação da ASCAL/PRES-NOVACAP, Situada no Setor de Áreas Públicas, Lote "B" - Conjunto Sede da Companhia - em Brasília-DF. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço citado.

Brasília-DF., 18 de março de 1997
AUGUSTO RAMOS DE OLIVEIRA
Assessor de Cadastro

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 019/96 - P.PJU/CEB, Companhia Energética de Brasília - CEB e os senhores Darcílio Augusto Gomes (Advogado) e José Guilherme Antioga do Nascimento (Engenheiro). Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato principal e retificação de sua Cláusula Décima-Primeira. Processo nº 093.001.048/96 - CEB; Resoluções da Diretoria da CEB nº 160/96 e 034/97, respectivamente, 02.10.96 e 05.03.97, conforme disposto inciso III, do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº8.883/94. Data da assinatura: 10.03.97. Prazo: 06 (seis) meses; despesas de publicação: CEB, assinaturas pela CEB: José Carlos Vidal e Hélio Morito Shinoda e os Senhores: Darcílio Augusto Gomes e José Guilherme Antioga do Nascimento.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS DE MATERIAL Nº 7/97

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, através da Comissão de Licitação de Materiais-CLM, situada no SGAS Quadra 904 Bloco "A", Complexo Administrativo da CEB, em Brasília-DF, torna público que receberá até às 09:00 do dia 08/04/97, os invólucros contendo as propostas relativas à TPM nº 007/97-CEB, para aquisição de conector, terminal desconectável, plug de conexão e redução. Demais informações através dos telefones - 225-3549 e 325-2969.

Brasília-DF, 17 de março de 1997
MARIA APARECIDA PIMENTA
Presidente da Comissão

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO nº 4004. Ass: 18.03.97. - Processo: 092.004929/96 - PARTES: CAESB X COMPANHIA METALÚRGICA BARBARÁ. Tomada de Preços TP nº 099/96-CAESB. OBJETO: fornecimento de materiais em ferro fundido (hidrantes de coluna, válvulas/registros, curvas dissimétricas e extremidade), itens 01, 02, 03 e 04 do Anexo I do Edital. FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são próprios da CAESB/FRINAE. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Projeto 13.076.0447.5060-0001 - Ampliação e melhoramento dos Sistemas Distribuidores, Código 22.401.201.220-3. VALOR : R$ 84.862,80 (oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos). PRAZO: 30 (trinta) dias consecutivos, contado a partir da data da emissão da ordem de entrega. VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias consecutivos, após a assinatura. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/ COMPANHIA METALÚRGICA BARBARÁ: Fábio Marcelo de Mendonça.

CONTRATO nº 4005. Ass: 18.03.97. - Processo: 092.000620/97 - PARTES: CAESB X ASEA BROWN BOVERI LTDA. Dispensa de Licitação. OBJETO: execução dos serviços especializados de engenharia para recuperação de duas duchas de mancal (4 peças) do motor elétrico nº 04, com potência de 1750 HP, marca ALLIS CHALMERS, instalado na Estação Elevatória de Água Bruta Torto/Santa Maria (EAB - TM 1). FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Código 12.105.506.301-1. VALOR : R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). PRAZO: 10 (dez) dias consecutivos, contado a partir da data da emissão da ordem de serviço. VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias consecutivos, a contar de sua assinatura. ASSINANTES: P/CAESB: Antonio da Costa Miranda Neto. P/ ASEA BROWN BOVERI LTDA: Rubens Mattos Platero.

CONTRATO nº 4006. Ass: 18.03.97. - Processo: 092.000087/97 - PARTES: CAESB X SUL AMÉRCIA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS. Convite CVO nº 009/97-CAESB. OBJETO: execução de seguro contra incêndio do Edifício-Sede da CAESB, localizado no SCS e do almoxarifado central da CAESB, localizado no SIA, na forma de execução indireta, na modalidade de preço global. FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Código 12.303.302.320-0. VALOR : R$ 4.068,48 (quatro mil, sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos). PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos, contado a partir da data da emissão da ordem de serviço. VIGÊNCIA: 420 (quatrocentos e vinte) dias consecutivos, a contar de sua assinatura. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/ SUL AMÉRCIA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS: Jorge Luiz Barbosa Cunha.

EXTRATOS DE CESSÃO DE USO

CESSÃO DE USO Nº 013/FCA/97. Ass: 28.02.97. - Processo: 092.006557/96-CAESB. CEDENTE: FCA- FERROVIA CENTRO - ATLÂNTIDA S/A. CESSIONÁRIA: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB. Inexigibilidade de Licitação. OBJETO: Instalação de uma travessia subterrânea de esgoto sanitário no Km 244+250 a 245+416 da linha Brasília/Petrobrás. FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do item 1.2.1.04.404.305- Serviços Técnicos Profissionais da SPOE. Valor R$ 10.218,48 (dez mil, duzentos e dezoito reais e quarenta e oito centavos). PRAZO: Indeterminado. ASSINANTES: P/CAESB: Marcos Helano Fernandes Montenegro; Presidente da CAESB. P/FCA S/A: Ary José Bernardes; Presidente da FCA.

CESSÃO DE USO Nº 012/FCA/97. Ass: 28.02.97. - Processo: 092.006528/96-CAESB. CEDENTE: FCA- FERROVIA CENTRO - ATLÂNTIDA S/A. CESSIONÁRIA: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB. Inexigibilidade de Licitação. OBJETO: Instalação de uma travessia subterrânea de esgoto sanitário com diâmetro de 200mm e cano protetor eterno de 350mm em ferro fundido. FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do item 1.2.1.04.404.305 - Serviços Técnicos Profissionais da SPOE. Valor: R$ 2.984,24 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e quatro centavos). PRAZO: Indeterminado. ASSINANTES: P/CAESB: Marcos Helano Fernandes Montenegro; Presidente da CAESB. P/FCA S/A: Ary José Bernardes; Presidente da FCA.

EXTRATOS DE QUITAÇÃO

Termo de Quitação do CT nº 3895, Processo: 092.000924/97. PARTES: CAESB X MARCONI EQUIPAMENTOS PARA LABORÁTORIOS LTDA. DATA DA ASSINATURA: 18/03/97. ASSINANTES: P/CAESB:Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo; P/ MARCONI LTDA: Valdivino Bezerra Saldanha.

Termo de Quitação do CT nº 2501, Processo: 092.003976/91. PARTES: CAESB X ELO ENGENHARIA LTDA. DATA DA ASSINATURA: 18/03/97. ASSINANTES: P/CAESB: Antonio da Costa Miranda Neto - Diretor do Sistema de Água; P/ ELO ENGENHARIA LTDA: Luiz Carlos Tanezini.

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/97

PROCESSO Nº 113.003.011/96 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e GUARÁ DIESEL - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PEÇAS LTDA. - OBJETO: Prestação de serviços de recondicionamento de bombas, bicos injetores e turbinas, com substituição de peças de reposição originais - FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 010/97 - VIGÊNCIA: 31.12.97 - VALOR PREVISTO DO CONTRATO: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 26202 - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA: 1.264 - Recuperação, Conservação e Melhoramento das Rodovias - ELEMENTO: 3490.39 - FONTES DE RECURSO: 000, 001, 004 e 050 - NOTA DE EMPENHO INICIAL: nº 264/97, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) emitida em 11.03.97 - DATA DA ASSINATURA: 17.03.97. - ASSINANTES: Pelo DER/DF: HENRIQUE LUDUVICE; Pela Contratada: FABIO JOSE MOTA CAROLINO.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/97

PROCESSO Nº 113.003.018/96 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e FEDERAL DISTRIBUIDORA DE AUTOPEÇAS LTDA. - OBJETO: Fornecimento parcelado de autopeças de reposição das marcas "BOSCH" e "WAPSA". - FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 004/97 - VIGÊNCIA: 31.12.97 - VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 26202 - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA: 1.264 - Recuperação, Conservação e Melhoramento das Rodovias - ELEMENTO: 3490.30 - FONTES DE RECURSO: 000, 001, 004 e 050 - NOTA DE EMPENHO INICIAL POR ESTIMATIVA: nº 261/97, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) emitida em 11.03.97 - DATA DA ASSINATURA: 17/03/97. - ASSINANTES: Pelo DER/DF: HENRIQUE LUDUVICE; Pela Contratada: JOSMANE CLAUDINO SILVA.

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 023/97. Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e FAZENDA CHAPARRAL DO PLANALTO LTDA. Processo nº 073.004.580/91. Assinatura: 12/03/97. Vigência: 15 anos. Conforme Resolução nº 249/96. Objeto: RENOVAÇÃO de Contrato de Concessão de Uso, do lote nº 096 da Núcleo Rural Tabatinga, celebrado em 31/01/92. **CONTRATO** Nº 024/97. Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e CÉSAR BURTET GHISLENI. Processo nº 073.003.568/93. Assinatura: 13/03/97. Vigência: 13/03/97 á 08/09/2008. Conforme Resolução nº 228/96. Objeto: TRANSFERÊNCIA de Contrato de Concessão de Uso, do lote Módulo 010 Área E PAD - DF, celebrado em 08/09/93. **CONTRATO** Nº 025/97. Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e ALEXANDRE THOMAS. Processo nº 073.000.933/96. Assinatura: 13/03/97. Vigência: 13/03/97 á 23/01/2010. Conforme Resolução nº 247/96. Objeto: TRANSFERÊNCIA de Contrato de Concessão de Uso, do lote Módulo 016 - Área F PAD - DF, celebrado em 23/01/95. **CONTRATO** Nº 026/97. Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e LADILVA VENDRAME. Processo nº 073.003.502/94. Assinatura: 17/03/97. Vigência: 17/03/97 á 07/10/2001. Conforme Resolução nº 079/96. Objeto: TRANSFERÊNCIA de Contrato de Concessão de Uso, do lote 008 Da Colônia Agrícola São José, celebrado em 07/10/86.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
CONVITE Nº 4/97

O Presidente da EMATER/DF, torna pública a homologação do Convite nº 04/97, Processo nº 072.000.014/97, referente a fornecimento de água mineral, nos termos do art. 5º da Lei nº 938, de 20/10/95, conforme tabela abaixo :

Item	Especificação	Valor R$	Prazo de entrega	Fornecedor
01	Fornecimento de água mineral sem gás, acondicionada em garrafão de 20 litros, com lacre de segurança	3,50	Semanal	BEBILAR - Comércio e Representações de Bebidas Ltda

Brasília, 17 de março de 1997.

CARLOS PONCIANO BARROS CAVALCANTI

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONVITE Nº 2/97

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA BOVINOS E SUÍNOS
À CPL torna público aos interessados o resultado de julgamento das propostas referente ao Convite supramencionado, onde se sagrou vencedor (a) a (s) empresa (s):
- PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PROGRESSO LTDA
- CASA DO BOI PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA

CONVITE Nº 3/97

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE COSTURA INDUSTRIAL
À CPL torna público aos interessados o resultado de julgamento das propostas referente ao Convite supramencionado, onde se sagrou vencedor (a) a (s) empresa (s):
- Pancostura S/A Indústria e Comércio.

CONVITE Nº 4/97

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PANIFICAÇÃO
À CPL torna público aos interessados o resultado de julgamento das propostas referente ao Convite supramencionado, onde se sagrou vencedor (a) a (s) empresa (s):
- OMNI Empresa Distribuidora de Papéis e Descartáveis LTDA.
- Casa do Padeiro Comércio Transporte e Representações LTDA.

Brasília, 6 de março de 1997
VALDERI GOMES DOS REIS
Presidente da CPL

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/97
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 1/96

PROCESSO Nº: 052-001.737/96 - PARTES: Distrito Federal/Polícia Civil x TECNIPLUS - Técnicos em Informática e Telecomunicações Ltda. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Tomada de Preços 003/97-CPL/PCDF. OBJETO: prestação de serviços de assistência técnica, mediante manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, em centrais telefônicas. VALOR: R$ 31.090,00 (trinta e um mil e noventa reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 24105, Programa de Trabalho: 06007002120460002. Natureza da Despesa: 34.90.39. Fonte de Recurso: 030. NOTA DE EMPENHO: Número: 97NE00077. Data de emissão: 03/03/97. Valor: R$ 100,00 (cem reais) Evento: 400091. Modalidade: Estimativo. PROCEDÊNCIA DOS RECURSOS: Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício financeiro, de acordo com a Lei nº 1.363, de 30/12/96. PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 10 (dez) meses, a contar da data de sua assinatura, devendo, seu extrato, ser publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal", na forma da Lei 8.666/93, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 03/03/97. SIGNATÁRIOS: PELO DISTRITO FEDERAL: Teodoro Rodrigues Pereira, na qualidade de Diretor-Geral. PELA CONTRATADA: José Florentino da Mota Filho na qualidade de Diretor Técnico - CREA 2208/D-GO

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

NÚMERO: 97NE00077.DATA DA EMISSÃO: 03/03/97. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: Tecniplus-Tecnicos em Informática e Telecomunicações Ltda. PROCESSO Nº: 052.001.737/96. EVENTO: 400091. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSO: 030. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Tomada de Preço nº 003/97-CPL/PCDF. VALOR: R$ 100,00. ESPECIFICAÇÃO: Manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças, em central telefônica SIEMENS EQUITEL SATURNO 2000 KS/GTE 2332327. PRAZO: Até 31 de dezembro de 1997.

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 8/97

OBJETO: Aquisição de material de consumo para a Divisão de Pesquisa de DNA Forense da Polícia Civil do Distrito Federal
A CPL informa que foram inabilitadas as empresas INTERLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS CIENTÍFICOS S/A e VETEC QUÍMICA FINA LTDA, por deixarem de atender parcialmente o item 5.3.3 e 5.5 do ato convocatório, respectivamente.

Brasília-DF, 18 de março de 1997
JÚLIO CÉSAR DE MARTINS E PINHEIRO
Presidente da CPL

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO

EXTRATO DE COMPRAS E SERVIÇOS
FEVEREIRO/97

NE.	FORNEC./ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	V.UNITARIO	V. TOTAL	LICIT.
00003	CEB		15.781,47	15.781,47	Inex.
00004	Telebrasilia		1.689,88	1.689,88	Inex.
00006	Selos e Postagem		172,50	172,50	Inex.
00012	TCB - Ressarc. Salario		1.346,92	1.346,92	Inex.
00014	V.Transporte Anapolina		36,10	36,10	Inex.
00015	V. Transporte - BRB		4.904,80	4.904,80	Inex.
00002	CAESB - Agua e Esgoto		3.079,23	3.079,23	Inex.
00025	Codeplan - Rec. de Divida		6.115,80	6.115,80	Inex.
00026	Capital - Limpeza e Conservação - Reconhecimento de Divida de 1996		45.850,56	45.850,56	Conc.

00027	Conservo Brasília Emp.Segurança		118.416,30	118.416,30	Conc.
00028	LTR - Manut.Telefone - Rec.de Div.		142,50	142,50	Conv.
00033	Codeplan - Servico Proc.Dados		2.052,42	2.052,42	Inex.
00041	LTR - Manut. Serv.Telef.- Jan/97		109,25	109,25	Conv.
00042	Casa dos Telefones - Jan/97		171,00	171,00	Conv.
00048	Aquis.Vale Transporte para Março/97		5.810,00	5.810,00	Inex.
00057	Mat. p/ tratamento da piscina AQUA-PLAY PISCINA LTDA.	02	104,70	209,40	Conv.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 135/97-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a Companhia Teatral Gabinete 3; PROCESSO: 081.000657/97; OBJETO: Cessão e uso da Sala Villa Lobos do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do espetáculo "TANGAMENTE", programado para o dia 20/03/97, às 21:00 horas, tendo o ingresso no valor de R$20,00 (vinte reais), tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 004/96-DEPROM-DE-FCDF; VALOR: R$1.000,00 (hum mil reais); NOME DO EXECUTOR: GERALDO MAGELA DE REZENDE; DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 1997; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: FERNANDO ANTONIO JAYME GUIMARÃES; TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO e HERNANI SOUZA SANTOS.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato nº 099/96-FCDF; CONVENIADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e o Núcleo de Arte e Cultura - NAC; PROCESSO: 081.002113/96; OBJETO: objetivando alterar sua vigência para 31 de abril de 1997.; tudo de acordo com o processo acima mencionado; DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 1997; ASSINATURA: p/CONTRATANTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CONTRATADA:MARIA CARMEN ALVES PEREIRA DE SOUZA; TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO e HERNANI SOUZA SANTOS.

ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato nº 0127/97-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e o Instituto de Música do Distrito Federal; PROCESSO: 081.000362/97; OBJETO: Alterar a Cláusula Terceira, itemIV, que passam a ter a seguinte redação; O percentual, que trata o item I desta Cláusula, não incidirá sobre 06% (seis por cento) do total dos ingressos colocados à venda, por sessão, a que a CESSIONÁRIA tem direito para fins promocionais, e em igual percentual para a CEDENTE; permanecendo ratificadas e inalteradas todas as demais Clausulas e respectivos itens do Termo de Contrato acima mencionado, tudo de acordo com o Edital de Pauta nº 004/96-DEPROM-DE-FCDF; DATA DA ASSINATURA: 18/03/97; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: IOLANDA PEREIRA FIUZA LIMA; TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO e HERNANI SOUZA SANTOS.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 4/97-REPETIÇÃO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura do Convite Nº 004/97-CPL, às 9:30 horas do dia 27 de março de 1997, na Divisão de Administração Geral, no Anexo do Teatro Nacional Claudio Santoro Via N/2, para fornecimento de gêneros alimentícios. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, devendo, para recebimento, apresentar cópia do Registro Cadastral.

Brasília, 17 de março de 1997
EDA SILVA SEABRA DORNAS
Presidente da CPL

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 1/97

Processo: 193.000.033/97-FAPDF; Partícipes: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal-FAPDF e a ÁGORA-Associação para Projetos de Combate à Fome/Objeto: Apoio financeiro a execução do evento "Propostas das Esquerdas para o Brasil";Vigência: Até 08/05/97 Valor: R$ 6.011,33 (seis mil, onze reais e trinta e três centavos): Nota de Empenho:nº 00060/97;Dotação Orçamentaria: Programa de Trabalho 3.010.0057.2.333.0002; Fonte de Recursos:000; CÓDIGO:U.O 21.201;Elemento:349039;Data de Assinatura: 14/03/97; Despesas de publicação: Concedente;P/ Concedente: Marcel Bursztyn ,Diretor Presidente, respondendo, Laura Maria Goulart Duarte,Diretora Técnico Científica e Kátia Filomena Vaz Stival , Diretora Administrativa; P/Convenente: Mauro Morelli, Presidente, e, Flávio Luiz Schieck Valente, Coordenador Geral.

EXTRATO DO TERMO DE OUTORGA E ACEITAÇÃO Nº 6/97

Processo: 193.000.260/95-FAPDF; Partícipes: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal-FAPDF e Axis Consultores Associados S/C Ltda;/Objeto: Apoio financeiro na execução do projeto de pesquisa "Desigualdades Sociais Urbanas-Metodologia para diagnóstico, planejamento e gestão ";Vigência: Até 07/03/98; Valor: R$ 3.575,99 (tres mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos); :Nota de Empenho:nº 00054/97;Dotação Orçamentaria: Programa de Trabalho 03.010.0057.2333.0001; Fonte de Recursos:000; CÓDIGO:U.O 21.201;Elemento:349039;Data de Assinatura: 07/03/97; Despesas de publicação: FAP/DF;P/ Outorgante: Marcel Bursztyn ,Diretor Presidente, respondendo , Laura Maria Goulart Duarte,Diretora Técnico Científica e Kátia Filomena Vaz Stival , Diretora Administrativa; P/Outorgado: Jorge Guilherme de Magalhães Francisconi, Diretor, e, Cleon Ricardo dos Santos, Diretor.

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/97

PROCESSO N.º: 094.001.312/96. PARTES: SLU/DF e GRANDES MARCAS DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: Fornecimento de desengraxante pastoso e detergente líquido para limpeza de veículos diversos da frota do SLU/DF. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços n.º 36/96-CPL-SLU/DF. PRAZO: Até 31/12/1997, contado da sua assinatura. VIGÊNCIA: 13/3/1997, data da assinatura.VALOR TOTAL: R$ 85.802,40 (oitenta e cinco mil, oitocentos e dois reais e quarenta centavos). CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT 10060032580070001. NATUREZA DA DESPESA: 349030. VALOR EMPENHADO: R$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme N.E. n.º 287/97-SLU/DF. Os recursos complementares, até o limite do valor total, serão objeto de reforço de empenho, devendo ter seus registros na Procuradoria Jurídica do SLU/DF, sob a forma de apostilamento. SIGNATÁRIOS: Pelo SLU/DF, LUCIANO SALES OLIVEIRA, Diretor-Geral; e, pela CONTRATADA, WALTER POPPI FILHO, Procurador.

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 15/97

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, torna Público para conhecimento de quem de direito, que o resultado da licitação em referência, encontra-se afixado no quadro de avisos da Comissão Permanente de Licitação do SLU/DF, localizado no 2º andar do Edifício Lex, SEP/Sul, Entrequadras 702/902, Bloco "A", Brasília - DF.

ABERTURA REALIZADA EM: 12/03/97 às 09:30 horas
OBJETO: Aquisição de Materiais de limpeza, copa e Cozinha.

TOMADA DE PREÇOS Nº 8/97

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, torna Público para conhecimento de quem de direito, que o resultado da licitação em referência, encontra-se afixado no quadro de avisos da Comissão Permanente de Licitação do SLU/DF, localizado no 2º andar do Edifício Lex, SEP/Sul, Entrequadras 702/902, Bloco "A", Brasília - DF.

ABERTURA REALIZADA EM: 06/03/97 às 09:30 horas
OBJETO: Fornecimento de, aproximadamente, 28.000 centos de sacos plásticos, para acondicionamento de lixo, mediante contratação.

Brasília, 17 de marco de 1997.
À COMISSÃO

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

RELAÇÃO DE COMPRAS
FEVEREIRO/97 (*)

Procuradoria Geral do Distrito Federal, em cumprimento ao disposto no artigo 16, da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e Lei nº 938 de 14.02.97, torna público a relação de compras e serviços efetuados no mês de FEVEREIRO de 1997.

NE Nº	MODALIDADE/ NOME DO CREDOR/ ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	UNID.	QUANT.	PREÇOS UNITÁRIO	PREÇOS TOTAL
	INEXIBILIDADE				
010	CAESB - CIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA - fornecimento de água e escoamento de esgoto				2.097,87
048	TELEBRASÍLIA-TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA - despesas conta telefônica				1.264,22
050	TELEBRASÍLIA-TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA - despesas conta telefônica				5.798,80
053	TELEBRASÍLIA-TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA - despesas conta telefônica				1.750,50
032	TRANSPORTE PROGRESSO LTDA - aquisição de vale transporte, para funcionários				60,00
033	VIAÇÃO ANAPOLINA - aquisição de vale transporte, para funcionários				157,30
004 031	BRB - BANCO DE BRASÍLIA S/A - aquisição de vale transporte, para funcionários				7.794,40
047	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - fornecimento com energia elétrica				4.662,36
013	EMBRATEL - EMP. BRASILEIRA DE TELECOMUNIC. - serviço de acesso do sistema REPAC				19,81

SÉRGIO RIBEIRO DE SOUSA
Chefe do Serviço

(*)Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 47, de 11.3.97.

1ª SUBPROCURADORIA

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/97

PROCESSO Nº 020.000.303/97 - PARTES: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES-MT/SECRETARIA DE TRANSPORTES TERRESTRES-STT X DF/ST e a SECRETARIA DE ESTADOS DOS TRANSPORTES DE GOIÁS com interveniência do DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS - DTR/DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM - DNER/DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANO - DMTU/SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE E TERMINAIS DE GOIÁS - SUTEG. OBJETO: O desenvolvimento de ações conjuntas entre a Secretaria de Transportes Terrestres-STT/MT, a Secretaria de Transportes do Distrito Federal e a Secretaria de Estado dos Transportes de Goiás, com interveniência do Departamento de Transportes Rodoviários - DTR/MT, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER/MT, do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos - DMTU/DF e da Superintendência de Transporte e Terminais - SUTEG/GO, para o estabelecimento de procedimento de gestão conjunta das linhas de caracteristicas semi-urbana, conforme subcláusulas 1.1; 1.2; 1.3; 1.3.1; 1.3.2; 1.3.3; 1.4 (fls. 57/58) da Cláusula Primeira do presente Acordo, de forma a possibilitar sua integração e complementariedade com os subsistemas semi-urbano, a curto, médio e longo prazo. PRAZO: Até 07.03.99. VIGÊNCIA: O presente Acordo entrou em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 07.03.97. SIGNATÁRIOS: Pelo MINISTÉRIO: ALCIDES JOSÉ SALDANHA - Ministro de Estado do Transportes Interino. Pelo STT: CLÁUDIO IVANOF LUCAREVSCHI - Secretário. Pelo DISTRITO FEDERAL: CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTI BUARQUE e NAZARENO STANISLAU AFFONSO - Governador e Secretário de Transportes do DF. Pela SECRETARIA DE TRANSPORTES DO ESTADO DE GOIÁS: PEDRO PINHEIRO CHAVES - Secretário. Pelo DTR: LOURENÇO ANTÔNIO BRANCHER - Diretor. Pelo DNER: MAURÍCIO HASENCLEVER BORGES - Diretor-Geral. Pelo DMTU: ANTÔNIO CARLOS FIRMINO - Diretor-Geral. Pela SUTEG: ADEMAR ANGELO DE RESENDE - Superintendente. Brasília-DF, 18 de março de 1997. Of. 021/97.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 3/97
- RESSARCIMENTO DE DANOS -

PROCESSO Nº 054.000.708/94 - PARTES: DF/PRG X DENIS DAMON SOARES DA SILVA. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 2357,810 UFIR's. PRAZO: 20 (vinte) meses, contados da data de sua publicação. DATA DE ASSINATURA. 08.03.97. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI - Procuradora-Geral Adjunta. Pelo BENEFICIÁRIO: DENIS DAMON SOARES DA SILVA. Brasília-DF, 17 de março de 1997. Ofício nº 021/97.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 4/97
- RESSARCIMENTO DE DANOS -

PROCESSO Nº 132.000.077/95 - PARTES: DF/PRG X JAMIRO ALVES OLIVEIRA. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 1.600,3624 UFIR's. PRAZO: 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação. DATA DE ASSINATURA: 05.03.97. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI - Procuradora-Geral Adjunta. Pelo BENEFICIÁRIO: JAMIRO ALVES OLIVEIRA. Brasília-DF, 17 de março de 1997. Ofício nº 021/97.

INEDITORIAIS

ASSOCIAÇÃO PLANALTO DE ASSISTÊNCIA E INSTRUÇÃO POPULAR

CGC-02344760/000141
Brasília-DF

Demonstrativo do Resultado do Exercício encerrado em 31 dezembro de 1996

- RECEITAS		2 - DESPESAS	
RECEITAS SOCIAIS		DESPESAS SOCIAIS	
RECEITAS DE BENS E OU SERVIÇOS	418.943,18	DESPESAS C/ PESSOAL	29.509,16
Donativos Diversos	149.231,94	Encargos Sociais	3.187,46
Outras Receitas	12.719,85	Despesas Financeiras	322,33
		Despesas Tributárias	2.245,71
		Despesas Administrativas	331.917,82
		Despesas Gerais	188.139,93
Total Receitas	580.894,97	Total Despesas	555.322,41
Resultado do Exercício			25.572,56
Total Geral	580.894,97	Total Geral	580.894,97

Associação Planalto de Assistência E Instrução Popular — CGC-02344760/0001-41
Av. W5 Quadra 905 MOD. 1-2-3 SGAS — Brasília-DF

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 1996

1 - ATIVO		2 - PASSIVO		
CIRCULANTE		CIRCULANTE		
DISPONÍVEL	12.293,02	Obrigações Sociais		385,71
REALIZAVEL	184,61	FINANCIAMENTOS		11.042,45
PERMANENTE		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
INVESTIMENTOS/PARTICIPAÇÕES	1,33	PATRIMÔNIO	94.973,15	
		RES.EXERCÍCIO	25.572,56	120.545,71
IMOBILIZADO	119.494,91			
TOTAL DO ATIVO	131.973,87	TOTAL DO PASSIVO		131.973,87

Importa o presente Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1996, na quantia de R$ 131.973,87 (Cento e trinta e um mil, novecentos e setenta e tres reais e oitenta e sete centavos), de conformidade com a documentação entregue à Contabilidade.

Senhores associados, em cumprimento a Lei º.212 de 24/07/91 e Decreto nº 612 de 21/07/92 do Conselho Nacional de Previdência Social-CNPS, Submetemos à apreciação de V.Sa., o Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 1996 e a respectiva Demonstração de Resultado do Exercício. A Diretoria coloca-se a inteira disposição dos senhores Associados para esclarecimentos que porventura julgados necessários. Brasília-DF 31 de dezembro de 1996.

Geraldo Eloy Livero - Diretor Administrativo — *Gilberto Marcos Lozi*
ID-831083-DF — *Tec.Cont.CRC-GO 8667*

(DAR-R$86,78)

CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE ALLAN KARDEC

CGC Nº 00331/769/0001-92

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O DIRETOR PRESIDENTE DO CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDA DE ALLAN KARDEC convoca todos os sócios em dia com suas obrigações estatutárias para a assembléia geral ordinária que será realizada no dia 20 de março de 1997, em sua sede social, às 18,30 horas em primeira convocação ou as 19,30 horas em segunda convocação, para exame e aprovação do balanço financeiro de 1996. Taguatinga, DF, 17 de março de 1997.Gilson = de Mendonça Henriques Junior, Diretor Presidente.

(DAR-R$20,03)

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL

O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO DISTRITO FEDERAL , no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem através deste CONVOCAR os PROPRIETÁRIOS ou REPRESENTANTES LEGAIS das empresas abaixo relacionadas para comparecerem à sede deste Conselho, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação deste Edital, a fim de regularizarem suas situações administrativas. Em caso do não comparecimento para a devida regularização dentro do prazo acima estabelecido, será aplicada a sanção da baixa "ex-officio" de suas inscrições, de conformidade com o art. 33 da Lei nº. 5.991, de 17-12-73: 1/146-Drogarico Ltda (Filial IV); 1/185-Maria Helena Ferreira Leite; 1/189-Drogaria W.Ottoni da Silva; 1/198-Drogaria Minas Brasília Ltda; 1/172-Drogaria Mercantil Ltda; 1/281-Drogaria Universal Ltda; 1/312-Drogaria Triângulo Ltda; 1/342-Drogaria Tadicional Ltda; 1/349-Drogaria André Ltda; 1/379-Drogaria Farma Norte Ltda; 1/388-Drogaria Sobradinho Ltda; 1/404-Drogaria 110 Sul Ltda; 1/440-Drogaria Bonsucesso Ltda; 1/441-Drogariae Perfumaria Central Ltda; 1/457-Galletti e Diniz Ltda-ME; 1/574-Drogaria 205 Sul Ltda; 1/577-Drogaria Monte Rey Ltda; 1/588-Drogaria Viva Ltda; 1/607-Danúbia Drogaria Ltda-ME; 1/628-Drogaria Flávia Ltda; 1/646-Drogaria Cometa Ltda; 1/664-Drogaira Sabrina Ltda; 1/742-Drogaria Santa Maura Ltda; 1/750-Drogaria Drogamarcia Ltda-ME; 1/767-Drogaria Tatiany Ltda; 1/798-Drogaria Drogambaia Ltda; 1/807-Unifarma Produtos Farmacêuticos Ltda; 1/834-Drogaria Opção Ltda; 1/835-Drogaria Nova Divineia Ltda; 1/853-Drogaria Sandu Ltda; 1/870-Drogaria Androfarma Ltda; 1/884-Ramalho e Lopes Ltda-ME; 1/895-Drogaria Dias Ltda; 1/905-Drogaria Princess Ltda; 1/921-Agostinho Neto dos Reis (Drogaria XIV); 1/925-Drogaria do ChicoLtda; 1/948-Drogaria Dario Ltda; 1/920-Farmasul Com.Prod. Farmacêuticos Ltda; 1/959-Drogaria e Perfumaria São Leonardo Murialdo; 1/964-Drogaria Sul América Ltda; 1/971-Droga Darc Medicamenots Ltda; 1/979-Center Drogas Ltda; 1/986-Drogaria e Perfumaria União Ltda; 1/1000-Francisco Ferreira de Sousa Drogaria-ME; 1/1001-Drogaria Biofarma do Guará Ltda; 1/1028-Drogaria Barcelona Ltda; 1/1040-Drogaria Brazlândia Ltda; 1/1043-Drogaria Rafaela Ltda; 1/1046-Drogaria Rei Leão Ltda (QR-204 Conj. "C"Lote 01-Santa Maria); 1/1051-MM-Drogaria Ltda-ME; 1/1084-Joana D'Arc Alves dos Santos; 1/1086-Drogaria 306 Norte Ltda; 1/1087-LMA - Comércio de Medicamentos Ltda; 2/14-Associação do Pessoal da CEF-APCEF/DF; 3/73-Laboratório Nathon do Brasil Ltda; 3/103-Urocentro-Centro Urológico de Brasília Ltda; 5/12-JP-Indústria Com. e Representações de Produtos de Limpeza Ltda; 5/13-Sainel Indústria e Comércio Ltda; 8/68-CTW Prdoutos Hospitalares e Farmacêuticos Ltda; 8/74-Euromed - Material Médico Ltda; 9/51-Drugstores Produtos Farmacêuticos Ltda; 10/2-Farmácia Homeopática Metropolitana Ltda; 10/21-Farmácia Homopática Naturofarma Ltda; 10/30-J.L.C. de Jesus e Cia Ltda; 11/24-Casa de Saúde e Maternidade Santa Terezinha; 11/28-Casa de Saúde e Maternidade São Lucas Ltda; 11/37-CENTROMED-Centro Médico Hospitalar de Brasília Ltda; 13/26-Pharmakon Farmácia de Manipulação e Cosméticos Ltda; 15/5-IGASE-Centro Médico São Lucas; 21/5-C & G Drogaria e Perfumaria Ltda; 21/6-Drogaria Rios Ltda; 21/13-Drogaria Félix Ltda; 21/15-Cláudia Aparecida silva Pires; 21/17-Comercial de Medicamentos Ltda; 21/18-Drogaria Rony Ltda ME; 21/23-Drogaria Silvano Rocha Ltda ME; 21/29-Drogaria Santa Maria; 21/30-Drogaria Aquival Ltda; 21/31-Drogaria Canaan Ltda; 21/33-Drogaria Emanuel Ltda; e 22/1-Maria da Graça dos Santos.(As.) Antônio Barbosa da Silva - Presidente do CRF-DF. Brasília-Distrito Federal, em 17.04.97.

(DAR-R$84,55)

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL LTDA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
SEGUNDA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

De conformidade com deliberação do Conselho de Administração em reunião de 07/03/97 e com o disposto no capítulo VI do estatuto social, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 33 do Estatuto Social, ficam seus cooperados filiados,que nesta data somam 40(quarenta) para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 31 de março de 1997, nas dependências da CRED'SAUDE, localizada no SDS, Edifício CONIC, 1º andar, sala 106 nesta Capital, às 14:00(quatorze) horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados; ou em segunda convocação, às 15:00(quinze) horas, com metade mais um dos cooperados, ou ainda em terceira e última convocação às 16:00(dezesseis) horas, com a presença de no mínimo 10(dez) cooperados em condições de votar para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** -Deliberar sobre propostas de alteração nos seguintes artigos: Art. 4º ,caput; art.15 , caput; art.19; art.20 :§ único; arts. 22;24;39art.41, item C e § 2º ; art.42 § 3º e criar § 4º; art. 45§ 3º; art. 50 §4º; art. 51, caput, § 1º item f e retirar item g; § 3º item b, § 4º item d; art. 59; Para efeitos legais o número de cooperados até esta data é de 40(quarenta). Brasília - DF 17 de Março de 1997. Humberto de Araújo e Silva - Diretor Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

De conformidade com deliberação do Conselho de Administração em reunião de 07/03/97e com o disposto no capítulo VI do estatuto social, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 33 do Estatuto Social, ficam seus cooperados filiados,que nesta data somam 40(quarenta) para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 31 de março de 1997, nas dependências da

CRED'SAUDE, localizada no SDS, Edificio CONIC, 1º andar, sala 106 nesta Capital, às 14:00(quatorze) horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados; ou em segunda convocação, às 15:00(quinze) horas, com metade mais um dos cooperados, ou ainda em terceira e última convocação às 16:00(dezesseis) horas, com a presença de no mínimo 10(dez) cooperados em condições de votar para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** - Fixação da Verba de representação da Diretoria Executiva e Cédula de Presença dos Conselhos de Administração e Fiscais. 2- Eleição de 1(um) membro para o preenchimento de cargo vago no conselho de Administração . 3- Eleição dos Membros do Conselho Fiscal. Para efeitos Legais o número de cooperados até esta data é de 40(quarenta). Brasília - DF 17 de Março de 1997. Humberto de Araújo e Silva - Diretor Presidente.

(DAR R$ 90,00)

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DOS SISTEMA FECOMÉRCIO, SESC - SENAC

EDITAL DE CONVOCAÇAO
ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

A Comissão Organizadora para constituição de uma COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO, convocam os SERVIDORES DO SISTEMA FECOMÉRCIO, composto pela Federação do Comércio, SESC e SENAC do DF, para Assembléia Geral de Constituição a ser realizada no SESC-504 Sul, sito SCRS Qd.505 Bl. "B" nº 35, na cidade de Brasília, no dia 31 de Março de 1997, às 17 horas em primeira convocação com mais de 20 (vinte) servidores, ou em segunda e última convocação às 17 h 30, com um mínimo de 20 (vinte) servidores, para deliberarem sobre o seguinte: ORDEM DO DIA: 1- Constituição de uma Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo; 2-Leitura, discussão e aprovação do Estatuto Social e Manual de Normas; 3-Subscrição e integralização das cotas partes na forma do Estatuto aprovado; 4-Eleição dos membros da Diretoria Executiva, Conselhos de Administração e Fiscal; 5-Discussão e aprovação da filiação à CECREDIF; 6-Assuntos Gerais de interesse da classe. Brasília-DF, 19 de Março de 1997.

JOSÉ DA SILVA RAMOS CPF nº 182713241-87 - COORDENADOR.

(DAR R$ 31,15)

FEDERAÇÃO BRASILIENSE DE FUTEBOL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Federação Brasiliense de Futebol, no uso de suas atribuições, convoca os clubes filiados à se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária no dia 26 de março de 1997, na sede da federação, em 1ª chamada, às 19:00 hs, com a presença de metade mais um de seus membros e, em 2ª chamada, trinta minutos após, com qualquer número, para deliberarem sobre a Ordem do Dia: 01 - Relatório de atividade de 96; 02 - Orçamento de 97; 03 - Prestação de Contas exercício de 96; 04 - Filiações " ad referendum "; 05 - Autorização para confissão de dívida e garantia hipotecária junto ao INSS; 06 - Reforma dos estatutos. Ass. Weber de Azevedo Magalhães.

(DAR R$ 31,15)

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A

AVISO DE CONCESSÃO DE LICENÇA

toma público que recebeu do IEMA/SEMATEC a Licença de Operação, por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para a Linha de Transmissão de Energia Elétrica com tensão de 345 kV, interligando a UHE de Itumbiara, no Estado de Goiás e a Subestação de Brasília Sul, no Distrito Federal.

(DAR R$17,80)

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO, DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO E EM EMPRESAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA NO DISTRITO FEDERAL

SCS QD. 02, BL. "C", Nº 22, ED. SERRA DOURADA SALA 518

Balanço Geral Encerrado em 31 de Dezembro de 1996 do Sindicato dos Emp. Em Emp. Seg. P.C. A A S.P.C.E.P.P.DF, inscrito no CGC/MG SOB O Nº 01.912.740/0001-67.

Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa	85,45		
Bancos C/Movimento	1.887,56		
		1.973,01	
Investimentos	37.433,99	37.433,99	
			39.407,00
Ativo Permanente			
Imobilizado			
Moveis e Utensílios	13.724,08		
Máquinas e Equipamentos	5.120,39		
Imóveis	120.000,00		
Biblioteca	1.065,00		
		139.909,47	
			179.316,47
Passivo			
Passivo Circulante			
Obrig. Sociais e Trabalhistas	435,19		
Patrimônio Liquido			
Superavit/95	124.604,12		
Lucros ou prejuízos acumulados			
Superavit/96	54.277,16		
		178.881,28	
			179.316,47

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, apresentando um total de R$ 179.316,47 (cento e setenta e nove mil, trezentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos) levantado de acordo com os documentos apresentados a contabilidade até a presente data. Brasília/DF, 31 de dezembro de 1996. Isaú Joaquim Chacom, Welson Teixeira de Araújo Téc. Cont. CRC.1635/DF.

ATA DO PARECER DO CONSELHO FISCAL

A Ata do Parecer do Conselho Fiscal, aprovado e encaminhado a Assembléia Geral Ordinária encontram-se devidamente assinados juntamente com as peças da Prestação de Contas do Exercício de 1996.

DAR R$ 94.77

SINDICATO DOS TRABALHADORES VIDREIROS E SIMILARES DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL
RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - Exercício 1.997

Atendendo ao Disposto no art. 605 da CLT. NOTIFICAMOS aos empregadores das atividades vidraçaria e molduras e box que terão que descontar de seus empregados, para o Sindicato dos Trabalhadores vidreiros e Similares do DF., a contribuição sindical. O referido desconto deverá ser efetuado na folha de pagamento do mês de MARÇO e recolhido até o dia 30 de Abril de 1.997, em qualquer agência bancária, mediante guia própria, fornecida por esta entidade. O valor da referida contribuição corresponderá a 1/30 (um trinta avos) do total da remuneração do empregado, acrescido de 1/360 (um trezentos e sessenta avos), conforme disposto na legislação consolidada e súmula 207 do TST. O não atendimento ao disposto no presente edital sujeitará o infrator às sanções previstas no art. 600 do CLT e demais legislação sobre a matéria. Brasília-DF., 17 de Março de 1.997. Wilson Pinto da Silva - presidente.

DAR R$ 27,36

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
JUÍZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO

O DOUTOR JANSEN FIALHO DE ALMEIDA, Juiz de Direito Substituto em exercício na Terceira Vara da Fazenda Pública do DF, na forma da lei, etc, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos dias 08 do mês de abril de 1997 às 14h20min e 22 de abril de 1997 ás 14h20min, no hall de entrada do Edifício Anexo do Palácio da Justiça do Distrito Federal, Praça do Buriti, Brasília-DF, os senhores VILSON SOARES DE SOUSA E WALTER ANDRADE DE SÁ, Oficiais de Justiça avaliadores, promoverão em público, 1º e 2º leilões, por preço igual ou superior ao da avaliação, e no segundo por qualquer preço, não vil,a venda de um CAMINHÃO DE CARGA MERCEDES BENS 1 114, ANO 88,MOD89,CHASSIS 9BM344019 JB 824066-PLACA BM 0882 DF,deCOR AZUL,CAPACIDADE DE 19 T; EM BOM ESTADO., conforme se vê à fl. 71, avaliado em R$ 29.000,00 (VINTE E NOVE MIL REAIS), conforme fl.. 86. O bem acima caracterizado foi penhorado nos autos da Ação de Execução nº 5342/92, proposta pela MBR - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA contra COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. Os interessados deverão comparecer no dia ,local e hora designada cientes que a venda será à vista ou mediante caução idônea pelo prazo de três dias. E para conhecimento dos interessados, expediu-se este edital em 04 (quatro) vias de igual teor, que será públicado e afixado na forma da lei. Brasília, 17.02.97. Eu BERNADETE DE L.A. RASLAN, Diretora de Secretaria, o subscrevo e assino por determinação do MM. Juiz.

(DAR - R$ 51,17)

Apostando no Futuro

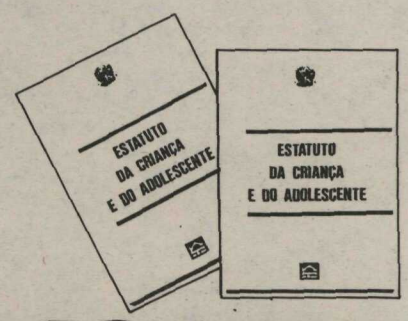


Estatuto da Criança e do Adolescente

Contém a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, retificada no *Diário Oficial* de 27 de setembro do mesmo ano.

A referida Lei dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, como: os direitos à saúde, à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, às convivências familiar e comunitária, à educação, à cultura e ao esporte, etc.

Abrange temas polêmicos como guarda, tutela, adoção e medidas de proteção. Composta de índice temático e descrição da legislação correlata ao assunto.



IMPRENSA NACIONAL
Sua Editora Oficial

INFORMAÇÕES E VENDAS:
SIG, Quadra 06 Lote 800. Caixa Postal 30.000. CEP 70604-900 Brasília - DF
Telefone: (061) 313-9905 Fax: (061) 313-9528

SEDIV

ÍNDICE DE NORMAS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO 17976-*, 20-01-97 ..... 1.888
.DECRETO 18072-*, 07-03-97 ..... 1.881
.DECRETO 18096, 18-03-97 ..... 1.885
.DECRETO 18097, 18-03-97 ..... 1.886
.DECRETO 18098, 18-03-97 ..... 1.886
.DECRETO 18099, 18-03-97 ..... 1.886
.DECRETO 18100, 18-03-97 ..... 1.887
.DECRETO 18101, 18-03-97 ..... 1.887
.DECRETO 18102, 18-03-97 ..... 1.887
.DECRETO 18103, 18-03-97 ..... 1.888
.LEI 1410, 18-03-97 ..... 1.881

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

.LEI 1230, 22-10-96 ..... 1.888
.LEI 1402, 12-03-97 ..... 1.888
.LEI 1403, 12-03-97 ..... 1.889
.LEI 1404, 12-03-97 ..... 1.889

SECRETARIA DE GOVERNO

.DESPACHO-R, CHEFE DE GABINETE, 14-03-97 ..... 1.889
.DESPACHO-R, SUCAR, 17-03-97 ..... 1.890
.ORDEM DE SERVICO 29, SUCAR/RA-XVII-RIACHO FUNDO, 18-03-97 ..... 1.890

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

.DESPACHO, CHEFE DE GABINETE, 17-03-97 ..... 1.891
.DESPACHO, SECRETARIO, 17-03-97 ..... 1.891

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

.ATO DECLARATORIO 56-*, SUREC/DAT, 04-03-97 ..... 1.894
.ATO DECLARATORIO 60-*, SUREC/DAT, 17-03-97 ..... 1.895
.ATO DECLARATORIO 72, SUREC/DAT, 10-03-97 ..... 1.894
.ATO DECLARATORIO 73, SUREC/DAT, 10-03-97 ..... 1.894
.ATO DECLARATORIO 74, SUREC/DAT, 10-03-97 ..... 1.894
.ATO DECLARATORIO 75, SUREC/DAT, 10-03-97 ..... 1.894
.ATO DECLARATORIO 76, SUREC/DAT, 10-03-97 ..... 1.894
.DECISAO, SUREC/DAT, 17-03-97 ..... 1.895
.DESPACHO, SUREC/DAT, 13-03-97 ..... 1.895
.DESPACHO, SUREC/DAT, 14-03-97 ..... 1.895
.DESPACHO, TARF/PRESI, 24-02-97 ..... 1.895
.DESPACHO, TARF/PRESI, 25-02-97 ..... 1.895
.DESPACHO, TARF/PRESI, 26-02-97 ..... 1.895
.DESPACHO, TARF/PRESI, 07-03-97 ..... 1.895
.DESPACHO, TARF/PRESI, 12-03-97 ..... 1.895
.PORTARIA 177, SECRETARIO, 18-03-97 ..... 1.892
.PORTARIA 178, SECRETARIO, 18-03-97 ..... 1.892
.PORTARIA 179, SECRETARIO, 18-03-97 ..... 1.892
.PORTARIA 180, SECRETARIO, 18-03-97 ..... 1.893
.PORTARIA 181, SECRETARIO, 18-03-97 ..... 1.893
.PORTARIA 182, SECRETARIO, 18-03-97 ..... 1.893
.PORTARIA 183, SECRETARIO, 18-03-97 ..... 1.894

SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL

.DESPACHO-*, SECRETARIO, 25-02-97 ..... 1.896

SECRETARIA DE TRANSPORTES

.DESPACHO-R, DAG/OD, 17-03-97 ..... 1.896
.RESOLUCAO 1, DMTU/JARI, 11-03-97 ..... 1.896
.RESOLUCAO 74, DMTU/JARI, 13-03-97 ..... 1.896

SECRETARIA DE AGRICULTURA

.DESPACHO-R, SECRETARIO, 12-03-97 ..... 1.896

SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA

.INSTR. DE SERV. 188, DETRAN, 14-03-97 ..... 1.896
.INSTR. DE SERV. 189, DETRAN, 13-03-97 ..... 1.896
.INSTR. DE SERV. 190, DETRAN, 13-03-97 ..... 1.896
.INSTR. DE SERV. 191, DETRAN, 12-03-97 ..... 1.897
.INSTR. DE SERV. 192, DETRAN, 12-03-97 ..... 1.897
.INSTR. DE SERV. 193, DETRAN, 12-03-97 ..... 1.897
.INSTR. DE SERV. 194, DETRAN, 12-03-97 ..... 1.897
.INSTR. DE SERV. 195, DETRAN, 14-03-97 ..... 1.897
.INSTR. DE SERV. 196, DETRAN, 14-03-97 ..... 1.897
.INSTR. DE SERV. 197, DETRAN, 12-03-97 ..... 1.897
.INSTR. DE SERV. 198, DETRAN, 12-03-97 ..... 1.897
.INSTR. DE SERV. 199, DETRAN, 14-03-97 ..... 1.898

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

.DESPACHO, FCDF, 11-03-97 ..... 1.899
.INSTR. NORM. 1, FCDF, 10-03-97 ..... 1.498

SECRETARIA DE TRABALHO

.DESPACHO, DEPEM/DG, 12-03-97 ..... 1.899

SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL

.DESPACHO, SECRETARIO, 13-03-97 ..... 1.900

SECRETARIA DE TURISMO

.DESPACHO, SECRETARIO, 14-03-97 ..... 1.900
.DESPACHO, SECRETARIO, 10-03-97 ..... 1.900

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA

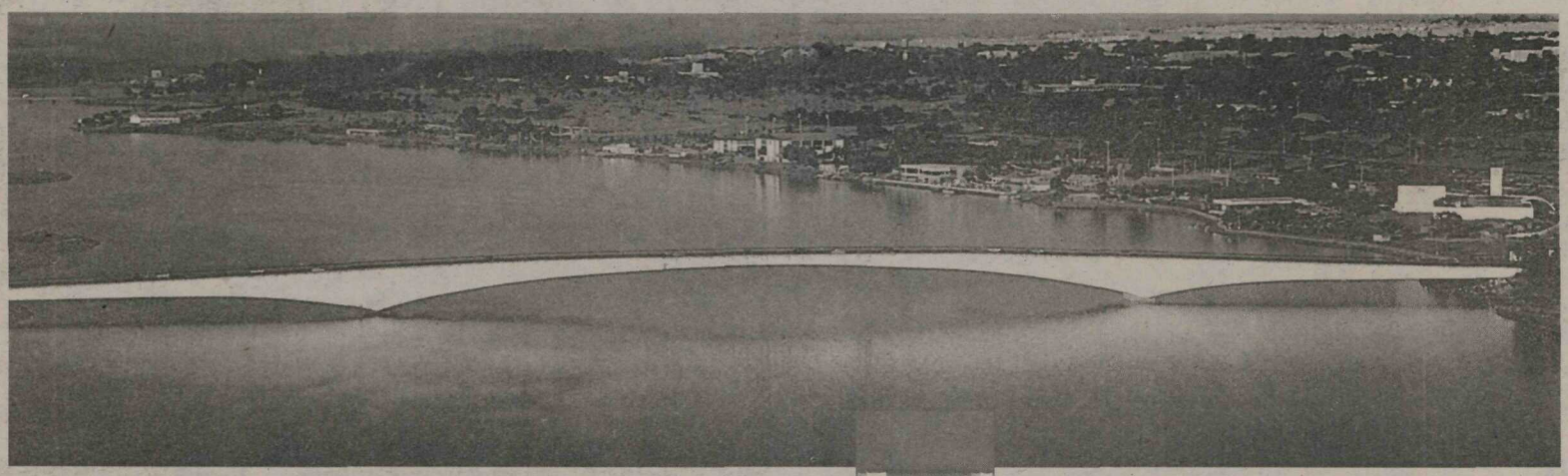
.DESPACHO, FAPDF, 12-03-97 ..... 1.900
.DESPACHO, SLU/DG, 14-03-97 ..... 1.900

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

.PORTARIA 18, DGA, 17-03-97 ..... 1.901

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS
R - ATOS AGRUPADOS POR RELACAO

NÓS PRESERVAMOS O MAIOR PATRIMÔNIO DE BRASÍLIA: A QUALIDADE DE VIDA.

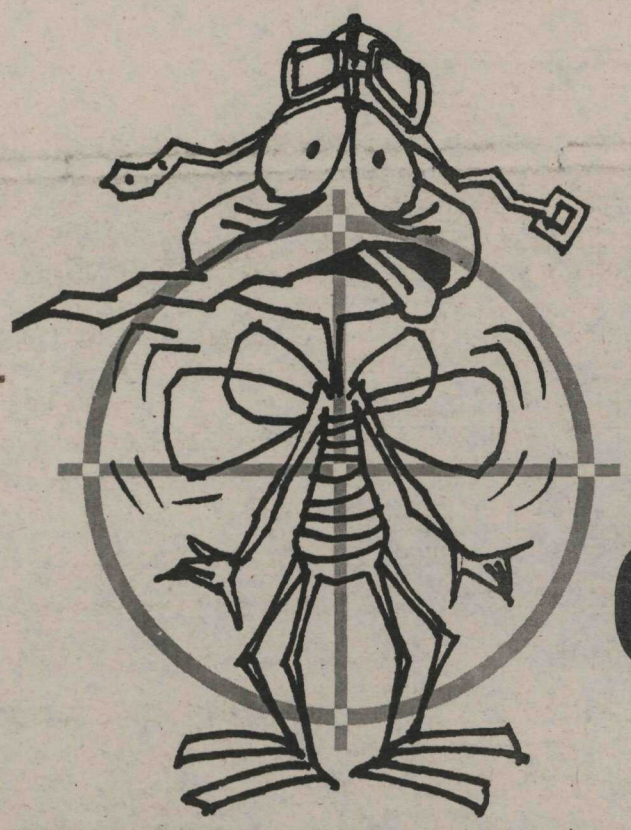


Uma cidade que sintetiza na sua concepção os valores maiores da humanidade tem que preservar também este valor essencial: a vida, em todas as suas formas.

A Caesb, cuidando da proteção dos mananciais e da qualidade da água em rios e lagos, trabalha diariamente para isso.

ÁGUA PARA TODOS caesb

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar



É o fim da picada.

Brasília está em guerra contra a Dengue.

Pela primeira vez na sua história, Brasília está correndo o risco de sofrer uma epidemia de Dengue. Todos juntos, governo e população, temos que nos engajar na luta para evitar que esta doença invada as nossas casas.

O QUE É A DENGUE?

A Dengue é uma doença causada por um vírus e transmitida pela picada do mosquito **Aedes aegypti.** Ele é escuro, listrado de branco, menor do que o pernilongo comum, a muriçoca, e costuma picar durante o dia.
Sua reprodução se dá através da água parada e limpa, onde deposita os seus ovos.

COMO PREVENIR A DOENÇA?

Nesta época de chuvas, o risco da doença aumenta muito.
Não podemos deixar água parada em:

- **PNEUS VELHOS**
- **GARRAFAS VAZIAS**
- **JARROS DE PLANTAS**
- **CAIXAS D'ÁGUA DESTAMPADAS**
- **CISTERNAS**
- **COPOS PLÁSTICOS**

É importante também seguir as instruções dos agentes de saúde.

QUAIS SÃO OS SINTOMAS DA DENGUE?

Qualquer pessoa pode ser atacada pela Dengue.
Os principais sintomas da doença são:

- **FEBRE ALTA, MUITAS VEZES PASSANDO DOS 40 GRAUS, DORES DE CABEÇA, NOS OLHOS, NAS JUNTAS E NOS MÚSCULOS;**
- **MANCHAS AVERMELHADAS PELO CORPO, PODENDO HAVER SANGRAMENTO DA GENGIVA E DO NARIZ;**
- **FALTA DE APETITE E FRAQUEZA.**

Existe ainda a Dengue Hemorrágica, muito mais grave, que pode levar à morte.

O QUE FAZER QUANDO SE ESTÁ COM DENGUE?

Quem estiver com a doença deve ficar em repouso, beber muito líquido e só tomar medicamento para aliviar as dores e a febre. Mas nunca tome remédios a base de ácido acetil-salicílico, como por exemplo a aspirina e o AAS. Procure um Centro de Saúde para obter orientação médica.
O Governo Democrático e Popular entrou nesta guerra com cerca de mil servidores. Defesa Civil, Policiais Militares e do Corpo de Bombeiros, Fundação Nacional de Saúde, pessoal do SLU e soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica estão nesta luta. Mas a sua participação é fundamental.

**DEIXE OS SOLDADOS QUE COMBATEM A DENGUE ENTRAR NA SUA CASA.
ELES VÃO COLOCAR REMÉDIO PARA EVITAR QUE O MOSQUITO SE REPRODUZA.**

DisqueSaúde 160

SAÚDE PARA TODOS SECRETARIA DE SAÚDE

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar